

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KARINA JUNQUEIRA DE MENEZES LOIACONO

A CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARA  
ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

CURITIBA

2018

KARINA JUNQUEIRA DE MENEZES LOIACONO

A CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARA  
ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Norma da Luz Ferrarini

CURITIBA

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de  
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca de Ciências Humanas  
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584.  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Loiacono, Karina Junqueira de Menezes.

A configuração subjetiva da participação política para estudantes universitários do movimento estudantil / Karina Junqueira de Menezes Loiacono. – Curitiba, 2018.

129 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.  
Orientadora : Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Norma da Luz Ferrarini

1. Estudantes universitários – Atividades políticas – Curitiba (PR). 2. Movimentos estudantis – Curitiba (PR). I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 371.81



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PSICOLOGIA

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **KARINA JUNQUEIRA DE MENEZES LOIACONO**, intitulada: **A CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 26 de Abril de 2018.

  
NORMA DA LUZ FERRARINI(UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

  
ROBERTA KAFROUNI(UFPR)

  
DENISE DE CAMARGO(UTP)

Dedico este trabalho a todos aqueles que vivem e sentem a sociedade como um todo complexo, instigante e sem verdades absolutas. Àqueles que reconhecem suas configurações, seu simbolismo, sua emoção, sua vida, seu movimento, sua incompletude e que por isso não conseguem olhar este mundo apenas através de suas próprias lentes, mas precisam conhecê-lo pelos diversos olhares que o constituem. Estas pessoas me encantam.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, que sempre senti como a força do amor e que se fez presente todos os dias do meu cotidiano do mestrado através de muitas bênçãos e principalmente através das pessoas que cito em seguida.

Ao meu amado marido, Ricardo, que mesmo distante geograficamente em alguns momentos, era a palavra e o abraço amoroso nos momentos de cansaço e dificuldades vendo muito mais potencial em mim do que eu mesma consigo ver.

Aos meus amados pais, Irene e Antonio Carlos, que foram o amor que me deu a vida, que são o amor que torce por mim em todos os momentos e que através do amor me ensinaram o valor do estudo, da profissão e da dedicação.

Aos meus amados sogros, Márcia e Vicente e cunhado Vicente Neto, que me acolheram com muito amor na minha nova família e estiveram presentes me dando força quando o Ricardo não pode estar.

Às minhas queridas amigas, Fernanda e Amanda, que estiveram do meu lado em todos os momentos mais importantes dessa e de outras jornadas, mostrando que muitas vezes o amor mora nas conversas, nos almoços, nos shakes, nos jantares e nas risadas!

À minha querida orientadora, Norma, que sendo sempre tão cuidadosa, carinhosa e responsável nas orientações demonstra amor e respeito pela sua profissão, pelos seus alunos e pela sociedade.

Às minhas queridas colegas de mestrado, Rosiane, Valdinele e Emanuelle, que tornaram essa caminhada muito mais alegre, repleta de amor e de chocolate!

Às queridas professoras Denise e Roberta, que foram tão gentis e dedicadas na minha banca contribuindo muito para este trabalho e sendo também amor em minha vida.

## RESUMO

A participação política tem sido muito discutida atualmente em função da situação econômica e governamental do país. Pesquisas mostram que no Brasil esta participação tem se restringido a momentos de crise ou se localizado somente no pleito eleitoral. Haja vista este contexto de baixa participação política esta pesquisa buscou investigar a configuração subjetiva da participação política para quatro estudantes vinculadas ao movimento estudantil através do Centro Acadêmico de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Este público foi escolhido, pois se sabe que o engajamento em movimentos sociais possibilita uma forma de participação política constante e dentre estes movimentos, o estudantil destacou-se na história política do Brasil. Sendo assim, partiu-se de uma retomada histórica sobre participação política com base em autores marxistas, das Ciências Políticas e da Psicologia Histórico-Cultural a fim de entender como a política tornou-se institucionalizada nos partidos políticos e nos governos. Posteriormente adentrou-se na concepção de política de Hannah Arendt como referencial conceitual para a temática. Eleveu-se como base epistemológica para a investigação da configuração subjetiva a Epistemologia Qualitativa de Fernando González Rey que visa o estudo da subjetividade. Sendo assim, foram realizados três encontros em grupo os quais possibilitaram o desenvolvimento de um espaço conversacional onde sentidos subjetivos ligados ao tema foram construídos. Estes encontros foram baseados em perguntas disparadoras, atividades como a construção de um cartaz apresentando o centro acadêmico e a discussão de um documentário sobre o movimento estudantil no Brasil, assim como também foram utilizados instrumentos individuais como o complemento de frases e a confecção de uma carta. A partir dessas informações pode-se perceber que na configuração subjetiva da participação política para as participantes estão presentes os seguintes elementos: (i) participação política vivida como um processo que promove transformação pessoal, que favorece saltos qualitativos nas reflexões e na forma de lidar com a realidade em função dos espaços de diálogos emocionais e reflexivos; (ii) participação política tornou-se uma configuração permanente de sentidos, assim fazem a leitura de todas as situações de sua vida e da sociedade através dessa configuração; (iii) participação política configurada como escolha e não obrigação possibilitando em algumas delas a afirmação como sujeitos; (iv) os elementos da subjetividade social, como os autores marxistas e da Psicologia Histórico-Cultural, um projeto de sociedade socialista ou comunista, os valores e crenças familiares, a imagem idealizada do militante, ganham contornos diferenciados nas subjetividades individuais e guiam a produção desses sentidos subjetivos; (v) necessidade de liberdade para espaços de diálogo com a pluralidade; (vi) presença de subjetividade grupal impositiva; (vii) os conhecimentos teóricos transmitidos na universidade demonstraram ter papel essencial na postura ativa das participantes; (viii) a construção de um novo projeto de sociedade motiva e gera um movimento constante de engajarem-se cada vez mais; (ix) e conseguem reconhecer que o processo de transformação social é lento, mas sabem contemplar os ganhos parciais que motivam a participação. Conclui-se que apesar do caráter único e singular da configuração subjetiva da participação política para as participantes, há elementos comuns que mostram similaridades e que são apresentados por todas participantes ainda que se expressem de diferentes formas. Estes elementos possibilitam o desenvolvimento de novas zonas de inteligibilidade sob o tema que são: a importância da relação dialógica no grupo para o desenvolvimento cognitivo e emocional; a atitude ativa de escolha pela participação e o desenvolvimento como sujeito; o perigo de posturas ideológicas radicais para a construção da singularidade; a importância de elementos da subjetividade social na construção dos sentidos subjetivos e das configurações subjetivas de forma singular e única para cada uma, mas sempre de maneira imperativa e impositiva para todas; a participação política como uma

tendência orientadora da personalidade; a importância dos conhecimentos científicos apropriados na UFPR e do projeto de sociedade que defendem.

Palavras-chave: participação política; movimento estudantil; configuração subjetiva.



## ABSTRACT

Political participation has been much discussed at present because of the country's economic and governmental situation. Research shows that in Brazil this participation has been restricted to moments of crisis or located only in the electoral process. Given this context of low political participation this research sought to investigate the subjective configuration of political participation for four students linked to the student movement through the Academic Center of Psychology of the Federal University of Paraná. This public was chosen because it is known that the engagement in social movements provides a form of constant political participation and among these movements, the student stood out in the political history of Brazil. Thus, we started with a historical retake of political participation based on Marxist authors, Political Sciences and Historical-Cultural Psychology in order to understand how politics became institutionalized in political parties and governments. Subsequently, he entered the conception of politics of Hannah Arendt as conceptual reference for the subject. It was chosen as the epistemological basis for the investigation of the subjective configuration the Qualitative Epistemology of Fernando González Rey that aims at the study of subjectivity. Thus, three group meetings were held which enabled the development of a conversational space where subjective meanings related to the theme were constructed. These meetings were based on triggering questions, activities such as the construction of a poster presenting the academic center and discussion of a documentary about the student movement in Brazil, as well as using individual instruments such as the complement of sentences and the making of a letter . From this information it can be seen that the following elements are present in the subjective configuration of political participation for the participants: (i) political participation as a process that promotes personal transformation, which favors qualitative leaps in reflections and in the way of dealing with the reality in function of the spaces of emotional and reflexive dialogues; (ii) political participation has become a permanent configuration of meanings, so they read all the situations of their life and society through this configuration; (iii) political participation configured as a choice and not an obligation, making it possible to affirm them as subjects in some of them; (iv) the elements of social subjectivity, such as Marxist and Historical-Cultural Psychology authors, a socialist or communist society project, family values and beliefs, the idealized image of the militant, gain differentiated contours in individual subjectivities and guide production of these subjective senses; (v) the need for freedom for spaces of dialogue with plurality; (vi) presence of group subjective subjectivity; (vii) theoretical knowledge transmitted at the university has been shown to play an essential role in the participants' active posture; (viii) the construction of a new project of society motivates and generates a constant movement of engaged more and more; (ix) and can recognize that the process of social transformation is slow, but they know how to contemplate the partial gains that motivate participation. It is concluded that despite the unique and unique character of the subjective configuration of political participation for the participants, there are common elements that show similarities and that are presented by all participants even though they express themselves in different ways. These elements enable the development of new areas of intelligibility under the theme that are: the importance of the dialogical relationship in the group for cognitive and emotional development; the active attitude of choice for participation and development as a subject; the danger of radical ideological positions for the construction of singularity; the importance of elements of social subjectivity in the construction of subjective senses and subjective configurations in a unique way for each one, but always in an imperative and imposing way for all; political participation as a guiding trend of personality; the importance of appropriate scientific knowledge in UFPR and the project of society they defend..

Keywords: political participation; student movement; subjective configuration.

## **LISTA DE SIGLAS**

AI5 – Ato Institucional número 5  
ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná  
CA – Centro Acadêmico  
CAHS – Centro Acadêmico Hugo Simas  
CAP – Centro Acadêmico de Psicologia  
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa  
CPC – Centro Popular de Cultura  
DA – Diretório Acadêmico  
DAEP – Centro Acadêmico de Engenharia  
DCE – Diretório Central dos Estudantes  
DEE – Diretório Estadual dos Estudantes  
EBSA – Editora Brasil AS  
EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
FEUPA – Federação dos Estudantes de Porto Alegre  
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundarista  
UEE – União Estadual dos Estudantes  
UMES – União Municipal dos Estudantes Secundarista  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UnB – Universidade de Brasília  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UP – Universidade do Paraná  
UPE – União Paranaense dos Estudantes  
UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
PT – Partido dos Trabalhadores  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
WVS – World Values Survey

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>SOBRE AS DECISÕES QUE CONDUZIRAM O ESTUDO .....</b>	<b>20</b>
2.1	EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA .....	22
2.2	O MÉTODO CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVO .....	27
2.3	O PROCESSO GRUPAL .....	29
2.4	IDEOLOGIA .....	32
2.5	CONSCIÊNCIA .....	33
2.6	ALIENAÇÃO .....	37
2.7	OBJETIVO GERAL .....	38
2.7.1	Objetivos específicos .....	38
<b>3</b>	<b>O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR .....</b>	<b>40</b>
3.1	O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ.....	45
<b>4</b>	<b>PARTICIPAÇÃO POLÍTICA .....</b>	<b>52</b>
4.1	UMA REFLEXÃO HISTÓRICO CULTURAL SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	52
4.2	CONCEITO DE POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA .....	56
<b>5</b>	<b>PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE .....</b>	<b>63</b>
5.1	TEORIA DA SUBJETIVIDADE DE FERNANDO GONZÁLEZ REY .....	63
5.2	CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA E A CATEGORIA SENTIDO SUBJETIVO .....	68
5.3	SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL E SUBJETIVIDADE SOCIAL .....	72
<b>6</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>77</b>
6.1	A FORMAÇÃO DO GRUPO .....	77
6.2	PARTICIPANTES .....	77
6.3	INSTRUMENTOS .....	78
6.4	O PERCURSO DOS ENCONTROS .....	79
<b>7</b>	<b>ARTICULANDO SUBJETIVIDADES: AS PRODUÇÕES DAS PARTICIPANTES E O PENSAMENTO DA PESQUISADORA .....</b>	<b>82</b>
7.1	CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA .....	83
7.1.1	Helena .....	83
7.1.2	Pagu .....	88
7.1.3	Olga .....	91
7.1.4	Clara .....	95

7.2	AS NOVAS ZONAS DE INTELIGIBILIDADE .....	103
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	115
	REFERÊNCIAS .....	117
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	121
	APÊNDICE B – COMPLEMENTO DE FRASES .....	123
	APÊNDICE C – CARTA .....	125
	ANEXO A – CARTAZ .....	126

## 1 INTRODUÇÃO

Estudos apontam que, tradicionalmente, a participação política é entendida como manifestação no momento eleitoral ou um posicionamento frente ao governo e às instituições de poder a fim de tentar influenciá-las. Esta foi uma concepção desenvolvida historicamente sendo determinante e determinada pelo sistema social, econômico e ideológico vigente. (MAAR, 1994; DALLARI, 1994; BONIFÁCIO, 2012; BORBA, 2012)

Borba (2012) destaca que os primeiros estudos sobre participação política foram realizados por Milbrath na década de 60 os quais seguiam esse viés definindo-a como atividade relacionada ao momento eleitoral. Entretanto, autores mais recentes a classificam como multidimensional e a relacionam à participação social. Entendem-na como uma atuação em diferentes espaços, junto a pessoas mais próximas ou a ações públicas, tomando parte em uma atividade social através de interações estratégicas. (BONIFÁCIO, 2012; BORBA, 2012)

A partir dessa concepção atual pode-se dizer que o movimento estudantil desempenha uma forma de participação política, entre tantas outras possíveis. Para Vicino (1998), este movimento, formado por estudantes de diversos níveis da educação, tem bases sociais e é influenciado pela conjuntura específica de cada momento da sociedade.

Sob diferentes aspectos, o movimento estudantil, especificamente no ensino superior, e a participação política deste já foram objeto de pesquisas anteriores. Algumas tiveram como foco o caráter histórico e a conjuntura social em que as ações do movimento estudantil inseriam-se. Enquanto tais pesquisas buscaram compreender a relação dialética entre os acontecimentos sociais e as características deste movimento, outras mostraram a força dos estudantes para contribuir nas mudanças da sociedade.

Ao fazer uma retomada das ações do movimento estudantil brasileiro desde seu início em 1937 até 2007, Araujo (2007) demonstrou a relação entre o contexto sócio-político-econômico brasileiro e as posturas dos estudantes nas diferentes épocas. Mortada (2009) analisou as transformações das ações estudantis em diferentes momentos e concluiu que há determinantes como transformações nas universidades, na vida estudantil, nas metodologias científicas, na economia e nas diferenças sociais que resultam em uma forma particular de atuação em cada época.

Gonçalves e Carra (2013) analisaram um exemplar da revista FEUPA (Federação dos Estudantes de Porto Alegre), impresso do movimento estudantil produzido em 1945/46 por alunos da Universidade de Porto Alegre, atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As autoras também destacaram a correlação entre o contexto social maior e as ações do movimento estudantil. Segundo estas análises os assuntos, as ilustrações e os debates contidos na revista demonstravam ideias e posicionamentos políticos, os quais estavam ligados às diversas representações sociais referentes às especificidades da sociedade da época. Analisando a trajetória dos estudantes envolvidos na confecção dessa revista e entrevistando alguns deles, as autoras puderam perceber que a participação em associações estudantis e a produção de impressos universitários significou para eles um aprendizado de participação política que influenciou a vida profissional e social de muitos.

Braghini e Cameski (2015) analisaram o conteúdo da Revista EBSA, um periódico educacional mensal, publicado pela editora do Brasil S/A, para analisar a chamada juventude estudantil de direita<sup>1</sup> em oposição à chamada de esquerda dos anos 60. As autoras concluíram que o movimento estudantil dos anos 60, assim como a sociedade característica do período, não era homogêneo apesar do destaque revolucionário e de apoio ao socialismo que se atribui aos estudantes da época como se todos pudessem ser classificados desta forma.

Outra pesquisa destacou reflexões que estudantes do movimento estudantil construíram sobre as características e os desafios das atividades no movimento estudantil. Vinadé e Guareschi (2007) buscaram entender as características do movimento estudantil identificando nas histórias pessoais o que os estudantes reconheciam ser a mola propulsora do engajamento social, discutindo o uso da nominação militante, problematizando a questão do discurso militante e da prática deste. Os autores também trouxeram contradições presentes no campo como a relação de autonomia do Estado, mas também de dependência financeira dele, a dificuldade do engajamento no coletivo em detrimento do individual e a relação de necessidade e subjulgamento a mídia.

Também foi possível encontrar artigos que tratavam do movimento estudantil especificamente no curso de Psicologia. Estes foram mais direcionados a entender a influência da participação em um movimento estudantil na vida profissional de ex-participantes.

Mortada (2005), buscou compreender como participar de um movimento estudantil na graduação em Psicologia contribuiu para a mobilização crítica ou para a legitimação de desigualdades. Este autor ressaltou que os psicólogos entrevistados concluíram que sua participação no movimento estudantil contribuiu para desenvolver uma prática transformadora que os influencia até os tempos atuais na atuação profissional. Nesse mesmo sentido, Palma e

---

<sup>1</sup> Quando Braghini e Cameski (2015) se referem a juventude estudantil de direita buscam caracterizar os estudantes que aprovavam a condução política do governo militar, apoiavam o golpe de estado em 1964 e faziam oposição à ação de seus colegas, pares etários, identificando-os como comunistas, os quais são nomeados pelas autoras como juventude estudantil de esquerda.

Jaeger (2013), também entrevistaram psicólogos que estiveram engajados no movimento estudantil na época da graduação a fim de analisar as repercussões dessa participação em suas vidas profissionais. Segundo os entrevistados a possibilidade de pensar o coletivo em oposição a uma formação voltada somente para o olhar individualizante potencializou a capacidade crítica frente ao que encontram em suas profissões e vida pessoal.

Apesar de existir diferentes pesquisas sobre o movimento estudantil e suas atividades, os objetivos e a metodologia da pesquisa descrita nesta dissertação são diferentes das produções citadas e de outras encontradas que vão ao encontro da amostra citada. Esta investigação científica tem o propósito de responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como se constrói a configuração subjetiva da participação política para alunos participantes do movimento estudantil através do Centro Acadêmico de Psicologia (CAP) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)? Para tanto foi utilizada a Teoria da Subjetividade desenvolvida por Fernando González Rey com base na Psicologia Histórico Cultural, assim como o método construtivo-interpretativo da Epistemologia Qualitativa também construído por este mesmo autor.

Destaca-se a relevância científica de quatro aspectos desta pesquisa: 1) compreender as subjetividades que dão vida ao movimento estudantil: a maioria das pesquisas anteriormente citadas parece se focar nos frutos que o movimento estudantil alcançou na sociedade e na vida profissional de ex-militantes, porém esta pesquisa pretende se aproximar das subjetividades que constroem o movimento, suas histórias, motivações, sentimentos, pensamentos, expectativas e ações; 2) o processo grupal: as pesquisas encontradas propuseram entrevistas pontuais e individuais ou análise documental, já neste projeto escolheu-se a formação de grupos de discussão em que as vivências e reflexões foram divididas com pessoas que também compartilham da mesma luta, sendo por isso um lugar seguro para a expressão da subjetividade individual e um espaço privilegiado para emergir a subjetividade social; 3) a configuração subjetiva da participação política: as demais pesquisas não exploram o que aqueles que estão envolvidos nos movimentos sociais pensam e sentem em relação à participação política. Este trabalho objetiva não apenas explorar quais são as atividades e repercussões do movimento estudantil, nem somente um conceito de participação política, mas entender os desdobramentos nas subjetividades, ou seja, a configuração dos diferentes sentidos subjetivos implicados na participação política o que engloba a dimensão da emocionalidade e do simbólico sobre a ação; 4) segundo Gohn (2011) os movimentos sociais, principalmente aqueles relacionados a educação, não tem sido objeto de estudo das pesquisas científicas, havendo grande defasagem de publicações nessa área, o que demonstra



a importância de tratar desse tema.

Além das pesquisas específicas citadas anteriormente sobre o movimento estudantil e a participação política deste, cabe ainda destacar duas importantes pesquisas na área das ciências políticas a fim de demonstrar a relevância social deste estudo.

Castro e Reis (2012) analisaram as mudanças na participação política da população brasileira em geral no período compreendido entre 1990 a 2006. Utilizaram dados da pesquisa quantitativa sobre cultura política World Values Survey (WVS) da Universidade de Michigan em conjunto com 80 universidades do mundo, entre elas a Universidade de Brasília (UnB). Os dados revelaram que o interesse dos brasileiros pela política diminuiu nesse período havendo baixa no número de pessoas que se julgam muito interessados (13% para 8,9%) e interessados (32,8% para 28%) e aumento naqueles que se identificam como não muito interessados (17,5% para 31,7%). Os autores puderam verificar também que a participação política no Brasil é baixa tanto no aparato formal da política quanto no informal, mas tende a ser um pouco maior fora dos canais governamentais tradicionais, pois o aparato formal da política foi considerado corrupto, ineficaz e assistencialista pelos respondentes.

Já a segunda pesquisa foi realizada por Sallas et al. (2008) com 900 jovens especificamente na cidade de Curitiba. Os participantes estavam compreendidos na faixa etária entre 14 e 20 anos e a pesquisa foi desenvolvida através de entrevistas fechadas e grupos focais a fim de entender as representações dos jovens curitibanos sobre a política em geral, o político e as instituições. Segundo os autores os resultados dos estudos apontaram para o que nas ciências sociais é chamado de participação política negativa o que na hipótese dos autores é uma baixa participação devido a valores e práticas fragmentados, espontâneos e sem continuidade.

Pode-se questionar se nos últimos 3 ou 4 anos esses dados sobre participação política no Brasil mudaram devido aos grandes escândalos de corrupção envolvendo agentes do governo, por efeito do crescimento dos índices de desemprego e decorrente do grande aumento da inflação. Entretanto, chama-se atenção que a realidade da sociedade brasileira sempre esteve marcada por desigualdades substanciais as quais requerem dos brasileiros ações contínuas ao longo do tempo para que sejam superadas. O espaço público, aquele que segundo Arendt (1998) é o espaço da coisa política, precisa ser construído e apropriado por todos na sociedade, ainda que cada um da sua forma. Portanto, o que se buscou destacar com esta pesquisa citada é o que usualmente parece acontecer em relação à participação política no Brasil, não ressaltando um engajamento focado apenas em momentos críticos da economia e dos governantes.

Atualmente a sociedade brasileira vive de fato uma crise governamental, política, econômica e moral que mobilizou mais os cidadãos a buscarem efetividade na participação política, a discutir política (ainda que a relacionando apenas a questões governamentais e partidárias). Todavia, muitos indivíduos realizam esse envolvimento ativo ao longo de suas vidas independente de crises. O movimento estudantil é um desses setores da sociedade que, a despeito de conjunturas críticas, parece buscar destacar a importância do compromisso social, de refletir sobre formas de superação dos problemas históricos e atuais e de efetivamente colocar ações em prática, por isso, nesta pesquisa, o interesse recaiu sobre compreender a configuração subjetiva da participação política construída por esta população específica.

Faz-se importante destacar que essa delimitação da população de estudo não tem a intenção de identificar a forma de participação política desenvolvida pelo movimento estudantil, ou pelos movimentos sociais em geral, como a única possível ou atribuir julgamentos de valor definindo-a como a maneira correta ou errada de agir politicamente. A delimitação faz-se necessária no sentido tanto da limitação temporal para a produção científica, como foi escolhida pela história de engajamento desse movimento no país.

Isto posto e tendo em vista a historicidade da falta de engajamento através da participação política no Brasil, é preciso investigar as configurações subjetivas que alguns daqueles que constantemente estão envolvidos com essa prática constroem. Ou seja, o que os estudantes do movimento estudantil entendem sobre participação política não somente como definição intelectual, mas como vivência que está sempre ligada às emoções de exercer uma prática social e que os leva a comprometer-se com a sociedade ao longo do tempo. Julga-se que o presente projeto de pesquisa tem relevância social ao problematizar o simbolismo e a emocionalidade dessa participação dentro de um contexto histórico maior que também a determina. Sendo assim, as configurações subjetivas da participação política precisam ser objetos de estudo por aqueles que almejam refletir sobre produção de subjetividade e compromisso social.

Para tanto esta dissertação está estruturada em seis capítulos. O primeiro tratará sobre o percurso epistemológico-metodológico realizado na pesquisa descrevendo sua base epistemológica – a Epistemologia Qualitativa –, a categoria metodológica - o Método Construtivo-Interpretativo – e importantes conceitos, como o Processo Grupal, Ideologia, Consciência e Alienação. Em função dos próprios pressupostos da Epistemologia Qualitativa, em que não há separação entre o momento teórico e o empírico, esta organização no primeiro capítulo se mostrou necessária para que a construção do conhecimento neste documento fosse condizente com os pressupostos teórico-metodológicos adotados. No segundo capítulo é

realizada uma revisão histórica sobre o movimento estudantil no ensino superior no Brasil e depois especificamente no estado do Paraná e na cidade de Curitiba a fim de retomar a construção e o desenvolvimento histórico desse movimento no país, no estado e na cidade pesquisada e não naturalizar essa prática, mas entender seus diferentes determinantes. O terceiro capítulo versará sobre o tema participação política em duas seções. A primeira abrangendo como esta foi se estruturando na sociedade moderna, formatando e sendo formatada nos moldes como é entendida atualmente, e na segunda será apresentado o conceito de política para Hannah Arendt e outros autores nos quais as discussões do trabalho são fundamentadas. No quarto capítulo será discutida em três seções a produção de subjetividade segundo a teoria de Fernando González Rey. A primeira retomará a teoria da subjetividade desenvolvida pelo autor, a segunda especificará o conceito de sentido subjetivo e configuração subjetiva e a terceira os conceitos de subjetividade individual e subjetividade social. No quinto capítulo serão apresentados os resultados do estudo juntamente com as análises e discussões que permitiram chegar a indicadores, configurações subjetivas da participação política e novas zonas de inteligibilidade sobre o tema. Finalmente, no sexto e último capítulo, serão destacadas as considerações finais com as principais contribuições da pesquisa, suas limitações e apontamentos de possibilidades de novos estudos nessa área.

## 2 SOBRE AS DECISÕES QUE CONDUZIRAM O ESTUDO

Investigar subjetividades requer um método específico de estudo, com caminhos particulares e concepções de homem e mundo que fundamentem essa busca. Estes requisitos apontam para decisões que precisam ser tomadas na pesquisa e que estão diretamente ligadas ao conceito de produção de conhecimento que o pesquisador adota. Assim, dentre as diversas escolhas que orientaram este estudo uma essencial está estritamente relacionada ao entendimento de como o conhecimento é construído nas ciências humanas e sociais. Esta escolha foi a de posicionar a explicação sobre o percurso epistemológico e metodológico da pesquisa no início do trabalho, ao contrário do que habitualmente pode ser encontrado em grande parte das dissertações, cabendo neste momento explicar esta postura.

Esta pesquisa tomou como base a proposta de trajeto da Epistemologia Qualitativa, Teoria da Subjetividade e do método construtivo-interpretativo desenvolvido por Fernando González Rey e importantes conceitos da Psicologia Histórico Cultural como de processo grupal, ideologia, consciência e alienação os quais, em conjunto, formam um arcabouço epistemológico-metodológico que sustenta essa discussão e as posturas da pesquisadora e que possibilita entender o sistema complexo que é a subjetividade.

Uma vez que a Epistemologia Qualitativa enfatiza o conhecimento como produção humana e não como apropriação linear da realidade, ela destaca o caráter construtivo-interpretativo da produção da ciência, assim como o aspecto interativo dessa produção e redefine a questão de método para construir conhecimento, abrindo espaços para além de uma linha rígida de momentos pré-definidos do processo, incluindo ideias, intuições e opções do pesquisador, principalmente em espaços de diálogo. (GONZÁLEZ REY, 2002) Esta característica da Epistemologia Qualitativa vai ao encontro das pesquisas de Molon (2008) sobre questões metodológicas na Psicologia Sócio-Histórica<sup>2</sup>, pois para a autora, Vigotsky já demonstrava que teoria e método são indissociáveis, portanto na elaboração teórica verifica-se a construção do método e na discussão do método volta-se a reflexão teórica. Nesta

---

<sup>2</sup> Segundo González Rey (2003) Psicologia Sócio-Histórica é uma das diferentes denominações dadas para as teorias dentro do enfoque sócio-cultural que abarcou diversas influências teóricas inicialmente fundamentadas no materialismo histórico dialético desenvolvido por Marx e Engels e em autores soviéticos como Vigotsky, Leontiev e Luria, porém mantendo ligações com o racionalismo cognitivista norte-americano dos anos 70 e a separação sujeito-objeto a partir da forte influência da Teoria da Atividade de Leontiev. Esta denominação tem forte disseminação no Brasil a partir dos estudos de Silvia Lane em convergência com a Psicologia Social, logo Molon (2008) faz referência à Psicologia Sócio-Histórica enquanto González Rey fundamenta-se na Psicologia Histórico Cultural a qual busca reforçar o caráter histórico e cultural do homem e da sociedade, sem relações deterministas da sociedade sobre este, mantendo congruência com as bases filosóficas e epistemológicas de Vigotsky e seu sistema teórico geral não focalizando apenas no momento da obra deste autor a partir do qual foi desenvolvida a Teoria da Atividade.

perspectiva, o método não é algo nem a priori, nem a posteriori da investigação, é simultâneo, compõe todo o processo de conhecer, pois:

“(...) articula de modo explícito ou implícito, o objeto, o problema, o referencial teórico, os procedimentos metodológicos, a relação entre pesquisador e realidade, a relação entre pesquisador e pesquisado, as possibilidades de análise e as reflexões e considerações possíveis.” (MOLON, 2008, p. 59)

Esta concepção de pesquisa como processo construtivo-interpretativo e interativo e de teoria e método como inseparáveis foi a base sob a qual se decidiu colocar o método no início da dissertação. O método utilizado neste trabalho trata de categorias teóricas, conceitos importantes e não se restringe a somente um meio de viabilizar a coleta de dados ou técnicas de análise do material coletado. O método aqui é parte do arcabouço teórico que dá sentido a pesquisa e que articula os diferentes elementos da sua construção, assim como o problema de pesquisa e as questões sobre um método construtivo-interpretativo, interativo e singular permeiam toda a revisão de literatura encontrada nos capítulos posteriores. Isso é possível neste estudo, pois o próprio conceito de coleta de dados não cabe dentro da Epistemologia Qualitativa uma vez que para González Rey (2005) a realidade é um sistema complexo formado por diversos campos em relação e independentes das práticas dos pesquisadores, mas uma vez que se coloca uma prática em ação, por exemplo, a pesquisa científica, forma-se uma nova realidade inseparável dessa ação. Assim, são os aspectos dessa realidade que são significados na pesquisa mostrando que apenas é possível um acesso limitado e parcial a ela, porém nunca direto e ilimitado. Logo, para este autor, não se tem acesso a dados puros que possam ser coletados, todas as informações advindas da pesquisa são resultado do novo campo pesquisador-pesquisado e da interpretação que é realizada. O autor ainda explica que isso não significa que a realidade nunca poderá ser conhecida, mas que é impossível descentrar a subjetividade do pesquisador e os efeitos de suas intervenções, objetivos muito perseguidos pelas ciências positivistas. (GONZÁLEZ REY, 2005)

Dessa forma, conclui-se que esta decisão de colocar as decisões metodológicas no início buscou deixar a construção do trabalho mais integrada ao demonstrar mais claramente as escolhas da pesquisadora desde o início e a articulação de todos os momentos da pesquisa. Com isso, também pretendeu-se atingir o que Molon (2008) destaca que a construção do método é simultânea a produção do conhecimento, e não causa dele, assim segundo a autora:

“(...) ocorre a desfeticização do método, já que o conhecimento não está contido nem no fenômeno investigado, nem no instrumento metodológico, tampouco é algo

transcendental ou mera de descrição, é algo concreto que se descobre no processo de investigação, na mediação entre teoria e método, sujeito e objeto, sujeitos e realidade.” (MOLON, 2008, p.60)

## 2.1 A EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA

A Epistemologia Qualitativa é uma abordagem para o estudo da subjetividade que não tem pretensão de predição, descrição e controle, mas de elucidar e conhecer os complexos processos de configuração da subjetividade. Por isso esta proposta define a subjetividade em termos qualitativos, ou seja, por sua natureza ontológica o que a distingue das epistemologias quantitativas para as quais é possível encontrar características universais e estáticas dos processos humanos. (GONZÁLEZ REY, 2002)

Os princípios gerais da Epistemologia Qualitativa são fundamentados nestas características da subjetividade que segundo González Rey (2003) são: 1) a subjetividade representa uma realidade que não pode ser acessada diretamente pelo investigador e que não pode ser interpretada de forma padronizada a partir de manifestações indiretas generalizáveis; 2) as expressões dos sujeitos e dos espaços sociais estão relacionadas a sistemas de sentido diferentes que precisam ser entendidos no contexto em que são produzidos; 3) os sentidos subjetivos aparecem de forma gradual na expressão dos sujeitos, através de espaços conversacionais em que o investigador transita na experiência do sujeito levando-o a ser sujeito de suas construções e facilitando a emergência de sentidos; 4) as configurações de sentido são dinâmicas e por isso estão em constante desenvolvimento dentro das práticas sociais, assim cada configuração de sentido de uma experiência ou prática pode estar associada a sentidos referentes a diferentes espaços da vida social.

Entendendo estes princípios fundamentais percebe-se que as formulações da Epistemologia Qualitativa de Fernando Luis González Rey fundamenta-se no entendimento da historicidade do homem e da constituição dos processos psicológicos não como questões restritas à biologia e às leis da natureza, mas como parte da ordem das leis histórico-culturais de maneira singular e subjetiva. Nesse sentido Molon (2008) destaca que a historicidade e a singularidade são mutuamente constitutivas do sujeito, logo os fenômenos psicológicos são inseparáveis do social, o qual é sempre político e ético, determinando o fenômeno psicológico como ético-político.

Com base nessas concepções as três exigências epistemológicas na Epistemologia Qualitativa, segundo González Rey (2002, 2003, 2005), são o caráter construtivo interpretativo, o caráter interativo da produção do conhecimento e o valor do singular. Isto

porque González Rey (2002) explica que o que define um método qualitativo são os processos implicados na construção do conhecimento, ou seja, a forma de produzir conhecimento e não a escolha de instrumentos, logo as diferenças entre esta epistemologia e as quantitativas são teóricas, epistemológicas e ideológicas e não metodológicas.

Nesta perspectiva entende-se, portanto, como uma das exigências epistemológicas, que o conhecimento é uma produção construtivo-interpretativa e não uma soma de fatos constatados no momento empírico. O pesquisador precisa dar sentido às expressões do sujeito uma vez que esta significação é indireta e implícita e somente pode ser entendida quando localizada nos espaços teóricos construídos hipoteticamente através da construção e interpretação do investigador. O pesquisador precisa integrar, reconstruir e formular construções interpretativas com o que é obtido na pesquisa e por isso tem um lugar ativo na construção do conhecimento. (GONZÁLEZ REY, 2002)

Esta definição, além de desfazer o modelo que enquadra a realidade em marcos gerais e estabelecer um caráter ativo ao pesquisador, também rompe com a fragmentação teórico x empírico, uma vez que não há rígida separação entre os dois. (GONZÁLEZ REY, 2002) A significação dos momentos empíricos é um ato de produção teórica, pois é inseparável do sistema teórico que está por trás desse ato de inteligibilidade. Sendo assim, o empírico não pode ser meramente definido como um atributo da realidade externa e o teórico não pode ser conceituado como rótulo que define o empírico. (GONZÁLEZ REY, 2005)

Deve-se entender que nesta forma de produção do conhecimento a teoria é o momento central, é um processo constante de produção de modelos de pensamento e de categorias que se articulam na formação de zonas de sentido da realidade estudada. A teoria auxilia o pesquisador no processo interpretativo, mas não como categorias a priori, rígidas e universais para todo o processo e sim como um dos sentidos do processo de produção do conhecimento. Trata-se de uma teoria articulada e conduzida ativamente pelo pesquisador, de uma ferramenta a ser questionada. O pesquisador, durante a pesquisa, constrói ideias que se confrontam e se integram produzindo continuidade ao seu pensamento e que não são identificáveis em momentos empíricos específicos. (GONZÁLEZ REY, 2002; GONZÁLEZ REY, 2003) Todavia, enfatizar que a pesquisa qualitativa é de natureza teórica, não implica em separá-la do empírico, mas significa que a metodologia é orientada para construir modelos de inteligibilidade sobre o que se estuda. O momento empírico é um cenário particular do momento de produção do conhecimento estando comprometido com o desenvolvimento da teoria de maneira indireta, implícita, juntamente com outra gama de fatores. (GONZÁLEZ REY, 2002; GONZÁLEZ REY, 2005) A relação entre teórico e empírico é, portanto,

implícita, indireta, mediata e muitas vezes contraditória, já que o momento empírico pode trazer informações que contradizem a teoria e essas confrontações estimulam o desenvolvimento da teoria, pois fazem o pesquisador postular categorias e suposições enriquecedoras. Portanto, o momento empírico é de confrontação e desenvolvimento da teoria e não de verificação dela. (GONZÁLEZ REY, 2002)

Essa característica da Epistemologia Qualitativa está alinhada com a pesquisa na perspectiva da Psicologia Social uma vez que para Tittoni e Jacques (1998) a pesquisa qualitativa é necessária para o quadro teórico construído pelo pesquisador, pois as categorias analíticas e explicativas que passam a ser formuladas a partir da interface do empírico com a referência teórica abre possibilidade de interpretar a realidade e não apenas demonstrar evidências. Para as autoras: “(...) Quando nos referimos a leitura do real estamos chamando a atenção para a questão da interpretação já que o dado empírico só adquire sentido a partir de uma concepção de caráter interpretativo da realidade.” (TITTONI; JACQUES, 1998, p. 79)

Assim também a Epistemologia Qualitativa está alinhada com a pesquisa com base na Psicologia Sócio-Histórica no que Molon (2008) explica que o objetivo dela é contribuir para a compreensão dos fenômenos psicológicos como processos mediados saindo das meras constatações e descrições dos fatos, da linearidade entre o empírico e o teórico. Para a autora, a atividade humana é composta por razão e sensibilidade, logo é possível uma produção imaginária que transforma a si mesmo e ao outro na atividade de pesquisa sem comprometer o rigor científico.

A segunda exigência epistemológica característica da Epistemologia Qualitativa é o caráter interativo da produção de conhecimento. A relação pesquisador-pesquisado é condição para o desenvolvimento da pesquisa e a interação essencial para a produção do conhecimento. Tal fato se dá por que há um reconhecimento do caráter interativo, motivado e intencional dos sujeitos. O participante adota uma postura específica frente às tarefas da pesquisa em um processo de comunicação entre ele e o pesquisador, o que os torna, ambos, responsáveis pela qualidade das informações que produzem. Entender essas dimensões significa demonstrar que os processos que formam as relações são expressões subjetivas, ou seja, as características psicológicas de ambos não podem ser isoladas desse contexto, logo não se pode ignorar o sujeito da função que se estuda e do contexto do estudo e nem a subjetividade do pesquisador. (GONZÁLEZ REY, 2002) Sendo assim, a investigação é concebida como um processo de diálogo que implica o pesquisador e os pesquisados ambos como sujeitos da construção do conhecimento. O pesquisador produz perguntas constantemente o que organiza o seu diálogo com o empírico e por isso ele também é visto como sujeito e suas ideias são valorizadas na



produção do conhecimento. (GONZÁLEZ REY, 2002) Ele mantém uma relação ativa com as pessoas estudadas em uma reflexão conjunta que é relevante para a qualidade da informação produzida e para a ética da investigação. (GONZÁLEZ REY, 2005)

A investigação científica nesta perspectiva não se trata de busca por uma resposta, uma vez que uma única resposta não expressa todas as contradições que se vive na pesquisa. Estas são frutos de um sujeito implicado e formam construções complexas que se desenvolvem ao longo da pesquisa. Por isso, o diálogo progressivo é uma das fontes principais de produção da informação. Ele propicia clima de segurança, tensão intelectual, interesse e confiança que leva a uma conceituação da experiência que não se desenvolve no cotidiano. (GONZÁLEZ REY, 2002) Pode-se dizer, portanto, que na pesquisa qualitativa a comunicação tem lugar especial como forma de se conhecer as configurações e os processos de sentido subjetivos que caracterizam os sujeitos individuais. Ela é via preponderante que possibilita entender o modo como as diferentes condições objetivas da vida social afetam o sujeito uma vez que os sujeitos precisam se implicar no problema de pesquisa através de seus desejos, interesses, necessidades quando se comunicam. (GONZÁLEZ REY, 2005)

González Rey (2002, 2003) ainda ressalta que entender a natureza interativa da produção do conhecimento leva a compreender esse processo como assimilador de imprevistos de todo o sistema de comunicação humana e torna-os significativos para o conhecimento. Deste modo, caracterizar a pesquisa como um processo dialógico modifica até mesmo o conceito de instrumentos de pesquisa, pois os momentos conversacionais formais e informais são fontes de informação, visto que o valor da informação se define pelo o que significa para o conjunto da pesquisa.

A Epistemologia Qualitativa ainda valoriza o singular como a terceira das exigências epistemológicas. Segundo González Rey (2002) singularidade não é igual à individualidade. A singularidade é uma realidade diferenciada na história da constituição subjetiva do sujeito. O sujeito enquanto singularidade é uma forma única e diferenciada de constituição subjetiva diferente da noção de indivíduo como entidade objetivada. Por isso, a legitimação do conhecimento produzido não se dá pela quantidade de sujeitos, mas pela qualidade de sua expressão. Segundo González Rey (2004) a necessidade de amostras significativas é uma herança do preconceito positivista que leva a uma coletivização metodológica artificial. Através da lógica indutiva afirma-se o que é estatisticamente significativo e abandona-se singularidade. Esse pressuposto da Epistemologia Qualitativa vai ao encontro das necessidades da pesquisa em Psicologia Social elencadas por Tittoni e Jacques (1998), pois

para as autoras escolhe-se a amostra não pela expressividade dos números, mas pela qualidade dos materiais que os sujeitos podem produzir para o tema estudado.

O valor do singular na construção do conhecimento também está relacionado ao lugar da produção teórica na Epistemologia Qualitativa. Ao considerar a pesquisa como produção teórica, ou seja, como produção constante de modelos de inteligibilidade que possibilitem consistência a um campo, e não como teorias enquanto saberes preexistentes sobre o processo de pesquisa focaliza-se os processos de construção intelectual que acompanham a pesquisa os quais tem no centro a atividade pensante e construtiva do pesquisador. A legitimação das informações provenientes de casos particulares tem valor em função do modelo teórico que o pesquisador desenvolve. (GONZÁLEZ REY, 2005) Sendo assim, entende-se que um estudo de caso tem valor de generalização, já que ele possibilita uma informação diferenciada que adquire valor dentro de um modelo teórico em desenvolvimento. A generalização não é realizada a partir da informação proporcionada pelo caso estudado, mas pela relação entre esta informação e o processo de construção teórica em desenvolvimento que já havia colocado o investigador em contato com o caso. Com isso busca-se produzir modelos conceituais para a realidade que estão além da descrição, mas formam construções teóricas complexas. (GONZÁLEZ REY, 2003)

Através dessas características percebe-se que para González Rey (2003), o real é complexo e por isso a ciência não pode se dar por acabada e buscar ter uma intencionalidade finalística. É preciso entender a lógica configuracional do complexo que pode assumir diferentes opções diante das transformações qualitativas e das emergências que o investigador percebe. Este entendimento vai ao encontro dos pressupostos expostos por Konder (2004) e Netto (2011). Segundo estes autores, também para Marx, o conhecimento não é um ato finalizado, mas um processo. Para reconhecer as totalidades com as quais a realidade se articula é necessário fazer uma identificação das contradições concretas e das mediações específicas que constituem a totalidade, somente assim é possível ir além da aparência para a essência do fenômeno. Konder (2004) ainda explica que “(...) é muito importante, também, não nos esquecermos que a totalidade é apenas um momento do processo de totalização (que, conforme já advertimos, nunca alcança uma etapa definitiva e acaba).” (KONDER, 2004, p.39) Nesse mesmo sentido González Rey (2003) afirma que:

“A teoria aparece não como um esquema geral dentro do qual tem que ser localizada toda informação encontrada, mas como um telão de fundo dentro do qual se produz o complexo diálogo com o real, diálogo a partir do qual novas zonas do real entram no espaço de inteligibilidade da teoria e outras zonas desafiam e são elementos de ruptura e desenvolvimento da própria teoria.” (González Rey, 2003, p. 274)

## 2.2 O MÉTODO CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVO

Na Epistemologia Qualitativa trabalha-se com o método construtivo-interpretativo que trata dos processos complexos, irregulares e plurideterminados da construção teórica na pesquisa qualitativa. Nesta lógica, diferentemente da indução e da dedução, o pesquisador está no centro da produção em diferentes processos de relação com o problema estudado. Esses processos articulam-se dependendo do problema estudado e do contexto fazendo com que a construção do conhecimento tenha uma lógica interna regulada por suas próprias necessidades intelectuais tendo o pesquisador lugar central nessa construção. Assim, o pesquisador constrói diferentes opções no curso da pesquisa, integra de diferentes formas as múltiplas informações em suas ideias e ambas são consideradas sínteses de natureza teórica. É em função dessas teorizações que se alcança novos momentos para formar novas áreas de sentido sendo que os novos elementos ou ideias surgidas no momento atual não decorrem linearmente de momentos anteriores. (GONZÁLEZ REY, 2002)

González Rey (2004) argumenta ainda que o método construtivo-interpretativo está relacionado ao conceito de lógica configuracional. Para ele este conceito:

“(...) tem a intenção de definir o processo construtivo permanente que envolve o investigador durante o processo de investigação, dentro do qual ele/ela se transforma no centro que protagoniza o processo de construção do conhecimento, centro que durante muito tempo tentaram colocar em processos lógicos relativamente despersonalizados e externos com relação ao curso atual do processo de produção da informação. O investigador se transforma, assim, em sujeito do processo de investigação, posição que só poderá desenvolver na medida em que as pessoas investigadas também assumam essa condição e se envolvam no curso da investigação.” (GONZÁLEZ REY, 2004, p.170)

A partir do método construtivo-interpretativo e do conceito de lógica configuracional, as informações produzidas não são apenas dados empíricos, mas ideias, conceitos, construções, elaborações teóricas e subjetivas. Por isso, o foco é a construção de indicadores e não a junção de dados como fatos objetivos provenientes do objeto. Nesta concepção, a ideia de indicador é diferente de dado de pesquisa, pois o dado é uma entidade objetiva que tem valor em si, como se fosse um elemento objetivo do objeto estudado. Já o indicador integra a informação do objeto ao sentido subjetivo da produção teórica do pesquisador. Assim, os indicadores ganham finalidade explicativa e não descritiva, pois integram de forma indissolúvel o subjetivo e o objetivo em uma unidade que tem seu valor no processo de conhecimento que a originou e nos processos gerais de desenvolvimento da teoria. (GONZÁLEZ REY, 2002)

Assim, González Rey (2002) explica que:

“O processo de definição de indicadores é um processo de construção teórica de complexidade crescente em que o indicador se torna elemento de relação entre os diferentes níveis da produção teórica e as zonas de sentido do objeto a que os ditos níveis dão acesso. O indicador é parte do processo permanente em que se constrói o conhecimento e é um dos elementos essenciais que facilitam a viabilidade do processo de conhecimento. O indicador não tem valor como elemento isolado e estático, mas como parte de um processo em que funciona em estreita interrelação com outros indicadores.” (GONZÁLEZ REY, 2002, p.114)

Quando se desenvolve os indicadores chega-se a conceitos e categorias a partir de um processo criativo. Estas são uma construção em relação aos indicadores, não significando uma conceituação deles e nem sendo verificada neles, mas dialoga com eles já que é uma construção teórica que os localiza no sentido subjetivo que os expressa. Essas construções permitem adentrar em novas zonas do estudado que podem levar a novas categorias. Sendo assim, as categorias são instrumentos do pensamento que contém o momento do objeto estudado, o contexto histórico-cultural desse momento e a história do pesquisador que o levou a ter uma sensibilidade criativa. Logo, as categorias e construções somente tem relação indireta com o objeto, mas são condições para o avanço da teoria em direção a novas zonas de sentido sobre a realidade estudada fazendo da pesquisa uma constante produção de pensamento que avança com a integração e generalização que as categorias representam. (GONZÁLEZ REY, 2002)

Assim, o método construtivo-interpretativo não busca resultados finais que se tornem referencias universais e invariáveis. Ele busca produzir novos momentos teóricos que contribuam para a produção do conhecimento. Nesta perspectiva, a interpretação é a atribuição de significado às diversas manifestações do estudado durante a organização conceitual em um processo constante de complexidade progressiva, não reduzindo a complexidade do objeto a categorias fixas e universais, mas convertendo as diversas manifestações em momentos particulares do processo geral visando a construção teórica do sujeito dentro da sua condição social. (GONZÁLEZ REY, 2002)

Nesta lógica, a legitimidade do conhecimento que está sendo produzido está relacionada a possibilidade de avançar na construção teórica do estudado tendo continuidade e congruência, isto é, integrando novas áreas de sentido e enfrentando rupturas sem perder a integridade como teoria. (GONZÁLEZ REY, 2002) Assim, a pesquisa científica produz zonas de sentido, que são espaços de inteligibilidade os quais não fecham o estudo sobre o tema, mas abrem possibilidade de novas construções. Isto é possível porque o conhecimento não

tem valor por sua correspondência real e imediata com a realidade, mas pela capacidade de criar novas zonas de inteligibilidade que permitam novas ações sobre ela e novos caminhos teóricos. (GONZÁLEZ REY, 2005)

A partir desses entendimentos pode-se concluir que o método construtivo-interpretativo é uma forma de produção do conhecimento que está de acordo com os pressupostos das pesquisas na Psicologia Histórico Cultural e da Psicologia Sócio-Histórica interface pela qual caminha esta pesquisa, pois para estas perspectivas a pesquisa é entendida como atividade humana mediada socialmente, uma ação social, política, ética e estética com o objetivo de construir um novo conhecimento que implicará transformação. (TITTONI; JACQUES, 1998; MOLON, 2008)

### 2.3 O PROCESSO GRUPAL

Lane (1997b) afirma que todo estudo do indivíduo remete a um grupo uma vez que não é possível sobreviver sozinho, desde o nascimento o homem precisa socializar-se. A socialização primária ocorre na família e nessa situação já existe a ação do contexto histórico e social nos padrões ou modelos de relação familiares aplicados, pois os aspectos internalizados nesse contexto já estarão ligados às questões da classe social que a família pertence. Os familiares são os “outros significativos” com quem a criança pode contar para os seus cuidados e para começar a construir representações sobre o mundo a partir da identificação com eles. Logo, já neste momento da vida forma-se um sistema de valores. (LANE, 1981)

A socialização secundária acontece com o sistema educacional no qual também existe a institucionalização e que através de objetivos, direitos, deveres e conteúdos reproduzem-se as relações sociais existentes. Nessa fase a visão de mundo proveniente do sistema familiar passa a ser questionada, pois se formam outros laços afetivos, desenvolve-se o pensamento e aumentam as experiências sociais dos indivíduos possibilitando a abertura para novas alternativas. (LANE, 1981) Este momento está mais ligado à complexidade das relações de produção já que se internalizam as funções específicas das instituições, as subdivisões do mundo concreto e as ideologias da sociedade. (LANE, 1997b)

Pode-se perceber, portanto, que na perspectiva construída por Silvia Lane quando se estuda o desenvolvimento do indivíduo este estudo sempre remete a grupos e demonstra a unidade dialética homem-sociedade mostrando que o grupo é uma condição para se conhecer as determinações sociais que agem sobre o indivíduo, assim como sua ação como sujeito

histórico. Sendo assim, para autora, o indivíduo não está em relação dicotômica com o grupo não sendo possível realizar a separação indivíduo sozinho e indivíduo em grupo. (LANE, 1997b).

Para Lane (1997b), o grupo é na verdade um processo grupal e na sua função histórica ele mantém ou transforma as relações sociais derivadas das relações de produção e com isso, através de sua organização e nas suas ações, reproduz ideologias. Estas ideologias somente podem ser captadas com um estudo histórico do grupo, como processo e inserido em uma totalidade maior. Assim também esta autora afirma que as práticas sociais valorizadas em um grupo são institucionalizadas em normas e/ou leis sociais por terem garantido ao longo do desenvolvimento humano a manutenção do grupo social. Estas normas e/ou leis (dependendo da rigidez da sua aplicação) caracterizam os papéis sociais e determinam as relações sociais. Quanto mais importante para a manutenção de um grupo social for uma norma ou uma lei, mais delimitadas e fixas são.

Lane (1997b) também explica que as relações grupais são mediadas por instituições sociais e consequentemente pelas ideologias que estas disseminam através dos papéis sociais e representações que afirmam ser corretos. Logo, o papel que cada um exerce no grupo não pode ser entendido pelo significado das situações em si, mas sempre dentro da inserção que cada um tem no grupo e das relações sociais no contexto em que o grupo acontece.

Entretanto, Lane (1981) afirma que a individualidade existe mesmo dentro do entendimento de que as pessoas são determinadas pelos papéis sociais que ocupam, pois existem diversas variações no exercício desses papéis, ainda que sempre sejam mantidas as características de cada papel necessárias para a manutenção do status social. Portanto, as individualidades são construídas no processo de interação com os outros no grupo havendo diferenças e semelhanças. Nesse sentido, para a autora, a identidade é construída dentro do processo grupal e poderia ser entendida como um conjunto de papéis que o indivíduo exerce durante a vida e que determinam características dele. Todavia, como estes papéis buscam manter as relações sociais determinadas, não se pode falar de identidade construída livremente. O que existe na sociedade é uma mediação ideológica que faz acreditar nisso, mas sabe-se que as condições sociais decorrentes da produção material da vida na história pessoal de cada um contribuem para a formação dos papéis sociais e da identidade. Assim, perceber essas múltiplas determinações significa desenvolver a consciência de si a qual pode levar ao questionamento desses papéis.

Portanto, quando se estuda grupos como os movimentos sociais, entre eles o estudantil, percebe-se que estes grupos ganham vida na ação humana e por isso estão ligados

a mecanismos psicossociais. Para Mortada (2005) para compreender o movimento estudantil é preciso conhecer seus integrantes dentro dos seus contextos culturais, sociais, econômicos, políticos e ideológicos, uma vez que o ser militante se faz na atividade sendo a militância constituinte do psiquismo. A identidade de militante se mantém no exercício da atividade, ao comparecer frente a um grupo que detém a mesma identidade, ao reafirmá-la e atualizá-la.

Entender essa importância do grupo para a compreensão dos papéis sociais, das regras e normas, das ideologias reproduzidas e da formação da identidade, assim como conceber uma relação não dicotômica entre indivíduo e sociedade e sim enquanto elementos de uma constituição dialética foram alguns dos motivos que levaram a pesquisa a ser realizada em encontros grupais. Mas, o principal motivador para este formato de produção das informações deu-se por que os sujeitos dessa pesquisa são participantes do movimento estudantil, uma instituição que marcadamente age e se comunica através da coletividade, logo conhecer configurações subjetivas que produzem dentro do processo grupal foi imprescindível ao trabalho. Para tanto se baseou no que González Rey (2002) trata sobre trabalho com grupos. Para este autor o grupo não é uma soma de indivíduos, mas um sistema em que há uma subjetividade grupal. Esse entendimento é primordial, pois muitas informações produzidas nesse contexto podem ser diferentes das que seriam produzidas com os indivíduos isoladamente. Assim, a subjetividade grupal se mostra gradualmente no processo e representa um momento constitutivo da pesquisa de caráter social.

González Rey (2002) explica que o passo inicial para o pesquisador que trabalha com grupos é formar vínculos formais e informais com o segmento a ser estudado e a partir dele é possível encontros mais profundos. Assim, a complexidade da pesquisa aumenta de forma progressiva e no decorrer do processo surgem informações relevantes para o estudo e que geram novas exigências. Também é importante entender que no trabalho com grupos é imprescindível articular dinâmicas grupais e trabalhos individuais, pois a superação da dicotomia indivíduo e sociedade no nível teórico pressupõe a integração metodológica de ambos os momentos.

Assim também cabe frisar ainda que ao trabalhar com grupos o pesquisador precisa tomar decisões constantes, como quais pessoas serão selecionadas para o estudo. Estas precisam colaborar para o desenvolvimento de novas zonas de sentido sobre o tema. Por isso a seleção dos participantes não é definida a priori e fechada logo no começo da pesquisa, ela é regida pela demanda do processo e acompanha o desenvolvimento da pesquisa. (GONZÁLEZ REY, 2002)

## 2.4 IDEOLOGIA

Para Marx e Engels (2009) as ideologias surgem no momento em que a divisão social do trabalho separou o trabalho material (ou manual) do intelectual trazendo uma aparente independência entre as ideias e a realidade e uma falsa superioridade daquelas em relação a esta. A consciência passou a ser entendida como consciência de algo que não é real, sendo emancipada do mundo como algo puro. Assim, formou-se um sistema de ideias, representações, normas e regras que se acredita serem provenientes do pensamento existindo independentemente das condições materiais. Essas ideias deixaram de ser entendidas como produtos de homens determinados no tempo e espaço e assim surgiram as ideologias. Chauí (2001) explica que a ideologia tem um corpo explicativo e prático que prescreve comportamentos e valores, normatiza e regula práticas para dar uma explicação racional aos membros da sociedade dividida em classes sobre as diferenças sociais, políticas e culturais, ocultando sua origem na divisão das classes. Sendo assim, para a autora, a ideologia é um fato social, pois é construída nas relações sociais e refere-se a certa forma de produzir ideias na sociedade em determinada época – forma que separa as ideias das condições sócio-históricas em que foram produzidas.

Lane (1997a) complementa que a ideologia é um produto histórico cristalizado em instituições que divulga uma concepção de homem necessária para reproduzir relações sociais fundamentais para as relações de produção. Em todas as sociedades há contradições internas que a negam, logo a função da mediação ideológica é ocultar essas contradições trazendo valores, explicações, conceitos que levam a reprodução das relações sociais. Assim, quando a ciência apenas descreve os fenômenos sem entender a sociedade como produto histórico produzido por um movimento dialético, não é possível perceber a mediação ideológica vigente e o resultado é a veiculação de conhecimentos como fatos relativos à natureza inerente do homem. Portanto, Chauí (2001) destaca que a ideologia faz aparentar que as ideias contidas na sociedade são independentes do contexto histórico e social em que foram criadas e que podem explicá-lo, entretanto, é a realidade objetiva que explica tais ideias. A ideologia inverte a relação entre as ideias e o real. A realidade não é composta de coisas isoladamente e de ideias sobre elas, o que existe é um entrelaçamento do ser e do seu significado social. Assim, Chauí (2001) afirma que os entes reais

“(...) são formas de nossas relações com a natureza mediadas por nossas relações sociais, são seres culturais, campos de significação variados no tempo e no espaço, dependentes de nossa sociedade, de nossa classe social, de nossa posição na divisão



social do trabalho, dos investimentos simbólicos que cada cultura imprime a si mesma através das coisas e dos homens.” (Chauí, 2001, p.18)

Indo ao encontro desse entendimento, Marx e Engels (2009) destacam que a realidade é um processo, um movimento no tempo que constitui os seres e suas significações a partir das relações sociais (relações dos homens entre eles e com a natureza). Estas relações sociais são construídas pelos próprios homens reais e são a fonte do conhecimento sobre o como e o porquê das ações e dos pensamentos deles e dos sentidos que atribuem a estes. Portanto, é necessário entender a origem das relações sociais dentro do processo histórico para não apenas reproduzir ideologias sob novas versões.

“(...) São os homens que produzem suas representações, suas idéias, etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real .(...)” (MARX; ENGELS, 2009, p. 19)

González Rey e Martínez (2017) vão além da explicação marxista sobre ideologia que a relaciona as forças produtivas e as relações de produção. Segundo os autores, a ideologia é uma das formas de expressão da subjetividade social. Processos institucionais dominantes se perpetuam e são legitimados através das ideologias que são expressões subjetivas na vida social. Sendo assim, as ideologias são produções subjetivas que tem conteúdo mítico e se alicerçam em sistemas de crenças com forte valor afetivo. São elas que possibilitam a integração social em torno de um projeto social, por exemplo.

Entender este conceito de ideologia é essencial para o trabalho a fim de não naturalizar a categoria de estudo, a participação política estudantil. É necessário entender os discursos veiculados, as ideias defendidas e as ações realidades com base no contexto material onde eles nascem e na subjetividade social da qual fazem parte. Sabe-se que diferentes ideologias perpassam a sociedade dando um encaminhamento às lutas, aos posicionamentos, aproximando e distanciando pessoas justamente pelo viés ideológico dos grupos e de como essas produções subjetivas sociais se configuram nas individualidades sociais. Assim, faz-se necessário pensar essa categoria na participação política do movimento estudantil.

## 2.5 CONSCIÊNCIA

Diferentes autores da Psicologia Histórico Cultural discutem a questão da consciência, alguns de forma mais fiel aos escritos de Marx e Engels, outros de forma mais

crítica a eles e ainda assim avalia-se que todos podem ser incluídos na abordagem Histórico Cultural da psicologia. Faz-se importante neste momento do trabalho trazer estas bases mais ligadas a Marx e Engels, passar pelos escritos de Vigotski, Luria e Leontiev e também apresentar a perspectiva de González Rey para definir os fundamentos a partir dos quais as discussões serão realizadas posteriormente.

Para Marx e Engels (2009), o homem é um ser natural porque pertence à espécie animal, com características biológicas herdadas, mas diferente dos outros animais, o homem, através da sua atividade vital, o trabalho, passou a produzir seus meios de existência. Luria (1991) explica que o homem não somente emprega os instrumentos de trabalho, como também os prepara e esta preparação desde a época do homem primitivo já mudava radicalmente a atividade humana em relação à atividade animal, pois não era determinada por um motivo biológico imediato, mas exigia conhecimento da operação a ser executada. O preparo dos instrumentos pode ser chamado então de primeira forma de atividade consciente que levou a uma mudança radical em todo o comportamento, tornando-o mais complexo por separá-lo da satisfação imediata de uma necessidade biológica e estruturando-o em diversas ações dirigidas por um objetivo consciente sendo que estas ações somente adquirem sentido quando comparadas ao resultado final. Para o autor, outra condição para formação da atividade consciente no homem foi o surgimento da linguagem, principalmente por que ela se tornou o meio de comunicação pelo qual os homens conservavam e transmitiam informações e assimilavam a experiência acumulada pelas outras gerações. A linguagem parece ter se originado a partir das relações sociais de trabalho, pois a forma conjunta de atividade fez surgir a necessidade de transmitir informações e designar coisas.

Assim também Vigotski (1999) vai ao encontro das ideias desses autores afirmando que diferente do animal que constrói seu comportamento sobre a experiência herdada geneticamente de seus ancestrais e sobre o instinto, o homem não apenas se restringe a esse fato, mas tem acesso a uma experiência muito mais ampla que é a experiência histórica e social a qual está relacionada à experiência das gerações anteriores que foi transmitida a cada indivíduo socialmente fazendo com que a apropriação de certos conhecimentos seja possível sem que o indivíduo tenha que passar concretamente pela experiência. Para o autor, também pode-se perceber que diferente dos animais, o homem não se adapta passivamente ao meio, mas sim ativamente. Nesse sentido, nos seres humanos, há uma duplicação da experiência, uma vez que a modificação feita na natureza encontra-se primeiramente na mente do ser humano antes de executá-la.

Assim, Marx e Engels (2009) ainda destacam que através do trabalho, com o aumento da produtividade, das necessidades e da população a consciência foi se desenvolvendo e ganhando nova forma. Entendendo esta origem, percebe-se que a consciência é um produto social que está ligado às condições materiais de produção da existência e às formas de intercâmbio e cooperação entre homens reais. Ou como afirmava Luria (1991) “As peculiaridades da forma superior de vida, inerente apenas ao homem, devem ser procuradas na forma histórico-social de atividade, que está relacionada ao trabalho social, com o emprego de instrumentos de trabalho e com o surgimento da linguagem. (...)” (LURIA, 1991, p.74)

Procurando explicações para o problema do estudo da consciência na psicologia Vigotski (1999) empreendeu diferentes estudos e chegou a algumas conclusões que coincidem com os estudos de Marx e Engels e vão além. Este autor dizia que a consciência se desenvolve desde o nascimento, tendo origem nas experiências do indivíduo, estando em relação de dependência psicológica do meio (no sentido em que a experiência determina a consciência) e tem um papel regulador em relação aos comportamentos. Afirmava também que a psicologia dialética precisava tratar do problema da consciência a partir da integralidade, reconhecendo a unidade de processos fisiológicos e psicológicos (o que não significa identidade deles, muito menos oposição). Logo a base da consciência estaria relacionada a um mecanismo de transmissões de diferentes reflexos que agem conforme leis gerais. Sendo assim os diferentes excitantes lutam entre si para formar reações de respostas do organismo e o comportamento que se realizado é somente um dentro da diversidade possível. O cérebro seria o sistema que coordena esses reflexos que chegam de diferentes origens sendo, portanto, o sistema nervoso integrado pela totalidade do indivíduo. Continuando os estudos dessa integralidade mostrou que a consciência de si mesmo é construída da mesma forma como se constrói a consciência dos demais, pois uma pessoa consegue ter consciência de si mesma somente a medida em que é um outro para si, ou seja, somente na medida que os reflexos próprios tornem-se novos excitantes. Assim essa vertente individual da consciência é derivada da base social. E finalmente nos estudos mais avançados alcançou a consciência em relação às funções psicológicas superiores, sendo ela um sistema interfuncional que produz uma atividade psíquica superior diferente da atividade animal. “A consciência está estruturada como sistema. Os sistemas estáveis caracterizam a consciência.” (VIGOTSKI, 1999, p.187)

Duarte (2004) explica que Leontiev ao continuar os estudos de Vigotski e desenvolver a Teoria da Atividade entendeu que a atividade psíquica consciente humana é produto das funções psicológicas superiores sendo um reflexo psíquico consciente

desenvolvido na atividade. Logo, a atividade psíquica superior, na relação com objetos concretos da atividade, decodifica elementos do real em termos psíquicos compondo uma imagem do real que permite uma interação mais complexa. Desta forma, a atividade prática com objetos concretos é o caminho para se compreender a origem e o desenvolvimento dos processos psíquicos.

González Rey (2012) critica essa forma de entendimento, pois para ele o primado do caráter prático da atividade sobre os processos psíquicos impossibilitou o desenvolvimento de temas como a subjetividade já que identificava os processos psíquicos como atividade interna que por sua vez eram estruturalmente iguais à atividade externa. Leontiev, ao compreender a atividade como ação com objetos externos, produzidos culturalmente, entendia que estes influenciavam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores a partir da relação direta com esses objetos. Este entendimento, além de reduzir a definição de social também simplifica a trama simbólica que os espaços sociais formam e onde estas atividades ocorrem. (González Rey, 2012). Segundo González Rey (2004),

“A ideia de reflexo, com efeito, pretende fazer com que tudo o que ocorre em nível psicológico dependa de influências externas. Isso desconsidera a capacidade geradora da psique, que aparece mais como um reflexo do que como uma produção daquilo que ocorre externamente. Esta produção seria constituída por elementos de sentido diferentes, entre os quais estariam aqueles procedentes da história do sujeito, assim como outros oriundos do contexto no qual ele atua. A ideia de reflexo nos remete a uma ideia de imediação entre o interno e o externo que, na verdade, termina substituindo a psique pelo externo, um fantasma que ainda hoje subsiste entre os autores que compartilham esse marco de referência.” (González Rey, 2004, p.26)

Haja vista esta visão mais objetivista e determinista que a Teoria da Atividade de Leontiev produz, escolheu-se outra concepção de consciência para este estudo que a entenda a partir da capacidade geradora da psique, em que a consciência vai além de um reflexo da realidade objetiva, mas implica a produção do sujeito sobre esta realidade a partir de complexas configurações subjetivas construídas ao longo de toda sua história individual e social em articulação no momento. Não se trata de desconsiderar o social, os sistemas de produção, as atividades e as relações, mas entender como estes fatores entram em uma relação simbólica e única a partir da construção de cada sujeito.

Esta concepção é a elaborada por González Rey (2003) que explica que a consciência seria um momento de organização, de representação do sujeito no sistema complexo que é a subjetividade – categoria central do presente trabalho. Para este autor o sujeito consciente é aquele que é ativo, que gera sentidos sobre os momentos de sua história integrando os efeitos da ação consciente ao sistema subjetivo. Para o autor trata-se de participar intencionalmente

da vida e para isso precisa organizar sua própria linguagem, reflexão, elaborar projetos e construir suas filosofias, crenças e representações. Nessa perspectiva consciência não é similar à razão, ela é da ordem da representação, da intencionalidade, da reflexibilidade, sendo um processo de comprometimento com a ação. Neste sentido González Rey (2004) afirma: “A consciência é uma via de produção de sentido que implica representações e formulações intencionais, mas que está sempre construída por processos de sentido que se integram a essas representações e que ficam fora da ‘visibilidade’ consciente do sujeito.” (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 22) Essa concepção de consciência é essencial para os objetivos do presente trabalho uma vez que a promoção de espaços conversacionais necessita considerar a produção de sentidos subjetivos e de configurações subjetivas no processo de reflexão e de conscientização, nem sempre conscientes para o próprio sujeito, mas que a pesquisa permite torná-los conscientes a partir de construção de indicadores, hipóteses e de novas zonas de inteligibilidade.

## 2.6 ALIENAÇÃO

O trabalho é, para Marx e Engels (2009), a atividade constituinte e fundante do ser humano, entretanto ao longo do desenvolvimento da humanidade houve a divisão social do trabalho. Esta divisão já passou por diferentes estágios e em cada um determinou diferentes relações dos indivíduos entre si no que diz respeito à matéria, aos instrumentos e aos produtos do trabalho. Portanto, é com a divisão do trabalho, principalmente no momento da divisão do trabalho material e espiritual, que a consciência parece emancipar-se da práxis e a atividade de produção da vida passa a configura-se como alienada, fazendo com que a consciência também seja, pois ela se constitui a partir das condições objetivas de existência.

Nesse sentido Konder (2004) afirma que as divisões sociais do trabalho na sociedade capitalista, que tem como característica a propriedade privada, a existência de classes sociais e a exploração do trabalho, fazem com que o trabalho não sirva para humanização, mas para alienação. Isto por que com estas divisões houve maiores dificuldades para os homens pensarem seus problemas e encará-los de um ângulo universal já que sempre estava presente a perspectiva parcial da classe social. Juntamente com isso, a expansão da propriedade privada também criou um estranhamento entre o trabalhador e o trabalho, pois o produto do trabalho pertence a outro indivíduo que não o trabalhador. Desta forma, o ser humano não se realiza no seu trabalho, mas se aliena, não se liberta e desenvolve sua consciência, mas recai em novas opressões.

Assim, para Marx e Engels (2009), a alienação é um processo gerado pelas relações sociais de dominação que resultam na não-efetivação individualmente das possibilidades historicamente produzidas de objetivação consciente, livre, social e universal. Konder (2004) ressalta que na sociedade capitalista o homem é alienado em 4 aspectos: 1) alienado na sua própria atividade, pois vende sua força de trabalho que passa a ser uma mercadoria; 2) alienado de si e de sua natureza, pois o trabalho constitui e funda o ser humano, mas é parcelado pela divisão social; 3) alienado de seu ser genérico, pois não consegue ter acesso aos produtos de seu trabalho; e 4) alienado dos outros homens, pois não consegue reconhecer-se, identificar-se com os outros como conjunto de seres humanos com os quais produz sua vida.

González Rey e Martínez (2017) propõe um entendimento sobre alienação que vai além da visão determinada pelas relações sociais e de trabalho em Marx e Engels e muitos autores que continuarão seus estudos. Para eles, uma vez que a ideologia é uma construção dentro da subjetividade social, a alienação acontece, pois há projetos que claramente se apoiam em ideologias mais invasivas e repressivas da individualidade. Isso por que buscam negá-la colocando como metas e objetivos sociais utópicos, mas que são relevantes para os integrantes que fazem parte do grupo e que tomam configurações subjetivas diferentes na subjetividade individual de cada membro. Neste caso, a alienação estaria relacionada à repressão da individualidade.

Sendo assim, a alienação enquanto produto das ideologias, da subjetividade social e individual precisa ser discutida nesse estudo para entender como ela pode ser constituída até mesmo dentro dos movimentos sociais que se propõe serem revolucionários sendo uma produção subjetiva que compõe os sujeitos.

## 2.7 OBJETIVO GERAL

Esta investigação científica tem o propósito de compreender as configurações subjetivas da participação política construídas por alunos ativos no Centro Acadêmico de Psicologia (CAP) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

### 2.7.1 Objetivos específicos

Considerando que a subjetividade é um sistema complexo e dinâmico que se constitui historicamente em articulação com as condições sociais, culturais, econômicas,

políticas, tecnológicas e ideológicas vigentes, pretende-se desdobrar o objetivo geral em 5 objetivos específicos:

- 1) Compreender os motivos ligados ao engajamento desses alunos em um movimento estudantil;
- 2) Verificar a experiência de participação política desses alunos com foco na relevância pessoal e social dessa prática para eles;
- 3) Averiguar as relações entre os conhecimentos científicos transmitidos na graduação em Psicologia e as práticas políticas vividas pelos estudantes do CAP;
- 4) Compreender as configurações subjetivas produtoras de sentidos subjetivos no espaço conversacional e de reflexão sobre a temática de participação política e suas implicações no processo de constituição desses estudantes;
- 5) Produzir novas zonas de inteligibilidade sobre participação política e movimento estudantil.

### 3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

Diversas revoluções, insurreições, resistências, em diferentes sociedades e épocas, tem em comum um grupo de atores: os estudantes. Organizados em entidades estudantis, associações ideológicas ou organizações políticas, eles estiveram presentes nas lutas por transformações ao redor do mundo. No século XIX, houve, por exemplo, os estudantes que lutaram pela unificação alemã e os *narodniks* na Rússia czarista – grupo anarquista que lutava contra a família real e as altas autoridades russas. No século XX, em 1968, estudantes estavam fortemente implicados tanto na Primavera de Praga, pela liberalização política na antiga Tchecoslováquia, assim como na França, com uma mobilização estudantil mostrando a insatisfação com a política e incentivando a mudança da racionalidade ocidental baseada na moral e nos bons costumes. (ARAUJO, 2007)

Ainda na década de 60 e 70, já nas Américas, estudantes dos Estados Unidos se opuseram a Guerra do Vietnã e propuseram um modelo de vida de paz e amor que foi difundido por todo o mundo. Neste mesmo período, especificamente na América Latina, jovens universitários assumiam papel de guerrilheiros para lutar contra as ditaduras militares. Trata-se, portanto, de alguns exemplos da implicação dos estudantes em momentos marcantes da história mundial. (GONÇALVES; CARRA, 2013)

Segundo Braggio e Fiuza (2013), no Brasil, historicamente, a entidade máxima de representação estudantil é chamada de União Nacional dos Estudantes (UNE) que se engaja em questões de âmbito nacional e traça diretrizes gerais de ação. Abaixo dela existe a União Estadual dos Estudantes (UEE) que representa os universitários dos Estados e envolve-se em lutas regionais. Após essa unidade estadual, há o Diretório Central dos Estudantes (DCE's) que reúne os interesses dos estudantes de uma universidade específica. E na base da estrutura há os Diretórios Acadêmicos (DA's) ou Centro Acadêmicos (CA's) os quais se responsabilizam tanto pelos assuntos mais gerais do movimento estudantil, como pelas questões internas de cada curso universitário. Segundo pesquisa documental dos autores essa estrutura configurou-se na década de 60 estabelecendo-se como uma estrutura hierárquica sendo que as ordens que eram estabelecidas pelas instâncias superiores precisavam ser acatadas pelas inferiores sob o risco de desvinculação da entidade.

Existem divergências quanto a data de criação da UNE: alguns defendem que esta entidade foi criada em 1937 no I Conselho Nacional de Estudantes instaurado pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, na Casa do Estudante do Brasil (Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1937). Outros delimitam seu início em dezembro de 1938, no II Congresso



Nacional de Estudantes, pois afirmam que na época do I Conselho, vésperas do Estado Novo, os estudantes consentiram em não tratar de temas políticos na UNE e o apoio ministerial aconteceu justamente para mantê-los despolitizados e sob fácil controle. Já no II Congresso, os estudantes demonstraram sua disposição em atuar social e politicamente. (ARAÚJO, 2007)

Sabe-se que esta divergência de datas ocorre em função de se tratar de uma instituição que reuniu desde seu início diversos grupos com diferentes características políticas e ideológicas e assim cada grupo enuncia uma versão sobre a criação da UNE segundo seus objetivos e interesses. (ARAÚJO, 2007) Nesse sentido, é importante destacar o que lembra Mesquita (2008) sobre os movimentos sociais, entre eles o estudantil. Para o autor eles não se vinculam por lógicas externas e não são um dado empírico unificado. Estes movimentos são formados por diversos processos, atores, estratégias, uma pluralidade de grupos que negociam, trocam, decidem internamente e assim constroem sua identidade coletiva.

Gonçalves e Carra (2013), destacam que em linhas gerais a luta dos estudantes brasileiros tratava-se de um clamor por responsabilizar-se por uma participação efetiva na administração universitária, sentindo que a Universidade pertencia a eles e não ao Governo. Forachi (1965) afirma ainda que este objetivo de responsabilizar pela universidade ao longo do tempo foi estendido para o compromisso com as demandas sociais por que ao engajar-se na luta reivindicativa em torno da reformulação das questões relacionadas à sua formação profissional, os estudantes apreenderam as limitações sociais ligadas a sua condição de classe. Isso fez com que a ação destes atores se ampliasse atingindo alvos que procuravam transcender os limites dessa condição. Segundo a autora, foi dessa forma que as ações dos estudantes começaram a ultrapassar a luta dentro das universidades visando à transformação da sociedade, parece ter sido assim que houve uma reformulação de valores e uma organização da experiência que redefiniu interesses e focou a ação concretamente.

Dessa forma, percebe-se e busca-se ressaltar nesta pesquisa que desde esse início até os dias atuais os objetivos do movimento estudantil já passaram por diversos formatos e conteúdos, por isso os estudantes que integram os movimentos estudantis e sua forma de militância devem ser pensados a partir de suas épocas, contextos específicos, vinculações ideológicas e objetivos.

A fim de entender melhor essa constituição plural ao longo da história é necessário neste momento compreender os múltiplos determinantes desse movimento no seu desenvolvimento.

Retomando diferentes momentos e contextos históricos do movimento estudantil no Brasil, Araujo (2007) e Lewin (2017) explicam que a primeira fase desse movimento pode ser

chamada de fase elitista (1937-1961), pois o ensino superior ainda estava restrito aos filhos de famílias tradicionais, proprietários de terras e elites industriais. Por esta característica, nesse momento, segundo o autor, tanto os grupos de direita como os de esquerda empreendiam lutas em prol do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, ainda que os grupos de esquerda defendessem que este deveria ser uma fase antes de se desenvolver o socialismo.

No início dos anos 60 começou a fase nacional-popular ou fase de contestação (1961-1985) chamada assim, pois se vinculou às massas trabalhadoras (operários, vias campesinas, comunidades, etc.) em função de alguns fatos importantes: federalização das universidades que permitiu a entrada da classe média trabalhadora; criação do Centro Popular de Cultura (CPC, em 1961) pela UNE com o objetivo de desenvolver uma cultura popular progressista através da arte, levar a crítica quanto às condições do país e divulgar os conceitos marxistas para camadas populares da população; ditadura de 1964 em que as universidades foram os redutos onde ainda se difundia conceitos ligados ao pensamento de esquerda, já que os partidos políticos de esquerda tornaram-se clandestinos na época; e o Ato Institucional número 5 (AI5) em 1968 que acabava com a liberdade de organização abolindo até mesmo a UNE. (LEWIN, 2017) Nesse momento o movimento estudantil ao invés de ser enfraquecido pela conjuntura política tornou-se mais forte e foi essencial na luta pela redemocratização de tal forma que é nesse período que ele se destaca como importante ator nas lutas sociais. (ARAUJO, 2007; BRAGGIO; FIUZA, 2013)

Lewin (2017) ainda explica que com o fim da ditadura militar começa a fase de readequação do movimento estudantil em que foi necessária a reorganização dos grêmios estudantis fechados pela ditadura o que se deu juntamente com a reorganização democrática, a entrada do neoliberalismo nas políticas públicas e no ensino e a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) formado pelos movimentos sociais. Conforme o autor, é nesse período que o movimento estudantil, buscando aproximar-se do Estado para lutar contra cortes e contra a precarização do ensino derivada das políticas neoliberais, aproxima-se da institucionalização política e começam as trocas e alianças com os partidos políticos fazendo com que se torne em diversas ocasiões meios de ascensão de lideranças políticas partidárias. A própria UNE passa a ser dominada por um partido político e deixa de ser representativa dos estudantes. O autor explica que:

“(...) Daí decorre um processo de aparelhamento, isto é, de converter o movimento social numa correia de transmissão do pragmatismo político do partido, que vai culminar, no início dos anos 2000, numa grave crise de representatividade do Movimento Estudantil. Em que as lideranças da UNE, apesar do radicalismo verbal,

atendem fundamentalmente aos interesses do Estado, e por consequência da classe dominante e sua concepção de educação.” (LEWIN, 2017, p147)

Sposito e Tarábola (2016) chamam esse período de crise da ação coletiva desses atores, momento no qual ocorre uma burocratização das entidades estudantis que sobreviveram a ditadura, o distanciamento da maior parte dos estudantes que eram considerados apáticos pelos líderes do movimento, assim como também houve a fragmentação dos grupos e grande dependência em relação às organizações políticas.

Mortada (2009) ainda acrescenta a esse quadro de descrição e análise do movimento estudantil dos anos 80 e 90 a hegemonia da produtividade e da ideologia neoliberal dentro das universidades, a qual influenciou os movimentos estudantis e contribuiu para a mudança da lógica de atuação. As agremiações, atléticas, centros acadêmicos, empresas juniores passaram a ser patrocinadas com grandes somas de dinheiro e deixaram de engajar-se nos problemas sociais e em melhorias no ensino. Para o autor isso pode demonstrar a ligação do contexto político e socioeconômico na formação do vínculo de muitos jovens com as instituições e com o ensino, pois neste contexto específico muitos estudantes tem construído uma relação de mercado com o ensino colocando-se como consumidores passivos de conhecimento.

Finalmente chega-se aos anos atuais do movimento estudantil chamados de fase de rearticulação. Este período tem sido caracterizado pela crise de representatividade, pela perda da capacidade de mobilização pela UNE e demais estruturas abaixo dela e pelas consequências das desilusões com os governos do PT que continuou com a perspectiva neoliberal disfarçada por políticas progressivas e de apaziguamento das lutas de classes. Todo esse contexto histórico, econômico e político gerou uma fragmentação na UNE: divisão entre a fração majoritária (governista) e a fração minoritária (contestatória-revolucionária), porém ambas vinculadas a partidos políticos institucionalizados. Em função dessa institucionalização, da divisão e da crise de representatividade, uma alternativa a UNE foram os coletivos que apesar de terem orientação de esquerda e posicionarem-se contra medidas neoliberais na educação e contra as políticas governistas, possuem diferentes vinculações ideológicas. (LEWIN, 2017)

Segundo Maia (2013) os coletivos são novos formatos associativos autogerenciados, descentralizados e, preferencialmente, policêntricos de ação coletiva fundadas em laços de confiança e solidariedade. Estes grupos reúnem-se em prol de um objetivo em comum, mas podem agregar múltiplas demandas, pois tem como foco pensar a coexistência humana em comunidade, integrada, com direitos iguais, porém entendendo que os indivíduos pertencem a grupos culturais diversos. O autor também ressalta que é característico dos coletivos buscar a

superação das relações hierarquizadas e autoritárias conforme o movimento estudantil estava estabelecido anteriormente a partir da estrutura UNE, UEEs, DCEs e CAs ou DAs. Assim, estas novas formas de organização são configurados por estruturas horizontais nas quais o debate periódico é o meio de definir as pautas, tomar decisões e manter a constante discussão sobre a conjuntura do país.

Maia (2013) ainda destaca que nos coletivos de juventude grande parte do trabalho de base, da mobilização e da organização do grupo é feito a partir das redes sociais, pois os jovens tem buscado construir espaços menos burocratizados e mais criativos indo no caminho contrário aos antigos conselhos do movimento estudantil e das conferências estudantis da UNE. Para finalizar o autor cita outro aspecto importante dos coletivos: eles trouxeram aos movimentos sociais uma base teórica para além dos conceitos marxistas de identidade de classe, modelo econômico da sociedade e da dualidade burguesia-proletariado. Estes grupos analisam questões múltiplas (a situação das mulheres, dos jovens, dos negros, dos índios, entre outros) através de diferentes perspectivas, pois estes novos temas exigiram o desenvolvimento de novas categorias de discussão.

Assim, Mesquita (2008), destaca que os movimentos estudantis atuais mantêm as reivindicações clássicas ligadas à política e à educação, mas também introduzem novas demandas ligadas ao campo da cultura e da identidade. Criou-se novos espaços de sociabilidade política e novos canais de comunicação, uma vez que houve uma grande descrença social em relação às políticas institucionais. O movimento estudantil precisou recompor sua legitimidade frente aos estudantes e para isso buscou novas formas de atuação que vão ao encontro das novas demandas dos estudantes e da sociedade. Mortada (2009) mostra que é possível identificar novas formas de participação política juvenil, com caráter menos revolucionário e em grupos mais heterogêneos e fragmentados quando comparados a outras épocas. Os projetos a que se dedicam demonstram estar mais ligados ao cotidiano, a causas de caráter local e imediatas, como os movimentos negros, de gênero e ecológico. Essa atitude trouxe impactos para a identidade coletiva do movimento. Por isso, Mesquita (2008) afirmar que é preciso entender que a identidade coletiva é constantemente negociada em função das relações concretas de determinado campo político, econômico e histórico e que por isso os movimentos sociais, entre eles o estudantil, deve ser entendido em sua movimentação. Assim, cabe também considerar o que apontam Sposito e Tarábola (2016) sobre não ser possível tratar a experiência no movimento estudantil a partir de um quadro de referência único e homogêneo entendendo sua participação política e engajamento a partir de um significado único. Isto porque há uma pluralidade de modos de vida e de situações que

singularizam as trajetórias individuais dentro dos próprios coletivos e grupos dos movimentos. Como os autores propõem é necessário buscar:

“(...) a inscrição dos processos sociais (transformações econômicas, políticas ou culturais) nas existências individuais, aposta-se aqui no estudo do processo de individuação, um exercício teórico que tenta articular as consequências das transformações históricas em uma vida (ou de uma geração), questionando o tipo de indivíduo que uma sociedade fabrica com as respostas que as pessoas apresentam aos desafios inelutáveis que encontrarão ao longo de suas trajetórias (...)” (SPÓSITO; TARÁBOLA, 2016, p. 1013)

Dessa forma, destaca-se que todas essas questões foram trazidas na reflexão sobre o movimento estudantil para demonstrar a posição deste estudo de que a participação política dos estudantes deve ser problematizada, colocada em análise, mas não buscando verdades, qualificações ou empreendendo defesas e sim a entendendo enquanto um processo que está sempre em aberto, em construção, de forma singular mesmo em sujeitos de um mesmo grupo. Esta construção carrega determinantes da história do movimento estudantil no Brasil e no mundo, mas também é fruto das configurações sociais atuais e dos sujeitos presentes em cada momento dela, sendo apenas uma alternativa dentro das diversas possíveis para exercer uma participação política no país.

### 3.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ

Gohn (2011) explica que a participação em movimentos sociais e ações coletivas é uma forma de educação não formal, pois gera aprendizados e saberes. Aprendizado não enquanto processo isolado, mas processo de caráter político-social, logo é preciso entender as articulações que os movimentos estabelecem no cotidiano de suas práticas e a conjuntura política, econômica e sociocultural do país para compreender os fatores que levam a essa aprendizagem e os valores da cultura política construídos nessa interação.

Sendo assim, é necessário destacar que a forma como ocorre atualmente a participação política dos estudantes no Brasil é resultado de um processo histórico de aprendizagem e construção do movimento estudantil em conjunto com as condições atuais. Consequentemente quando se pretende estudar sujeitos que compõem uma parte desse movimento em uma cidade específica do país faz-se necessário entender a constituição histórica e social deste contexto particular a fim de compreender as dimensões específicas da região e desnaturalizar o desenvolvimento desse movimento regional, os aprendizados veiculados e a constituição desses sujeitos. Aguiar e Ozella (2013) afirmam que historicizar é

olhar a realidade em movimento e apreender este movimento, assim entende-se a gênese e o processo de transformação do objeto de estudo.

Portanto, neste momento o que se pretende fazer é trazer algumas características e uma parte do histórico do movimento estudantil no Paraná e especificamente na cidade de Curitiba. Ressalta-se que foram poucas as produções encontradas sobre esta temática, o que por um lado reforça a importância de continuarem os estudos nessa área, mas por outro resulta em uma retomada histórica parcial.

A União Paranaense dos Estudantes (UPE) foi fundada no dia 16 de setembro de 1939 sendo descrita como a unidade máxima de organização da representação estudantil no estado do Paraná. Segundo sua constituição, elaborada e aprovada em agosto de 1962, esta passou a ser a instância de organização dos discentes do ensino superior do estado do Paraná estando vinculada a UNE, instância máxima de organização no país, reunindo os CAs e DAs do estado, assim como os DCEs. (BRAGGIO; FIUZA, 2013)

Segundo site da União Paranaense dos Estudantes (UPE) (2017) a primeira universidade do estado do Paraná foi a UFPR, na época Universidade do Paraná (UP), logo as primeiras entidades estudantis foram criadas nesta instituição sendo elas o Centro Acadêmico de Engenharia (DAEP) de 1921 e o Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) de 1931. Estas entidades começaram a surgir a partir das demandas dos estudantes de se organizarem para reivindicar questões relacionadas a sua formação educacional, mas com o tempo sentiram a necessidade de atuar também em questões relacionadas ao estado do Paraná e foi a partir dessa necessidade que surgiu a UPE em 1939 como uma forma de representar os estudantes no estado. Ao longo dos anos, quando as demais universidades foram sendo fundadas no estado, a UPE passou a ser o elo entre os estudantes dessas diferentes instituições para uni-los nas lutas político-sociais no estado.

Braggio e Fiuza (2013) afirmam que desde a fundação da UPE esta instituição agia conforme as obrigações previstas na Constituição da UNE para as representações estaduais. Na sua Constituição de 1962 consta como seu dever manter a união dos estudantes do estado, lutar por seus interesses, tanto pelas questões educacionais, como os assuntos ligados a questões de economia e política do país a fim de intervir sobre a opinião pública e o governo para defender as riquezas nacionais buscando sua nacionalização e exploração em prol do povo brasileiro. Deste modo, os autores destacam uma primeira característica do movimento estudantil do estado do Paraná: as lutas estudantis desde o início do movimento já eram vinculadas a luta dos trabalhadores buscando formar uma força social através da articulação com sindicatos trabalhistas do estado.

Documentos encontrados por Braggio e Fiuza (2013) mostram que a articulação entre estudantes e trabalhadores era de colaboração mútua em que ambos se uniam em prol das lutas um do outro e isto se tornou característica do movimento estudantil no estado. Os autores citam o exemplo da Aliança Operário-Camponesa-Estudantil que no Paraná levou a Campanha Pró-Legalidade defendendo a posse de João Belchior Marques Goulart (Jango, ex-presidente do Brasil) e a realização da passeata silenciosa como forma de luto e encerramento da campanha do presidente. Assim também essa aliança levou os trabalhadores a se unirem aos estudantes contra as medidas de privatização do ensino público das universidades estaduais e federais por entender que as medidas governamentais que influíam no ensino atingiam os filhos dos trabalhadores e as medidas em que intervinham nos postos de trabalho atingiriam os estudantes enquanto futuros trabalhadores. Os autores também citam o “Manifesto aos trabalhadores, aos estudantes e ao povo.”, distribuído em 1º de maio de 1963 assinado pelos presidentes da UPE, do DCE da UP, do DCE da Pontifícia Universidade Católica, pela União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES) e por mais sete representantes sindicais como exemplo dessa união. Neste documento todos afirmam tomar parte e lutar em conjunto para resolução dos problemas sociais do país como o aumento diário dos preços dos artigos de primeira necessidade, salários injustos, aumento da inflação e pela necessidade de reformas de base no país. Assim os autores afirmam que os estudantes mostravam que entendiam que a reforma universitária não podia se restringir a mudanças de horários e de currículo, mas precisava estar atrelada ao interesse coletivo da sociedade.

Outra característica do movimento no estado ressaltada por Braggio e Fiuza (2013) a partir dos documentos da década de 1960 é relação hierárquica entre as instâncias de representação estudantil. Há documentos estaduais que mostram que os comandos da UNE deveriam ser obedecidos pelas instâncias menores (UPE, DCEs, DAs ou CAs) sob risco de desligamento. Entretanto, para os autores, na Universidade Federal do Paraná essa relação demonstrou ser mais complexa e contraditória, pois também há documentos que mostram relativa autonomia dos DCEs em relação a UNE e UPE, como o estatuto do DCE desta universidade que afirma filiação a UNE e a UPE, mas resguarda sua autonomia. Este DCE foi fundado em 23 de abril de 1948, porém seu primeiro estatuto foi formulado apenas em 1976.

Esta estrutura hierárquica do movimento estudantil não se estabelecia apenas na formação das instituições representativas, mas inclusive dentro dessas instituições. Segundo Braggio e Fiuza (2013) quando foi elaborada a primeira constituição da UPE, em 1962, esta definia os seguintes cargos: presidente, cinco vice-presidentes (o de coordenação universitária, o de assuntos educacionais e culturais, o de problemas estaduais, nacionais e

internacionais, o de problemas assistenciais, e o de assuntos do interior) secretário geral, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro geral, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro e arquivista. Todos estes cargos eram eleitos através de voto, mas os autores não especificaram quem eram os eleitores. O cargo de presidente era o responsável por manifestar em nome dos estudantes referente a assuntos estaduais, nacionais e internacionais e os cargos de vice-presidente cada um tinha uma competência diferente ligada a manter e efetivar a relação da aliança operário-estudantil-camponês. Os autores destacam que ainda que houvesse essas cinco vagas de vice-presidente, nos documentos encontrados apenas o presidente assinou manifestos, cartas, esclarecimentos e estava citado em entrevistas a jornais, por exemplo, fatos que segundo os autores confirmam a hierarquia a partir da qual a instituição se configurou.

Outro autor que estudou o movimento estudantil no estado, especificamente na cidade de Curitiba, foi Machado (2005). Seu objeto de estudo foi o período de 1964 a 1968, ano de importantes mudanças e manifestações da sociedade no mundo inteiro. O autor analisou o movimento estudantil nas universidades de Curitiba frente a toda a estrutura social nacional e mundial através de entrevistas com militantes da época, leis, decretos, discursos oficiais e reportagens de jornais. Nesse período a ditadura militar estava acontecendo, o presidente Castelo Branco fechou as entidades estudantis de cada universidade até a UNE (através da Lei Suplicy), Reitores contrários ao fechamento das entidades estudantis foram afastados, estudantes foram presos e perseguidos e houve greve geral. Segundo o autor, na Universidade do Paraná (atualmente a UFPR) todo esse período teve características especiais, pois ela serviu de laboratório onde as medidas que o governo militar queria implantar em âmbito nacional eram testadas, como, por exemplo, a tentativa de implantação do ensino superior pago a partir do curso de Engenharia da UFPR.

Machado (2005) explica que do momento do golpe militar até 1968 o movimento estudantil em Curitiba teve diferentes transformações e estas mudanças marcam e caracterizam o movimento estudantil na cidade.

No início Machado (2005) argumenta que houve uma ação ofensiva conservadora por parte de alguns alunos e professores e do Estado para inibir a atuação política estudantil no interior das instituições de ensino. Como, por exemplo, no acontecimento das 1500 assinaturas pela destituição da diretoria do DCE da Universidade do Paraná, acusando a entidade de ser “um baluarte da desordem, da indisciplina e da subversão” (JORNAL O ESTADO DO PARANÁ, 1964 citado por MACHADO, 2005, p.37) em resposta ao manifesto de 1º de abril lançado pelo DCE em conjunto com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e com a UPE. Assim como nas portarias do então Reitor José Nicolau dos Santos que



tinha como “(...) intuito purificar o meio estudantil e combater os focos subversivos” (JORNAL O ESTADO DO PARANÁ, 1964 citado por MACHADO, 2005, p.38). Nesse momento houve perseguição aos dirigentes do DCE e aos alunos, assim como a prisão de muitos deles. Também nesse mesmo ano, 1964, foi instalada na Universidade Católica em Curitiba uma comissão pela Polícia Militar para averiguar atividades ilegais e subversivas. Junto a essas ações de repressão o autor explica que foram veiculadas propagandas com fundo ideológico que justificavam essas ações como sendo um combate ao comunismo e à subversão e reforçando que os estudantes deveriam se preocupar com os estudos e não com as questões políticas do país, como fica demonstrado na matéria do jornal Gazeta do Povo, “Aos Estudantes, o estudo”. (JORNAL A GAZETA DO POVO, 1964 citado por MACHADO, 2005, p.40).

Machado (2005) destaca que o CAHS e DAEP, ambos da UFPR, foram os principais centros de resistência às medidas governamentais da ditadura, organizando passeatas e divulgando manifestos principalmente entre os estudantes da UFPR e da Universidade Católica do Paraná. Neste momento, estas instituições opunham-se ao UPE (que havia manifestado concordância em se adequar às medidas do governo, sendo a única entidade estudantil do país que não foi fechada na época da Lei Suplicy), ao Diretório Estadual dos Estudantes (DEE, criado de forma articulada ao governo, sem autonomia em relação a ele) e ao Diretório Central dos Estudantes (DCE, comandado por alunos aliados a partidos conservadores). Somente em meados de setembro de 1966 estas instituições realinham suas visões e unem-se contra os abusos e violências cometidos contra estudantes de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Todos se unem aos centros acadêmicos da UFPR chegando ao pico do enfrentamento a ditadura na passeata do dia 17 de setembro de 1966 na qual os estudantes levantaram bandeiras pretas e faixas com as frases: “ ‘Salve o dia 18 de setembro, vigésimo aniversário da constituição de 1946’; ‘É livre a manifestação de pensamento’; ‘É garantida a liberdade de associação’; ‘Todo poder emana do povo’; ‘Abaixo a Ditadura’; ‘Um irmão teu morreu pela liberdade. Participe da passeata de protesto.’ ” (JORNAL O ESTADO DO PARANÁ, 1966 citado por MACHADO, 2005, p.45) Para o autor, o período de abril de 1964 até final de 1966 foi de intensa mudança no pensamento e nas posições dentro e entre as instituições do movimento estudantil.

Já no início do ano de 1967, Machado (2005) explica que o movimento estudantil mostrou estar mais consolidado em Curitiba com lutas em função das vagas excedentes nos cursos de Medicina, contra a falta de verbas para manutenção dos Restaurantes Universitários e contra a Reforma Universitária e o ensino pago, as quais se estenderam até o ano de 1968. A

vitória da greve e das manifestações contra a cobrança pelo vestibular e pelo curso de Engenharia noturno pago colocaram o movimento estudantil no cenário nacional. As lutas pelo fim da ditadura também continuaram nesse período como na passeata de 31 de março, dia em que estava sendo comemorado 4 anos de ditadura, e os estudantes de Curitiba se uniram aos movimentos nacionais dos estudantes reunindo-se na Rua XV de Novembro provocando engarrafamento e desvio do trânsito para denunciar a morte do estudante Edson Luiz no Rio de Janeiro e pedir o fim da ditadura. Assim como os atletas do II Jogos Universitários do Paraná também desfilaram com braceletes pretos de luto pela morte desse estudante e fizeram um minuto de silêncio. Após essas manifestações várias outras foram feitas ao longo do ano, junto com greves que se mostravam contrárias não somente a temas restritos a universidade, mas à política nacional. Segundo o autor, a abrangência dos temas nas manifestações e a diversidade das greves não mostrava desorganização do movimento, mas a vinculação com diferentes partidos ilegalizados na época da ditadura que ajudavam os estudantes a alinhar sua luta a luta nacional.

Segundo site da UPE (2017) esta instituição foi protagonista nas lutas contra a ditadura juntamente com as demais UEEs do Brasil, porém fragilizou-se muito durante esse processo desgastante e desde 1984, fim da ditadura, até hoje vem tentando se reorganizar e se reinventar.

Machado (2005) ainda comparou o movimento estudantil em Curitiba nessa época com o movimento estudantil chamado de nacional (o que acontecia em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e percebeu que em função da federalização das universidades as lutas universitárias em pauta eram parecidas (verbas para os restaurantes universitários, vagas excedentes, cortes e orçamento), assim como o combate às ações repressivas da ditadura.

Já quanto aos períodos mais atuais do movimento estudantil, depois das lutas contra a ditadura, segundo o site da UPE (2017) os principais exemplos de mobilização dos estudantes paranaense a partir da UPE foram a resistência na venda da Copel, o Fora Collor, o ato Caça Fantasmas na Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP), a reforma política, as manifestações de junho de 2013, os atos contra o aumento da passagem, a formulação e aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Estatuto da Juventude.

No que diz respeito especificamente ao Centro Acadêmico estudado não foram encontrados estudos anteriormente publicados sobre ele e nem muitos documentos arquivados sobre sua história, somente seu primeiro livro ata que contém estatuto. Assim, sabe-se apenas que ele burocraticamente faz parte da estrutura hierárquica do movimento estudantil nacional e que, conforme seu livro ata, foi fundado em 15 de abril de 1981 e teve seu estatuto

formulado e registrado em 9 de abril de 1986. Segundo este estatuto os objetivos do referido Centro Acadêmico são:

“(...) defender os interesses dos estudantes nos limites de suas atribuições, promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discentes, docente e administrativo da Universidade, organizar reuniões e certames de caráter político, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo visando a complementação e o aprimoramento da formação universitária, realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres, concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas e defender uma universidade pública, gratuita, competente e autônoma.” (CENTRO ACADÊMICO DE PSICOLOGIA, 1986, p.1)

Segundo informação verbal dos estudantes vinculados ao CAP, no momento presente esta instituição não reconhece estrutura hierárquica vinculada a UNE, não responde a esta hierarquia atuando até mesmo de forma contrária a ela. Buscam uma gestão participativa horizontal e atuam em temas diversos não somente ligados a estrutura do curso de psicologia, mas principalmente voltado para as demandas sociais.

## 4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

### 4.1 UMA REFLEXÃO HISTÓRICO CULTURAL SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O termo política surgiu na Grécia designando a atividade desenvolvida pelos homens da *polis* (cidades-Estados). Isto é, a política originou-se na vida social e referia-se às regras de organização, aos objetivos da comunidade e às decisões referentes a esses aspectos. (MAAR, 1994; ARENDT, 1998) O conceito de política nasceu ligado às questões de interesse da coletividade e por sua origem é um termo multifacetado, relacionado a todas as dimensões do cotidiano e da vida em sociedade. (ARENDT, 1998) A origem desse conceito revela sua concretude não apenas nas relações com o poder e com o Estado, mas também com a representatividade, a participação, as ideologias, estando presente em diversas instituições. Entende-se, deste modo, que o conceito de política não é único, ele é constituído por diferentes atores, ao longo da história e em função da atividade humana. (DALLARI, 1994)

Entretanto, na modernidade a definição de política acompanhou as ideias sobre democracia e no decorrer do desenvolvimento do capitalismo industrial esteve centrada na representatividade e nos direitos dos cidadãos constitucionalmente garantidos. Nesta perspectiva, o Estado tornou-se a expressão representativa dos povos sendo um Estado de Direitos. Trata-se da ideia de nação que transforma o Estado em um representante das pessoas que nela habitam sendo este o centro da gestão política. (GONZÁLEZ REY, 2012)

Percebe-se, portanto, que, historicamente, a política institucionalizou-se no Estado como esfera autônoma concebida como atividade paralela à atividade social e não mais contida nela. O agente da política tornou-se o Governo que se subordinou a lógica de atividades que existem independente dele. À classe que não detém o poder no governo coube apenas o papel de posicionar-se frente a ele. (MAAR, 1994) Esta institucionalização ocorre de tal forma que a política passou a receber definições como: “arte e ciência do governo”, “o estudo do poder” e “a ciência do Estado”. (DALLARI, 1994)

Arendt (1998) mostra que de maneira geral as definições de política basearam-se em descrevê-la como um meio para um fim superior, sendo que essa finalidade elevada foi diferente ao longo dos tempos. Uma vez que o homem precisa dos demais para viver, é necessário que exista um convívio, logo o objetivo da política seria a garantia da vida e possibilitar ao indivíduo buscar seus objetivos sejam eles em qualquer âmbito. Assim, na sociedade moderna essa garantia da vida é provida pelo Estado que possui o monopólio do poder e através dele consegue evitar a guerra de todos contra todos.

Na obra *Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2009) destacam como contradição fundamental no desenvolvimento do Estado a divisão da sociedade em classes particulares com interesses contraditórios. O Estado nasce como instituição capaz de representar os interesses coletivos, mas, segundo os filósofos, os interesses coletivos são apenas aparentemente comuns a todos, pois onde há propriedade privada não há interesse social comum. Estes supostos interesses coletivos estão relacionados à parte que detêm o poder (proprietários) e ganham aparência de interesses de todos. Nesse contexto, o que os sujeitos reconhecem como disputa entre interesse particular e interesse coletivo é a contradição entre interesses de proprietários e de não proprietários destacando que o real antagonismo se dá entre classes sociais particulares.

Essa contradição pode ser percebida no chamado Estado de Direito quando se verifica que na segunda parte do século XIX os direitos trabalhistas já haviam sido conquistados em muitos países europeus, mas não haviam sido estendidos às suas colônias. Por isso a política nessas colônias ganhou denotação de libertação que pode ser visto claramente nas lutas de independência nacional. Contudo, muitos líderes libertadores, reproduzindo a subjetividade social colonialista, recriaram nas colônias libertas as discrepâncias de classes e interesses no poder. (GONZÁLEZ REY, 2012)

Sendo assim, Maar (1994) explica que, para Marx, os Estados, ao longo da história, tiveram como agente do governo classes específicas que o submeteram aos comportamentos e aos interesses delas. Estas classes eram a princípio sociais e não políticas, mas ao subjugar a política aos seus objetivos, separaram-na da coletividade criando uma dicotomia entre governantes e governados que resultou da luta de classes. Analisando estas questões a partir da teoria marxista o autor mostra que é possível perceber que a atividade política também é alienada e compreendida como relação entre o candidato e o eleitor, entre o Estado e o cidadão, ficando oculto seu aspecto de relação humana. Esse fator faz a política ser permeada pelo objetivismo da busca por metas maiores, de falsos interesses comuns, retirando o lugar do subjetivo, o qual deve ser mantido à margem para a consecução das utopias coletivas.

Neste sentido Arendt (1998) afirma que desde Aristóteles e Platão até os tempos atuais a degradação do sentido da política se dá pela distinção entre minoria e maioria. Seja no conceito aristotélico sendo a minoria os cidadãos livres que podiam participar das livres-conversas nas polis e serem livres, como a minoria na acepção platônica dos que podiam ser dispensados das atividades para garantir o sustento e dedicar-se a vida acadêmica e o filosofar. Assim também no conceito moderno de Estado como aquele que tem a função de proteger a liberdade da sociedade, seja nas fronteiras internas ou externas, verifica-se que ao

proteger essa liberdade o Estado (minoria) fiscaliza constantemente a sociedade e por outro lado os governados (maioria) também precisam restringir as competências dos governantes em prol de garantir sua própria liberdade.

Em função desses processos de separação e do objetivismo que permeou as explicações para as questões políticas, elas acabaram ficando restritas a aspectos naturalizados e de caráter supraindividual, como os partidos políticos enquanto grupos de poder que disputam o controle do Estado e consequentemente da sociedade. Os partidos se constituíram como sujeitos políticos representativos da sociedade, tornaram-se a alternativa para o exercício da política e com isso despersonalizaram-na, naturalizando-a e fazendo-a perder o caráter de prática social. (GONZÁLEZ REY, 2012) Esta configuração balizou as normas referentes ao que é “ser político” e o que “não é ser político”. Participar da política restringiu-se aos que são eleitos e o fazer político dos eleitores ficou oculto. Isto é, esta delimitação baseou-se na esfera institucional do poder ligando ao governo os valores relacionados à política e formando uma distinção entre sociedade política e sociedade civil. A primeira constituída pelo Judiciário, pelas leis, pela administração pública, pela censura, pelas forças armadas, pelos partidos políticos, etc. Já a segunda englobando as escolas, as empresas, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, etc. Trata-se de um duplo caráter da sociedade que na aparência se constitui a partir da relação com a superestrutura do Estado, mas na realidade é determinada pelas separações sociais. (MAAR, 1994)

Marx e Engels (2009) explicam que o trabalho medeia a relação do homem com a natureza para transformá-la e tornar o que era natural em humano. Essa mediação ocorre dentro de uma divisão social do trabalho que funda as relações sociais, ou seja, a divisão social do trabalho está na base das classes sociais. Assim ocorreu quando houve a divisão do trabalho no interior das famílias primitivas, entre pastoreio e agricultura, entre estes e o comércio, entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores, entre cidade e campo, entre trabalho manual e intelectual finalmente chegando à separação entre sociedade e política através das instituições sociais e do Estado. Nesse mesmo sentido Chauí (2001) afirma que:

“O Estado é uma comunidade ilusória. Isto não quer dizer que seja falso, mas sim que ele aparece como comunidade porque é assim percebido pelos sujeitos sociais. Estes precisam dessa figura unificada e unificadora para conseguirem tolerar a existência das divisões sociais, escondem que tais divisões permanecem através do Estado. O Estado é a expressão política da sociedade civil enquanto dividida em classes. (...)” (CHAUI, 2001, p.70)

Portanto, para Maar (1994), a finalidade da política institucionalizada é a realização de uma estrutura econômica sendo que na sociedade capitalista esta estrutura baseia-se nas

relações de classes. Os interesses da classe que possui condições de comprar a força de trabalho são apresentados como objetivos políticos gerais da sociedade. Os dirigentes representam os cidadãos indistintamente, mas na prática apenas alguns desses cidadãos efetivamente tem seus interesses protegidos. A consequência desse fato foi a formalização de espaços oficiais para se fazer política e fora desse âmbito invalidou-se a possibilidade de fazer uma política forte, representativa, participativa, uma direção socialmente valorizada. Todavia, para este autor, os movimentos sociais e outras instituições fora do aparato formal do governo são um espaço em que se faz política, pois coexistem várias políticas dentro de uma sociedade em um sistema dinâmico na trama social.

Dallari (1994) também alerta que a participação política não se reduz a participação eleitoral, delegando à população somente os papéis de eleitor, candidato ou militante partidário. Muitas vezes há meios mais eficientes que a via eleitoral para a participação política e que podem influenciá-la tornando-a mais honesta e autêntica. Lane (1997b) aponta que quando as pessoas percebem necessidades em comum podem reunir-se para atingir seus objetivos através de relações sociais pautadas na comunicação e na cooperação. Podem planejar atividades que envolvam todos os membros de uma comunidade e utilizar procedimentos educativos que valorizem a reflexão e com isso recuperar a união do pensamento e da ação e da história pessoal e social. Esta forma de atuação desenvolve a consciência de si e das relações historicamente determinadas e ainda que por si só não supere as contradições do capitalismo – como a luta de classes – que decorrem das relações de produção, é uma mobilização que desenvolve a consciência de classe e de produtor de riquezas que não tem acesso. Ao aumentar esse processo em um número cada vez maior de pessoas a autora destaca que é possível que surjam condições para uma ação transformadora da sociedade.

Até este ponto do capítulo o que foi apresentado foi uma retomada da estrutura e dinâmica de institucionalização da política no Estado, nos governos, nos partidos políticos e nos espaços oficiais de participação política a partir de uma articulação entre autores marxistas, pesquisadores das Ciências Políticas, da Psicologia Histórico-Cultural e de algumas ideias de Hannah Arendt. Isto foi necessário, pois condiz com os fundamentos epistemológicos e metodológicos adotados no trabalho, que entende a subjetividade como um sistema complexo sempre comprometido com a posição atual e histórica dos sujeitos e dos espaços sociais. Portanto, entender como a participação política, nas concepções da sociedade moderna, restringiu-se aos partidos políticos, aos candidatos e aos momentos eleitorais foi imprescindível para historicizar essa realidade e desnaturalizá-la. Todavia o conceito de

política e de participação política que autora adota para fundamentar as discussões desse trabalho não está relacionado aos autores marxistas especificamente e sim baseia-se nas concepções de Hannah Arendt e de outros autores da Psicologia Histórico-Cultural. Estas concepções serão apresentadas na próxima seção.

#### 4.2 CONCEITO DE POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Sem negar a importância da consciência de classe e do indivíduo como produtor das riquezas que não tem acesso, González Rey (2004) afirma que é possível ir além do que Marx desenvolveu sobre os indivíduos e a sociedade e dos aspectos que possam levar a um determinismo objetivista e alcançar o sujeito da participação e uma consciência ligada também a ordem subjetiva.

Marx e Engels (2009) explicam que na concepção materialista de história é preciso partir de premissas reais para compreensão da realidade e estas seriam os indivíduos reais, suas ações e suas condições materiais de vida. Ou seja, os indivíduos humanos vivos com sua organização corporal e que a partir dela desenvolveram uma relação com o resto da natureza construindo seus meios de subsistência sendo que ao produzirem estes meios produziram indiretamente sua vida material. Este modo de produção da sobrevivência é uma forma de atividade desses indivíduos, uma exteriorização de suas vidas, logo o que exteriorizavam representava também o que eram esses indivíduos. Ao continuar entendendo a produção material e histórica da vida os autores mostram que com o aumento da população foi necessário um intercâmbio da produção pelos indivíduos entre si o que colocou estes indivíduos produtivamente ativos em determinadas relações sociais e políticas ao longo da história. Dessa forma, pode-se destacar a conexão entre estrutura social e política e produção o que leva ao entendimento de que as ideias, as representações e a consciência estão diretamente ligadas à atividade material e ao intercâmbio material dos homens reais, ou seja, aqueles condicionados pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e pelas relações que correspondem a estas forças.

Quanto a este entendimento sobre a construção material e história da vida em Marx e Engels, González Rey (2004) argumenta que Marx, ao romper com as explicações naturalizadas sobre a sociedade, propicia um imensurável avanço para entender a formação social, cultural e histórica, pois mostra o funcionamento oculto do modelo de produção burguês, a ideologia que o acompanha, a produção cultural decorrente dele e sua institucionalização política, jurídica e social. Entretanto, deixa o homem subordinado a leis



que ultrapassam suas possibilidades de ação, uma vez que estas são diferentes daquelas que regulam seu funcionamento psíquico. Assim, a sociedade parece ser um sistema em si, é entendida como sendo regida prioritariamente por uma organização infraestrutural o que coloca o homem subordinado a forças macrossociais nas quais a luta de classes torna-o apenas um agente ativo e não um sujeito social já que, para Marx, o que impulsiona esses agentes são suas posições frente o processo produtivo. Ainda que se saiba que para Marx o indivíduo é um ser ativo, construtor da sua história, consciente e não apenas determinado, para González Rey (2004) o homem é muito mais que indivíduo, ele é um sujeito e a subjetividade tem a capacidade subversiva da ordem.

Contrapondo-se a posição acima afirmada em Marx, González Rey (2004) explica que a história mostra que os sujeitos sociais são configurados subjetivamente nos momentos históricos, nos quais há participação dos aspectos econômicos, mas sem ter lugar privilegiado, sendo um dos diversos elementos da subjetividade social e da subjetividade individual nessa ação. Portanto, o que o autor aponta é que em Marx o indivíduo foi restrito a agente uma vez que a ação dele ficou relegada aos aspectos objetivos de ordem econômica como o de classe social. Entretanto, pode-se perceber que há complexas configurações subjetivas nesse processo, pois a sociedade é um sistema vivo, complexo, que se desenvolve com base nos seus protagonistas. O sujeito é essencial para o desenvolvimento social mostrando que esta organização tem caráter dialógico, participativo e contraditório.

Entender o homem como sujeito social e não como agente ativo implica compreender a participação política a partir da dimensão subjetiva da realidade e esta é a posição adotada por este trabalho quando tem como objetivo investigar a configuração subjetiva da participação política. Posição que vai ao encontro do que González Rey (2004) explica quando diz que o sujeito é participação, pois este existe na prática social<sup>3</sup>. Assim, o sujeito é comprometido com a prática social que o transcende e com base nela organiza sua expressão pessoal construindo opções de caminhos para manter seu desenvolvimento e seus espaços pessoais dentro dessas práticas. Segundo este autor através de sistemas de informações e estratégias integra diferentes zonas de sua prática social, diferentes espaços sociais que coexistem na sua vida e ao dominar novos espaços desenvolve novas estratégias e

---

<sup>3</sup> Aqui refere-se a prática social em concordância com o conceito de social para González Rey (2004) e toda a teoria desenvolvida pelo autor. Entende-se como um sistema de práticas humanas, de complexas configurações subjetivas onde as diferentes formas de organizações, relações e espaços sociais constitui-se enquanto sentidos subjetivos de configurações subjetivas macro e micro sociais enquanto união de processos simbólicos e emocionais. Em contraposição a definições como do materialismo histórico dialético que segundo Triviños (1987) define prática social como processo objetivo de produção material, como atividade material orientada a transformar a natureza e a vida social.

atua de forma cada vez mais complexa. Portanto, em função de seus recursos subjetivos, este sujeito é capaz de mobilizar-se, participar, construir alternativas e não apenas limitar-se a compreender as situações concretas nas quais se encontra, mesmo que essas novas alternativas possam confrontar com sua identidade e fazê-lo romper com sistemas de sentido enraizados na sua identidade pessoal e social.

Esta concepção de sujeito e de prática social de Fernando González Rey vai ao encontro do conceito de política para Arendt (1998). Segundo a autora o sentido da política é a liberdade. Partindo da ideia de que cada homem é em si um novo começo, a autora defende que nisto existe a possibilidade de liberdade, nesse poder-começar. Liberdade nessa concepção é igual a começar, ou seja, não se trata de um livre-arbítrio de poder escolher entre opções ilimitadas, mas sim de poder querer e poder fazer que as coisas sejam de outra maneira. Percebe-se que os pensamentos desta autora condizem com a concepção de González Rey justamente por essa possibilidade subjetiva de criar e não apenas de reproduzir o que está dado.

Portanto, quando pensa na liberdade como o sentido da política, Arendt (1998) afirmar que ela está no agir e na não evitação da coisa política, já que para ela o processo histórico é resultado do agir em conjunto dos homens. Uma vez que a liberdade está contida no que a autora chama de poder começar de novo que todo homem possui, ou seja, na espontaneidade, a política não se restringe a concepção burocrática de organização e garantia da vida entre os homens, mas trata-se do livre agir em público, pois o público é o espaço do político, espaço no qual o homem se mostra na sua liberdade e espontaneidade se afirmando na relação com o outro. Sendo assim, para a autora a base da política é encontrada no agir e na pluralidade dos homens. Nesta perspectiva, os seres humanos são concebidos como seres apolíticos, pois a política não faz parte de sua essência, ela surge no entre-os-homens, logo está fora dos homens, no intra-espaço, enquanto relação.

Para Arendt (1998) o espaço político é construído por muitos considerados iguais. Isonomia nesse sentido não se trata de uma igualdade perante a lei, pois o conceito de igualdade aqui não está ligado ao de justiça, mas sim ao de liberdade. Isonomia, portanto, é o direito de todos a atividade política que é preferencialmente a conversa mútua. Esta conversa não se baseia nas palavras de mandar e nem no sentido de ouvir para obedecer. Mas trata-se da conversa livre, entre iguais. Assim, a autora aponta que externar opiniões, ouvir a opinião dos demais e ser ouvido é parte indispensável da liberdade política. Isto apoia-se no conceito de que ninguém consegue compreender por si mesmo de maneira adequada tudo que é objetivo plenamente, pois por si mesmo a coisa se mostrará de maneira parcial segundo a

posição do sujeito no mundo. A autora explica que o mundo é comum a todos e se mostra de maneira diferente a cada um, por isso somente pode ser compreensível se todos falarem sobre ele e trocarem opiniões. Então, a liberdade tanto como a possibilidade de agir e começar algo novo, como de conversar, trocar conhecimentos e apreender o mundo em uma totalidade maior em determinado momento são o sentido e o conteúdo da coisa política para a autora.

Adotou-se estes posicionamentos de Hannah Arendt e Fernando González Rey para o presente trabalho, pois segundo González Rey (2004) pensar o sujeito não foi objeto de discussão dos estudos baseados no marxismo, já que este foi entendido como sendo antiindividualista. Entretanto, dessa concepção decorreu o individualismo presente em discursos messiânicos e libertadores de elites do poder que se tornaram fechadas e autoritárias em função do coletivo. Estas, apesar de terem alcançado conquistas sociais (Cuba e União Soviética) ou não as terem alcançado (Romênia e Albânia), negaram o sujeito controlando-o e reprimindo o exercício da crítica em prol de um projeto social maior. Com isso produziram processos de subjetivação contraditórios ao que inspirou a ação social revolucionária destes países.

“O individualismo só tem uma conotação ética contrária ao social quando o sujeito discrimina ou é indiferente à sorte dos outros em geral ou de alguns outros. No entanto, um coletivismo verdadeiro, um trabalho de grupo eficiente só se consegue através de individualidades ricas, envolvidas em toda riqueza de sua expressão com o trabalho de equipe.” (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 155)

Sendo assim, para Montero (1996) a participação política pode ter origem nos movimentos de base nos quais sujeitos interessados em ações transformadoras tem controle sobre a situação de participação e desenvolvem seus recursos e poderes. Nesses movimentos há uma ação conscientizadora e socializante. Trata-se de uma ação conjunta, no sentido de compartilhar não apenas recursos físicos, mas vivências, ideias e relações. Conforme a autora, nesses movimentos é preciso ainda ter organização, direção, tomada de decisão, comunicação horizontal entre os membros, reflexão conjunta sobre as ações empreendidas, solidariedade, isto é, é necessário ser parte, ter parte e tomar parte na ação o que demonstra envolvimento, compromisso e sentido de identidade.

Konder (2004) vai ao encontro dessas ideias destacando que para se fazer história de modo consciente é necessário ter coesão na unidade dos movimentos. O indivíduo isolado não consegue realizar uma mudança expressiva na sociedade, todavia em uma organização sua força é multiplicada ganhando eficácia. Contudo, esta organização não deve agir no sentido de ofuscar os indivíduos diminuindo-os a uma situação de impotência contemplativa ou ativismo

cego, porque isto retiraria o poder revolucionário da ação deixando-os alienados na atividade coletiva. Para o autor é preciso considerar as singularidades em uma organização coesa.

Os movimentos sociais, os sindicatos, as associações profissionais, entre outros, tem, deste modo, significados políticos próprios, pois são uniões de pessoas que se mobilizam em torno desses interesses sociais comuns com o objetivo de transformar em direitos as reivindicações de comunidades. Eles não respondem à política institucional do Estado, fundam-se na estrutura social para serem ativos. Possuem condições objetivas de disputar o governo, mas como não estão engajados nesta intenção, dirigem as ações para as condições subjetivas cotidianas de mobilização e organização de seus membros e pela representação dos interesses sociais transferem significado político aos seus agentes. (MAAR, 1994)

Afirmando também o caráter comprometido de toda atividade humana, Dallari (1994) aponta que:

“É fundamental não perder de vista que todas as atividades, de indivíduos, de grupos ou de instituições que influem sobre o comportamento das pessoas, ou para que aceitem passivamente as decisões de outras ou para que resistam a elas, ou para que conservem a ordem estabelecida ou para que procurem mudá-la, ou para que apoiem o governo ou para que se oponham a ele, são atividades políticas. Como consequência disso pode-se concluir que há uma responsabilidade política implícita no exercício de todas essas atividades. Exercê-las é também uma forma de participação política. Quem não tiver consciência dessa implicação corre o risco de aceitar uma falsa neutralidade política e até mesmo de colaborar para o estabelecimento ou a manutenção de uma ordem contrária àquela que mais corresponde aos seus interesses e à sua vontade.” (DALLARI, 1994, p.83)

Por conseguinte, a política como prática social e direito não pode apoiar-se somente em partidos políticos e no Estado, pois ela implica múltiplos sujeitos políticos em cenários de contradição e frente a projetos diferenciados elaborados com ampla participação popular. Esses sujeitos geram sentidos subjetivos que tem implicações políticas até mesmo na construção de novos temas de debate os quais em outros momentos históricos podem não ter sido considerados políticos. (GONZÁLEZ REY, 2012) Logo, é preciso enfatizar que há políticas de base, feitas fora e dentro das casas, nos locais de trabalho, através de atividades permeadas de questões do cotidiano. É o povo quem fala tendo voz em todos os momentos, diferentemente da política institucional em que somente podem expressar-se no momento eleitoral dando a tutela de todas as outras decisões aos governantes. Neles não há estruturas pré-fabricadas de participação, representação e direção, o que não implica ausência de direção e objetivos. (MAAR, 1994)

Para Baltazar (2004), os movimentos sociais tem importância social e política, pois representam a capacidade de organização popular em busca da participação política e da

cidadania. Eles organizam ações com foco na conscientização política da população e no desenvolvimento de novos valores para que as pessoas se mobilizem e lutem para a construção de uma sociedade mais digna e justa. Sendo, portanto, uma forma engajada e crítica de participação política.

“Quando as pessoas se reúnem para discutir e deliberar sobre seus problemas objetivos, este exercício político permite uma interiorização subjetiva destas questões. A diversidade de problemas e de opiniões, e principalmente o modo conjunto de resolvê-los, acabam transformando a consciência individual. A democracia nas relações políticas objetivas termina por se tornar um patrimônio subjetivo dos indivíduos, já presente na prática interna de muitos movimentos de base popular, e não apenas como metas de conquistas exteriores, relacionadas à disputa do poder institucional. Neste sentido, a democracia passa a ser um valor ético, cultural, que orienta o comportamento individual, inclusive em situações não diretamente relacionadas com objetivos políticos, como no trabalho, em casa ou na escola e na vida afetiva. (...) Quando a democracia acaba sendo uma ‘visão de mundo’, então passa a ter sentido falar, como o fazem muitos, que ‘tudo é política’. A política se ‘cotidianiza’.” (MAAR, 1994, p.68-69)

Neste sentido, Montero (1996) ressalta que participação é tomar parte em algo, enfatizando que o fenômeno de que se participa passa a ser parcialmente daqueles que fazem esta ação implicando pertencimento, respeito e uma relação com o sujeito participante. Esta relação não é simplesmente de posse, mas de mútua transformação: ao participar o sujeito constrói e modifica os fenômenos e os acontecimentos e nesta ação também é transformado. Sendo assim, a participação destaca o papel da decisão e muda relações, no que se refere ao equilíbrio das forças sociais e ao poder. A autora afirma que participação une o exercício dos direitos e dos deveres de um cidadão, é apropriar-se do espaço público construindo-o, pois se introduz mudanças no que se percebe como situações de desigualdade e exclusão. “Al participar nos hacemos responsables del presente que construimos con nuestra acción.” (MONTERO, 1996, p.10) Assim, para a autora, trata-se de uma ação subversiva no sentido cotidiano, do dia-a-dia, de pouco em pouco, mas profundamente. Trata-se de retirar a idealização das grandes revoluções e apogeu e entender os pequenos ganhos, as transformações que escapam aos agentes externos e são frutos da reflexão, organização, decisão coletiva, da participação diária e de múltiplas maneiras.

Essa dimensão subjetiva da participação política que se efetiva realmente quando se cotidianiza e passa a fazer parte da vivência do sujeito é diferente da atividade política alienada explicada por Maar (1994) como relação entre o candidato e o eleitor, Estado e o cidadão, ficando oculto seu aspecto de relação humana. Por isso, o sentido da participação política não deve ser apenas a transformação do mundo objetivo, mas também das consciências e da relação destas com o mundo, conferindo a ela um significado humano

imediatamente real. Dallari (1994) também afirma que para uma participação política realmente efetiva é necessário uma mudança no plano da consciência, uma vez que o indivíduo que desenvolve uma consciência crítica não fica indiferente e não desanima frente a obstáculos. Konder (2004) ainda ressalta que isto é necessário, pois a consciência crítica permite uma participação mais efetiva na transformação da sociedade. Ainda para Martín-Baró (1998, apud Freitas, 1996)<sup>4</sup>, a práxis transformadora é realizada potencializando as capacidades da população e construindo novas formas de consciência. Essas ações levam ao desenvolvimento de uma análise sobre o poder social e a formação de um novo poder histórico. Quando as pessoas desenvolvem um nível de compreensão de si como seres singulares e genéricos, sociais e historicamente constituídos, pode-se pensar em maneira de participação mais efetivas.

Para González Rey (2003),

“Não tem projetos sociais progressistas, de mudança, sem a participação de sujeitos críticos que exercitem seu pensamento e, a partir da confrontação, gerem novos sentidos que contribuam para modificações nos espaços da subjetividade social dentro dos quais atuam. Sem manter a capacidade geradora de sujeitos críticos que facilitem a tensão vital e criativa dentro de um espaço social, os projetos sociais se tornam conservadores.” (GONZÁLEZ REY, 2003, p.234)

Todos os conceitos de política e participação política com os quais esta pesquisa trabalha e a discussão sobre a dimensão subjetivada deles demonstra que estas questões não se restringem às reflexões sobre partidos políticos, posições de esquerda ou direita, ou sistemas de governo, ao contrário, dizem respeito a tudo que está ligado ao espaço público, a todas as questões cotidianas desse espaço e por isso são construídas por todos os sujeitos de diferentes formas. Neste trabalho buscou-se estudar uma forma de construção da participação política que é através dos movimentos sociais, especificamente o estudantil. Entretanto cabe aqui ressaltar que esta não é a única alternativa de construção da participação política dos sujeitos ou uma alternativa melhor que as demais. Esta é apenas uma possibilidade dentro da pluralidade de experiências do sujeito.

---

<sup>4</sup> Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Editorial Trotta

## 5 PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

### 5.1 TEORIA DA SUBJETIVIDADE DE FERNANDO GONZÁLEZ REY

González Rey (2007) explica que as últimas produções de Vigotski mostrando que a unidade cognição e afeto forma um sistema dinâmico de produção de sentidos abriram uma perspectiva diferente para a formulação da questão da subjetividade na Psicologia Histórico Cultural. Ao apontar essa produção Vigotski implicitamente atribui um caráter gerador à psique além de reconhecer o papel das emoções. Para González Rey (2003), o caminho a ser percorrido a partir das implicações desses escritos do psicólogo soviético é pensar a subjetividade como um macrossistema e integrar a emoção como algo que expressa o sentido de todo o processo e supera a fragmentação cognitivo-afeto. Segundo o autor, os processos psíquicos devem ser entendidos de forma sistêmica, contraditória, em constante desenvolvimento e com caráter subjetivo.

Assim sendo, a abordagem da Psicologia Histórico Cultural sobre subjetividade deve basear-se em um pensamento dialético e orientar-se pelo desenvolvimento dos sistemas complexos, que não se paralisam em um equilíbrio estático, mas organizam-se em um curso contraditório e processual. (GONZÁLEZ REY, 2002) A subjetividade entendida como um sistema complexo tem como característica ser plurideterminada e sempre comprometida com o momento atual de ação, porém não perdendo de foco que nos sistemas complexos há sempre uma tensão entre continuidade e ruptura, entre organização e processo. (GONZÁLEZ REY, 2004; 2005)

Outro elemento imprescindível para pensar uma Teoria da Subjetividade na perspectiva da Psicologia Histórico Cultural é a categoria sujeito, já que este é momento importante para a compreensão da constituição subjetiva e do desenvolvimento tanto de processos sociais como individuais. (GONZÁLEZ REY, 2002) Isto porque quando González Rey versa sobre sujeito considera-o em nível individual e social, como indivíduo ou grupo que tem capacidade de legitimar seu valor, de fazer ações singulares e manter sua identidade diante das diversas contradições e confrontações nos espaços sociais. (GONZÁLEZ REY, 2004)

O sujeito é o momento vivo da organização histórica da subjetividade e está implicado nos diferentes espaços sociais dentro dos quais organiza suas práticas. Ele é aquele capaz de realizar uma processualidade reflexiva que permite sua construção e a construção dos espaços em que atua. Sendo assim, é tanto um momento de subjetivação nos espaços

sociais – pois suas ações são fontes constantes de configuração dos espaços sociais – como ao atuar nesses espaços é constituído por eles – uma vez que sua ação está sempre comprometida, direta ou indiretamente, com sistemas de relações. Assim, o indivíduo entendido como sujeito tem maiores responsabilidades dentro do diferentes espaços de sua experiência social, pois gera novas zonas de significação e realização da sua experiência pessoal. (GONZÁLEZ REY, 2003) O indivíduo torna-se sujeito quando é um agente reflexivo emocionalmente envolvido no seu processo de vida, quando os processos de subjetivação que ele produz superam suas referências originais sob as quais foram produzidos gerando novos caminhos de vida e quando ele transcende suas próprias cristalizações subjetivas. (GONZÁLEZ REY; MARTÍNEZ, 2017)

Esta retomada da categoria sujeito destaca a relação dialética entre a singularidade e o social permitindo romper com os limites imediatos que este social parece impor em visões deterministas, pois compreende que o sujeito é capaz de modificá-lo e gerar novas opções dentro do espaço que age. Estas opções geradas pelos sujeitos não são compreendidas apenas como de natureza cognitiva, mas são caminhos de sentido que influenciam a identidade de quem os assume e que originam novos espaços sociais e novas relações, ações e valores. O social deixa de ter uma determinação externa e atinge uma relação recursiva com o sujeito em que um está implicado na configuração plurideterminada do outro. (GONZÁLEZ REY, 2005) Portanto, em consonância com os princípios da dialética, o que se propõe é que não se compreenda o sujeito a partir de uma organização intrapsíquica sem considerar as significações de sua posição atual e de seu contexto atual, mas seja possível visualizar a tensão entre a capacidade criativa generativa do sujeito e a sua configuração subjetiva atual. (GONZÁLEZ REY, 2003)

“O resgate da ideia de sujeito não passa pela ideia de controle deste sujeito sobre o mundo, mas pela ideia de sua capacidade de opção, de ruptura e de ação criativa, ou seja, pela ideia de que sua ação atual e seus efeitos são constituintes de sua própria subjetividade, e não causas que aparecem como elementos externos da ação.” (GONZÁLEZ REY, 2003, p.224)

Sendo assim, entende-se que o sujeito atua em diferentes situações, em espaços sociais constituídos de subjetividade, e através de diversos conteúdos os quais implicam emoções, categoria também elencada por Fernando González Rey, a partir dos estudos de Vigotski, como essencial para se pensar a subjetividade na Psicologia Histórico Cultural. É na união das emoções com os sistemas simbólicos em que transitam que os sentidos subjetivos são constituídos. (GONZÁLEZ REY, 2004)



O desenvolvimento da condição cultural do homem possibilitou que as emoções fossem uma forma de expressão humana frente a situações ligadas às relações e às práticas sociais. Elas formam um dos registros mais importantes da subjetividade humana e mostram a complexidade do desenvolvimento do sujeito. Dessa forma, não podem ser simplificadas a mera expressão de estados biológicos, pois estão ligadas a estados subjetivos nos espaços das relações sociais dentro de determinadas cultura. Ou seja, são reconhecidas a partir de um discurso cultural que permite que sejam especificadas e construídas. (GONZÁLEZ REY, 2003)

A emocionalidade é originada na aproximação e no confronto de elementos de sentido formados na subjetividade individual enquanto expressão da história do sujeito e de outros aspectos de suas ações concretas nas suas atividades. (GONZÁLEZ REY, 2005) Deste modo, as emoções estão ligadas a sentidos subjetivos de diferentes origens presentes no espaço social atual do sujeito e repercutem na organização das diferentes práticas sociais e profissionais. Elas formam um sistema de registro que atua na organização da ação definindo a disponibilidade de recursos subjetivos para o sujeito atuar influenciando na qualidade da realização da atividade. (GONZÁLEZ REY, 2003)

Por trás das emoções há complexas configurações de sentido e esta mediação mostra o efeito das influências externas sobre o psiquismo do sujeito. Toda influência externa se integra ao sistema da subjetividade e tem um sentido dentro desta auto-organização integrando processos já existentes. As experiências são convertidas em sentidos subjetivos e organizadas na subjetividade que forma uma dimensão subjetiva da realidade objetiva. Entretanto, as interrelações desses processos não são afetadas diretamente, pois são relações de sentido para as quais a constituição histórica do sujeito tem valor essencial na configuração das influências que recebe, ou seja, a condição objetiva não é um registro padronizado. (GONZÁLEZ REY, 2003; 2004)

Para González Rey (2003), entender o sujeito como sujeito da emoção repercute na compreensão de todos os processos psicológicos, como, por exemplo, a linguagem e o pensamento, uma vez que para ele estes processos se expressam a partir do estado emocional de quem fala e pensa. Lane e Camargo (1995) também ressaltam que para Vigotski as emoções seriam mediações entre categorias constitutivas do psiquismo, logo, para esse autor, as emoções não podiam ser estudadas isoladamente, mas através das relações que estabelecem com outras funções psíquicas formando um sistema funcional como um conjunto dinâmico.

Assim, Vigotski explicava que o pensamento não é separado da emoção, seja ele lógico ou emocional, está sempre estruturado em uma base afetivo-volitiva. O processo

cognitivo não existe independente da emoção, mesmo que ela esteja encoberta e seja difícil reconhecê-la. (LANE; CAMARGO, 1995) Quando se fala de um sentimento ele é nomeado e este fato por si só já permite variações nos sentimentos já que os liga ao pensamento. (VYGOTSKY, 1999) Já González Rey (2003) vai além e diz que o pensamento não pode ser definido como um processo cognitivo apenas, mas sim como um processo de sentido. Ele é um processo psicológico por seu caráter cognitivo e por seu sentido subjetivo, ou seja, nele há uma unidade das significações e das emoções na sua expressão. Sendo assim, a expressão do pensamento não é automática, mas é construída pelo sujeito com base em desenhos intencionais e conscientes, ainda que nele não se esgote os sentidos subjetivos possíveis.

A linguagem também ganha nova compreensão a partir da retomada da categoria sujeito e das implicações das emoções na Teoria da Subjetividade. Ela passa a ser entendida como expressão simbólica do sujeito que possibilita a ele construir sua participação na vida social e atuar sobre seu próprio desenvolvimento subjetivo. Ela é repleta de sentidos subjetivos, leva ao surgimento de novas emoções nos espaços representativos e experimentais do sujeito, mas não é uma manifestação direta da subjetividade. Trata-se de um momento no processo de subjetivação e dentro dele adquire sentido e assim também se transforma em um novo momento constituinte das configurações subjetivas que participaram da definição do sentido subjetivo da linguagem em um contexto concreto. (GONZÁLEZ REY, 2003) Nessa perspectiva, portanto, a linguagem é uma expressão simbólica e emocional do sujeito pela qual ele constrói sua participação social e atua sobre seu próprio desenvolvimento subjetivo. (GONZÁLEZ REY, 2005) E a partir desse pensamento pode-se afirmar que a Teoria da Subjetividade está de acordo com os pressupostos das pesquisas na abordagem da Psicologia Sócio-Histórica, pois Molon (2008) afirma que para esta linha a subjetividade e a afetividade não podem ser concebidas como variáveis a serem controladas, mas como elementos constitutivos do sujeito que possibilita que o homem não seja reduzido a uma razão discursiva em que a linguagem existe independente do sujeito, dos afetos, das condições materiais e históricas.

Continuando a compreensão sobre a subjetividade na Psicologia Histórico Cultural, González Rey (2003) explica que o sujeito não é o único momento que integra o curso contraditório do desenvolvimento da subjetividade, há também a personalidade. Personalidade e sujeito constituem-se um ao outro sem se anular, pois segundo este autor a personalidade não é um sistema intrapsíquico de unidades invariáveis, mas é um “sistema subjetivo auto-organizado da experiência histórica do sujeito concreto (...)” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 241) A subjetividade individual é organizada sistemicamente na personalidade e está sempre

comprometida com o momento atual de expressão e subjetivação do sujeito. Trata-se de um sistema auto-organizado no qual é possível perceber a complexa e constante interrelação da subjetividade individual e da subjetividade social. (GONZÁLEZ REY, 2005)

Na personalidade estão organizadas subjetivamente todas as experiências do sujeito em um sistema onde os sentidos subjetivos relacionados a cada experiência passam a influenciar outras experiências formando redes complexas de configurações com certa plasticidade. Assim, os aspectos essenciais da subjetividade social constituem a personalidade e afetam o sujeito nas condições sociais em que acontece sua vida concreta (raça, gênero, condições de saúde, classe social, condição de educação, condição cultural, etc.), porém isso não significa que a personalidade é determinada por forças externas, ela tem capacidade geradora frente a qualquer experiência. As experiências, os valores, os mitos, os significados sociais, deixam sua marca no sistema conforme as configurações deste sistema, ou seja, formando sentidos subjetivos que são desenvolvidos através de configurações históricas e atuais. Desta forma, é através da personalidade que o sujeito encontra recursos para se opor às condições sociais e criar espaços subjetivos alternativos. (GONZÁLEZ REY, 2002)

Sendo assim, a personalidade não pode ser entendida como causa para a ação, mas sim como um processo gerador de sentidos ao longo da história do sujeito, sendo um momento de sentido da própria ação. E, por isso, ela não pode ser estudada de forma abstrata, fora do sistema de atividades que o sujeito está comprometido. (GONZÁLEZ REY, 2003; GONZÁLEZ REY 2005)

“Na subjetividade humana, experiências, significados e sentidos de procedências diferentes perdem sua localização no tempo e no espaço em que foram produzidos e passam a ter uma presença em configurações subjetivas diferentes, nos espaços e tempos definidos dentro da mesma configuração subjetiva na qual se integram. Na subjetividade qualquer momento da história do sujeito pode aparecer como um elemento de sentido da configuração subjetiva atual da sua experiência.” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 220)

Haja vista todo esse processo contínuo e interminável, entende-se que a subjetividade é construída e está em permanente constituição. Ou seja, resulta de um processo complexo e contraditório de integração da história do sujeito, subjetivação dessa história na personalidade, subjetivação dos momentos atuais da vida também com base na constituição subjetiva da atual e histórica da personalidade, o que não anula sua capacidade de agente gerador de mudanças. (GONZÁLEZ REY, 2004)

## 5.2 CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA E A CATEGORIA SENTIDO SUBJETIVO

González Rey (2007) explica que a categoria sentido subjetivo avança em relação a categoria sentido em Vigotski ao se afastar da relação imediata com a palavra e ir além da unidade cognição e afeto alcançando a unidade simbólico e emocional. Este conceito adquire lugar especial na obra do autor, pois para González Rey (2004) os sentidos subjetivos delimitam a especificidade do psíquico nas atividades e processos humanos. Ao longo de sua história, o sujeito constitui-se subjetivamente, construindo formas de subjetivação em suas diferentes atividades e produzindo sentidos subjetivos em cada uma delas. Estes sentidos se integram e constituem simultaneamente uns aos outros em um processo permanente de organização e mudança nas configurações subjetivas.

Nessa definição ontológica de subjetividade proposta, o sentido subjetivo é a unidade constituinte essencial. Nela está o encontro das histórias singulares de sujeitos individuais e de espaços sociais em seus contextos e culturas através de unidades simbólico-emocionais. Estas unidades formam os sentidos subjetivos, categoria que está sempre associada ao sujeito em sua posição atual e histórica, em suas relações e em espaços sociais. Este sentido não é algo universal, mas sempre singular, pois tem a marca da história pessoal dentro do macrosocial. Assim, há realmente um sujeito constituído quando há produção de sentido, já que este o diferencia e produz sua singularidade. (GONZÁLEZ REY, 2004)

Pode-se dizer, portanto, que a subjetividade traz a possibilidade de, através destes sentidos, expressar como os diferentes aspectos da vida social estão implicados na sua formação, ou seja, é uma forma através da qual se pode conhecer como os complexos processos da organização social afetam as pessoas. (GONZÁLEZ REY, 2005) A categoria sentido subjetivo abre a possibilidade de entender a psique em relação dialética com o social, uma vez que conhecer os sentidos subjetivos implica não somente um entendimento sobre aquele que o produz, mas também dos espaços sociais em que ele está inserido já que ele expressa a condição vital das pessoas, suas formas de vida objetivas e subjetivas. (GONZÁLEZ REY, 2004)

Os sentidos subjetivos são, portanto, registros emocionais e simbólicos ligados aos significados e às necessidades do sujeito. Quanto aos significados González Rey (2002) explica que a atividade humana, responsável por transformar a natureza e o próprio homem e criar o mundo cultural, social e pessoal, é sempre uma atividade significada. Assim, o que é internalizado na relação dialética interno/externo é a significação social a qual transforma o natural em cultural. Para este autor,

“Os significados são, portanto, produções históricas e sociais. São eles que permitem a comunicação, a socialização de nossas experiências. Muito embora sejam mais estáveis, ‘dicionarizados’, eles também se transformam no movimento histórico momento em que sua natureza interior se modifica alterando, consequentemente a relação que mantêm com o pensamento entendido como processo.” (González Rey, 2002, p.304)

Portanto, apesar de o significado ter conteúdo mais estável e compartilhado, eles são apropriados pelos sujeitos e configurados com base na subjetividade deles. E sabendo que os significados contêm mais do que é expresso pela aparência a partir deles é possível empreender uma análise que alcance suas zonas mais instáveis, fluídas e profundas, a zona dos sentidos. Portanto, o sentido é mais amplo que o significado, pois articula as produções psicológicas do sujeito frente a realidade. (GONZÁLEZ REY, 2002)

Já quanto às necessidades, entende-se que nos diferentes espaços da atividade humana, em contextos específicos, as emoções entram em complexas relações e configuram necessidades. Estas são condições do sistema subjetivo sensíveis ao registro emocional de eventos culturais e pessoais, são estados afetivos procedentes da articulação de emoções de diversas origens no curso de uma relação ou de uma atividade do sujeito e que estão ligadas a produção de sentidos subjetivos na atuação do sujeito na realidade concreta, no contexto da realização da ação. (GONZÁLEZ REY, 2003) Portanto, as necessidades “(...) estão associadas ao processo do sujeito dentro do conjunto de suas práticas sociais. Elas são formadoras de sentido na processualidade das diferentes ações e práticas sociais do sujeito.” (GONZÁLEZ REY, 2003, p.246) E a produção de sentidos está associada às necessidades de quem os produzem, logo, os sentidos subjetivos não são expressões lineares das realidades, mas distorcidos por estes estados afetivos fazendo com que toda ação subjetiva seja contraditória: contribui para conhecer um domínio da realidade, mas representa uma deformação do conhecido. A nova realidade conhecida forma um registro emocional único em que a história subjetivada do sujeito constitui esse evento ou experiência. (GONZÁLEZ REY, 2004)

González Rey (2003) aponta que as necessidades formam sistemas que são configurados de forma relativamente estável na personalidade, os quais são chamados de motivos. Eles integram elementos de sentido, formam uma síntese subjetivada dos diferentes momentos e espaços sociais em que o desenvolvimento acontece, estão constituídos na personalidade e participam de forma direta e indireta na formação dos sentidos subjetivos. Aguiar et al. (2009) explicam que nas necessidades o que predomina são as emoções. Elas mobilizam o sujeito, mas não proporcionam direção à atividade já que o atendimento à

necessidade precisa da significação de algo no mundo social. Esta significação é a construção do motivo para a ação, logo o motivo é constituído na atividade social e é o gerador de sentidos. Estes motivos podem ser fatos sociais, situações, objetos que contêm afetos, crenças, valores do sujeito, mas que não revelam estes aspectos de forma direta. Sendo assim, González Rey (2004) destaca que a motivação não está ligada a atividade em si e nem é definida pelo conteúdo concreto dela, mas é uma motivação do sujeito. Trata-se da produção de sentidos integrada em uma configuração singular que contribui para delimitar um espaço de sentido para determinada atividade em conjunto com outros sentidos subjetivos que estão sendo produzidos simultaneamente em um sistema de configurações subjetivas.

Outro conceito importante para a compreensão da subjetividade é o de configuração subjetiva que ao mesmo tempo que dá acesso a construção singular da motivação, a qual tem formas específicas em cada sujeito, também permite entender a forma de organização geral dos processos de produção de sentido. (GONZÁLEZ REY, 2004)

Como já anteriormente discutido, as configurações subjetivas se organizam de forma relativamente estável na personalidade, assim toda experiência é subjetivada em configurações e a partir delas produzem-se sentidos subjetivos ao integrar-se com outros estados dinâmicos. Logo, as configurações subjetivas são a integração desses diferentes sentidos subjetivos de forma relativamente estável na organização subjetiva das experiências. Elas tem capacidade de variar alguns de seus sentidos subjetivos constitutivos em função do contexto, da qualidade da atividade ou das formas de relação desenvolvidas, porém há núcleos de sentido mais estáveis que podem ser percebidos na oposição do sujeito a aspectos novos da experiência que os confrontem. Estes núcleos atravessam diversas formas de atividade do sujeito formando tendências orientadoras da personalidade, isto é, núcleos que fazem parte da maioria das configurações subjetivas da personalidade. Deste modo, eles dão integridade à configuração, mantendo-a. Os núcleos estão organizados por sentidos subjetivos dominantes e uma mudança nesses sentidos influencia a organização geral da configuração e impacta no desenvolvimento da personalidade. Logo, as contradições entre as configurações subjetivas e uma experiência nova levam a um novo espaço de subjetivação cujo resultado depende dos elementos presentes, da reflexividade e da produção de sentidos que marcam as posições do sujeito nesse espaço. (GONZÁLEZ REY, 2003)

Assim também, as configurações subjetivas são formações estáveis capazes de gerar sentidos variáveis, por que a personalidade funciona como um sistema em que uma configuração pode ter diferentes momentos de integração com outras configurações em função do contexto e condição social onde a ação ocorre. São integrações dinâmicas que

fazem a produção de sentidos tomar diferentes formas no decorrer da história do sujeito, ainda que a expressão da personalidade seja o momento de uma organização mais complexa que media essas configurações. (GONZÁLEZ REY, 2003)

Sendo assim, percebe-se que as configurações subjetivas estão implicadas na produção de sentidos subjetivos em espaços simbolicamente delimitados pela cultura em que o sujeito concreto se insere e são as bases do processo de subjetivação humana. Esses espaços produzem processos simbólicos e emoções que formam uma síntese ontológica especial dos diferentes elementos que caracterizam a vida social, da história de cada sujeito e de cada espaço social concreto. (GONZÁLEZ REY, 2005)

Segundo González Rey e Martínez (2017):

“As configurações subjetivas são um momento de auto-organização que emerge no fluxo caótico de sentidos subjetivos e que define o curso de uma experiência de vida, especificando estados subjetivos dominantes da questão estudada. Estas configurações não são a soma de sentidos subjetivos, aparecem como uma formação subjetiva formadora de sentidos que tem certa convergência entre si e que representam um dos elementos essenciais dos estados afetivos hegemônicos da pessoa no curso da experiência.” (GONZÁLEZ REY; MARTÍNEZ, 2017, p.52-53)

Portanto, estes sentidos subjetivos não são estáticos, mas são comprometidos com a forma que as configurações subjetivas aparecem dentro do contexto de subjetivação que acontece no curso da atividade atual do sujeito. Eles são produzidos pela personalidade nas diferentes expressões humanas não podem ser entendidos sem relação com o lugar do sujeito no contexto social e cultural no qual se expressam. (GONZÁLEZ REY, 2002)

Essa representação processual da produção subjetiva busca dar conta da constante mobilidade do sujeito. Entender que os sentidos subjetivos são produzidos em diferentes épocas da experiência do sujeito situadas em momentos específicos da sua expressão social mostra que o momento atual do sujeito é uma configuração subjetiva de diferentes momentos de sua configuração social e histórica. Assim, as configurações subjetivas e o sentido subjetivo permitem representar cada experiência em produções subjetivas diferentes, pois ela é articulada com registros de sentido já existentes no nível subjetivo possibilitando diferentes expressões dela. (GONZÁLEZ REY, 2003) Logo, as novas experiências não adquirem sentido subjetivo pelo o que representam de forma objetiva, mas dentro do processo de subjetivação que caracteriza o desenvolvimento da personalidade e das configurações subjetivas. O sentido não é gerado pelo objeto imediato em si, mas pelos sistemas de relações subjetivadas em que eles aparecem na ação humana. (GONZÁLEZ REY, 2002; GONZÁLEZ REY, 2004)

Pode-se concluir então que os sistemas humanos, ou seja, sujeitos e espaços sociais, produzem sentidos subjetivos a partir de suas culturas, valores, histórias, mitos e crenças. Estes sentidos compõe a realidade cultural que não é dominada apenas por elementos objetivos, mas também é construída com base em sistemas subjetivos sendo que são os sentidos subjetivos produzidos que facilitam que certas formas de racionalidades sejam compartilhadas em uma cultura (sistemas jurídicos, morais, normas da sociedade e das instituições). (GONZÁLEZ REY, 2004) Assim, por exemplo, a economia, o social, o político, entre outros elementos, adquirem sua dimensão subjetiva pelos sistemas de sentido e significação dos diferentes agrupamentos e instituições sociais. Nos sistemas de relações desses grupamentos e instituições a subjetividade individual também é constituída enquanto singularidade, com suas configurações subjetivas próprias e únicas, e que por sua vez tem capacidade de resistir à subjetividade social dominante. (GONZÁLEZ REY, 2002) Uma vez que a produção de sentidos subjetivos e as configurações subjetivas não se da por influência linear e direta de qualquer sistema da realidade, eles tem a capacidade de subverter qualquer ordem imposta ao sujeito ou a sociedade. (GONZÁLEZ REY, 2005) Sendo assim, González Rey (2007) afirma:

“Uma característica essencial da subjetividade é sua capacidade para subverter a ordem institucional que caracteriza a concepção hegemônica de qualquer ordem social. Tendo sido precisamente essa tensão e contradição permanente um dos elementos principais da constante mudança da sociedade. Negar a subjetividade é equivalente a desconsiderar a força da produção humana mais genuína e submeter ao domínio do instrumental.” (GONZÁLEZ REY, 2007, p.173-174)

### 5.3 SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL E SUBJETIVIDADE SOCIAL

A subjetividade é constituída por dois momentos essenciais, o individual e o social, em uma relação em que ambos são constituintes e constituídos. (GONZÁLEZ REY, 2002) Assim, quando se trabalha com os conceitos de subjetividade individual e subjetividade social não se pretende afirmar que exista uma subjetividade inerente ao indivíduo e outra à sociedade. Ao contrário, a subjetividade é um sistema complexo com esses dois espaços de constituição em constante interrelação. (GONZÁLEZ REY, 2004) O grande desafio desse entendimento é não recair na dicotomia social x individual, objetivo x subjetivo, interno x externo, mas articular subjetividade social e subjetividade individual como uma produzindo a outra simultaneamente. (GONZÁLEZ REY, 2003).



Para tanto, nessa perspectiva o social é entendido como integrado à definição da qualidade da psique. Não se trata de uma interiorização quando se descreve o caráter social do psíquico, mas de uma constituição. (GONZÁLEZ REY, 2004) Portanto, a psique em uma dimensão subjetiva apenas é possível dentro de uma cultura a qual no nível psicológico é formada por configurações de sentido subjetivo e significado. A vida psíquica do sujeito e da sociedade se organiza nesse sistema configuracional de significação e sentido subjetivo que é a subjetividade. (GONZÁLEZ REY, 2002)

González Rey (2003) explica que começou a desenvolver o conceito de subjetividade social em meados da década de 80 no contexto da discussão sobre a psicologia na América Latina. Tratava-se de uma busca pela construção da psicologia voltada para as especificidades da população desses países que resultou na ênfase da Psicologia Social Latino-americana. Os pesquisadores desse período, marcados por suas diferentes abordagens, construíram uma psicologia social voltada para os processos de comunicação e ideológicos a fim de superar o individualismo presente nos enfoques tradicionais. O autor destaca que, especificamente em Cuba, os estudiosos faziam uma revisão crítica da psicologia social a partir do marxismo e influenciados pela psicologia soviética, dividindo-se entre aqueles que seguiam Leontiev e os que o criticavam em função de seu viés objetivista e positivista. Fernando González Rey fazia parte deste último grupo, minoria na Faculdade de Psicologia da Universidade de La Habana, a partir do qual se interessou pelas discussões das questões relacionadas ao desenvolvimento crítico da psicologia social. Segundo González Rey (2003):

“Em meus trabalhos passei da psicologia geral, entendida como teoria dos processos básicos de construção da teoria psicológica, para a psicologia social, trajetória que me ajudou extraordinariamente a pensar em uma teoria da personalidade de base histórico-cultural e, por sua vez, a pensar na psicologia social com uma base teórica dialética e complexa, na qual o individual e o social não constituíram uma dicotomia, nem se excluíram reciprocamente. Foi dentro desse esforço teórico que apareceu a categoria de subjetividade social (1991).” (GONZÁLEZ REY, 2003, p.201)

Com o conceito de subjetividade social foi possível alcançar a relação dialética entre indivíduo e sociedade superando a fragmentação de autores latinoamericanos anteriores cujo enfoque de estudo na psicologia social eram temas de natureza essencialmente social (ideologia, a dimensão social da identidade, comunicação e representação social, etc.) esvaziando o sujeito. Assim, o termo subjetividade social foi intencionalmente usado para confrontar a ideia de que subjetividade é algo unicamente individual, mas, ao contrário, é um sistema complexo construído simultaneamente no nível social e individual e de origem histórico-social. (GONZÁLEZ REY, 2003; GONZÁLEZ REY, 2004)

Para González Rey (2004) subjetividade também não pode ser definida como algo oposto a objetividade, pois ela “(...) é uma qualidade da objetividade nos sistemas humanos produzidos culturalmente.” (GONZÁLEZ REY, 2004, p.125) Sendo assim, o conceito de subjetividade social, mostra que os processos sociais não são externos aos indivíduos assim como não são determinantes rígidos. Os processos sociais são entendidos dentro de um sistema complexo no qual o indivíduo é constituinte e constituído, mas não de forma universal e unilateral em função das características dos espaços sociais em que ele vive. O social e o indivíduo têm caráter ativo nessa constituição e a forma como essa constituição acontece depende da relação entre ambos, ou seja, como um se configura frente ao outro. (GONZÁLEZ REY, 2003)

Desta forma, a categoria subjetividade social não é o conjunto das infraestruturas, das relações e das organizações sociais, mas faz parte do desenvolvimento ontológico da sociedade. Ela constitui um tecido social em relação com os inúmeros aspectos objetivos da vida social formando um sistema de sentidos subjetivos e significados originados nas diferentes zonas do social e organizado em configurações que atuam nos espaços sociais e nos sujeitos. Estas configurações contêm também elementos de sentido de outros espaços sociais e estão presentes tanto nas relações sociais, como nas crenças, costumes, valores que formam subjetivamente os espaços que o indivíduo atua. (GONZÁLEZ REY, 2003)

Isto mostra que nesta perspectiva não se trabalha com a noção de social como algo puro e macro, mas inclui elementos constitutivos importantes, como a escola, o local de trabalho, as relações de gênero, as representações de saúde e doença, as formas dominantes de status, etc. que ressaltam o diálogo com todos os níveis constitutivos do social demonstrando seu caráter complexo. Na subjetividade social estão elementos de sentido presentes nas relações que caracterizam os grupos ou agências sociais no momento de seu funcionamento fazendo com que ela alcance a dimensão subjetiva dos processos e instituições sociais e da rede complexa do social nos diferentes contextos que se estrutura na história. (GONZÁLEZ REY, 2003) Sendo assim, percebe-se que nos espaços institucionais as narrações não são somente produções simbólicas contextuais, mas produções de sentido profundas que revelam elementos da sociedade na sua organização do momento. Fica claro, portanto, que a subjetividade social não é reflexo direto dos sistemas nela presente, mas é uma produção de sentidos frente aos diversos sistemas presentes nela e que, simultaneamente, compõe todos esses sistemas. (GONZÁLEZ REY, 2004)

A história pessoal é o limite entre a subjetividade individual e social, já que se trata de vivências de sujeitos concretos. Na singularidade de suas configurações subjetivas estas

experiências permitem desenvolver opções de interpretação sobre o contexto social que outros sujeitos que compartilham o espaço podem não desenvolver. (GONZÁLEZ REY, 2004) Assim, a subjetividade individual é um sistema em constante desenvolvimento que não determina experiências e ações dos sujeitos, mas é um momento de produção de sentidos subjetivos que acompanha a ação, muitas vezes sem que o sujeito reconheça como essa produção acontece e os diversos sentidos produzidos. São, portanto, processos e formas de organização subjetiva de sujeitos concretos estando nela a história singular de cada sujeito dentro de uma cultura e em determinadas relações. Na subjetividade individual há processos de subjetivação ligados à experiência social do sujeito concreto e há a organização destas experiências ao longo da história do sujeito. Ou seja, há processualidade e há organização em constante relação dialética caracterizando o desenvolvimento da subjetividade. (GONZÁLEZ REY, 2005)

Destaca-se que a subjetividade individual é determinada socialmente, entretanto não como um determinismo linear, mas como um processo de constituição, pois através do conceito de subjetividade social entende-se o social como instância subjetiva em que as situações objetivas se expressam como sentido subjetivos nas emoções e nos processos simbólicos produzidos pelos sujeitos que estão nas situações. Assim também, os sujeitos constituem a subjetividade social fazendo com que a subjetividade individual e a social se pressuponham e sejam constitutivas uma da outra. São momentos constantes de tensão e contradição que alavancam o desenvolvimento das duas instâncias. (GONZÁLEZ REY, 2003) A produção de sentidos subjetivos acontece simultaneamente no sujeito individual e nos espaços sociais, de forma contraditória em que a produção de um influencia a do outro através da ação do sujeito diante dessas produções. (GONZÁLEZ REY, 2004)

Ainda que a subjetividade social seja formada antes do sujeito psicológico concreto e, portanto, faça parte da ontogenia deste, o indivíduo, quando entra nos espaços da atividade social, transforma-se em sujeito e integra-se a eles diferentemente dos demais já que este sujeito é ativo e produz novos sentidos e significados sobre estes elementos os quais podem até mesmo ser contraditórios aos da subjetividade social. Cabe ressaltar também que ao se formar o sujeito individual formam-se também novos processos da subjetividade social e novas redes de relações sociais que transformam o sistema. Ou seja, por isso que se diz que a constituição da subjetividade individual e social se dá pela contradição, pela tensão entre estes momentos. (GONZÁLEZ REY, 2003; GONZÁLEZ REY, 2004) Para González Rey (2003):

“Portanto, os processos de subjetividade social e individual não mantêm uma relação de externalidade, mas se expressam como momentos contraditórios que se integram de forma tensa na constituição complexa da subjetividade humana, que é inseparável da condição social do homem. Sendo assim, para entender a subjetividade a partir da constituição dialética e complexa em que tentamos apresentá-la, temos de ter clareza em todo o momento em que a condição de sujeito individual se define somente dentro do tecido social em que o homem vive, no qual os processos de subjetividade individual são um momento da subjetividade social, momentos que se constituem de forma recíproca sem que um se dilua no outro, e que tem que se compreendidos em sua dimensão processual permanente.” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 206)

A partir da relação dialética entre subjetividade social e individual pode-se entender que a ação dos sujeitos é individual e social, pois ele está constantemente implicado em espaços da subjetividade social e atualiza-se conforme as tensões entre suas configurações subjetivas individuais e os sentidos subjetivos produzidos nas atividades compartilhadas nos diferentes espaços sociais. (GONZÁLEZ REY, 2005) Na subjetividade a todo momento se manifesta na dialética entre social e individual fazendo com que o sujeito esteja sempre implicado em suas práticas, reflexões e sentidos subjetivos. Por isso, nessa forma de produção do conhecimento proposta, conhece-se o sujeito e os processos de subjetivação da realidade social ao mesmo tempo. (GONZÁLEZ REY, 2002)

## 6 A CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO

### 6.1 A FORMAÇÃO DO GRUPO

A presente pesquisa foi divulgada pela primeira vez para os estudantes que integram o CAP no dia 28 de abril de 2016 a fim de realizar a primeira apresentação do tema e dos objetivos do estudo e solicitar a autorização necessária para que o projeto tramitasse no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Setor de Ciências da Saúde da UFPR com o CAP como Instituição Coparticipante.

Após obter parecer favorável (parecer consubstanciado número 1.683.430) deste CEP, a pesquisa foi divulgada novamente em reunião geral do CAP no dia 22 de setembro de 2016 e foi realizado o convite aos alunos que se interessassem em participar do estudo sendo que na ocasião houve três inscritos. Também foi divulgado um texto-convite no grupo de Facebook do CAP e em sala de aula no dia 27 de setembro de 2016. O convite no Facebook não resultou em inscritos e o convite em sala de aula resultou em mais três inscrições.

No momento da inscrição os alunos indicavam a disponibilidade de horários para a realização dos grupos e forneciam um contato pessoal. Posteriormente a pesquisadora entrou em contato com os seis inscritos para acordo dos dias e horários dos grupos segundo a disponibilidade em comum. Alguns alunos não responderam ao contato e o grupo foi formado com quatro participantes que concordaram em participar dos encontros nos dias 10, 17 e 24 de outubro de 2016 com uma hora e meia de duração na sala do Mestrado em Psicologia da UFPR. Este número de participantes foi considerado adequado, pois na Epistemologia Qualitativa o número de sujeitos estudados é definido por um critério qualitativo que é a necessidade do processo de produção do conhecimento ao longo da pesquisa. Por isso, a seleção dos participantes não é definida a priori e fechada logo no começo da pesquisa, ela é regida pelas demandas do processo e acompanha o desenvolvimento da pesquisa. (GONZÁLEZ REY, 2002)

### 6.2 PARTICIPANTES

O grupo foi composto por quatro participantes do sexo feminino, com idades entre 20 e 21 anos, todas estudantes do curso de Psicologia da UFPR. A exclusividade de participantes do sexo feminino não foi um recorte proposital de gênero no trabalho, pois o

convite para participação na pesquisa foi realizado igualmente para ambos os gêneros. Entretanto, apenas as quatro aceitaram participar.

As participantes integravam o CAP desde o primeiro ano da graduação, estavam ativas nas tarefas do movimento estudantil no momento da pesquisa e iniciaram a participação neste movimento no ensino superior. Na (TABELA 1) é feita a descrição das participantes segundo nomes fictícios escolhidos por elas.

TABELA 1 – Dados participantes do estudo.

<b>Nome Fictício</b>	<b>Idade</b>	<b>Tempo de militância no Centro Acadêmico</b>
Helena	21 anos	2 anos e meio
Pagu	21 anos	2 anos e meio
Olga	21 anos	2 anos e meio
Clara	20 anos	2 anos e meio

### 6.3 INSTRUMENTOS

A complexidade da subjetividade impossibilita que se tenha acesso direto a ela e aos indicadores relevantes de sua constituição somente de forma indireta. Por isso é preciso que os instrumentos usados em pesquisas que tem como foco a subjetividade sejam abertos para permitir a expressão do sujeito, a reconstrução da experiência no processo de comunicação e para facilitar a construção de ideias e conceitos. (GONZÁLEZ REY, 2002)

“A subjetividade não aparecerá de forma imediata, ante os estímulos organizados para produzir respostas do sujeito. Os sentidos subjetivos não correspondem linearmente às representações do sujeito, sendo, com frequência, contraditórios a elas. A subjetividade aparece somente quando os sujeitos ou grupos estudados se implicam em sua expressão e a pesquisa adquire sentido para eles.” (GONZÁLEZ REY, 2005, p.28)

Embasado nessa concepção de subjetividade, González Rey (2004) propõe uma transição da epistemologia da resposta para a epistemologia da construção que implica em uma revisão dos instrumentos de pesquisa. Ao apresentar situações pouco estruturadas aos sujeitos estes produzem informações qualitativamente diferentes do que seriam produzidas se fossem apresentadas perguntas fechadas. Deste modo, os sujeitos não somente respondem perguntas, mas criam suas próprias perguntas e reflexões, marcando uma posição ativa que permite expressar a experiência e compartilhar pensamentos gerados ali. Para o autor, essa forma de trabalho faz com que a pesquisa se constitua para o sujeito como um campo de relações próprio dele, pois ele expressa suas necessidade e cria novas.

Em função desta concepção sobre produção do conhecimento, o instrumento na pesquisa qualitativa não tem valor somente pela resposta, mas pela interação, pela conversação que dele decorre e pelas expressões do sujeito diante dele. Os instrumentos não são fins em si mesmos capazes de produzir resultados finais, o significado da informação resulta da integração no processo de pensamento. A informação não é considerada por sua procedência instrumental, mas pela relação com o processo de produção como um todo. (GONZÁLEZ REY, 2002)

Embasado nesta definição de subjetividade e nos pressupostos epistemológicos relacionados a ela e a produção do conhecimento, esta investigação teve como instrumentos as discussões em grupo com temas disparadores, a construção de um cartaz que apresentasse o CAP, a discussão sobre um documentário e dois instrumentos escritos. O primeiro instrumento escrito utilizado foi o complemento de frases, que segundo González Rey (2002) trata-se de um grupo de frases com relação entre si que promove a possibilidade de entrar em campos de sentidos complexos, produzindo indicadores para o desenvolvimento do modelo teórico que permitirá a inteligibilidade do problema. E o segundo instrumento escrito foi a redação de uma carta dirigida aos militantes da UNE que apareceram no documentário. Segundo González Rey (2002) a redação pessoal é um instrumento interessante, pois permite a produção de informações sem basear-se em perguntas direitas do pesquisador, assim como possibilita a análise da elaboração que o participante faz do que deseja expressar.

#### 6.4 O PERCURSO DOS ENCONTROS

Antes de iniciar os grupos foram traçados alguns esboços de temas e perguntas norteadoras para cada encontro que poderiam auxiliar a pesquisadora na condução do grupo. Entretanto, esses esboços sempre foram entendidos de maneira aberta, como caminhos possíveis que auxiliariam na construção do conhecimento sobre o tema proposto e não como etapas rígidas a serem seguidas. Esta postura foi ao encontro da Epistemologia Qualitativa proposta por González Rey (2002) que explica que os instrumentos são definidos no momento da pesquisa, de forma constante e respondendo às necessidades que a pesquisa geral. Isto por que se entende que o sujeito da pesquisa não responde descomprometidamente às perguntas, suas respostas são expressões ligadas ao diálogo no qual se expressa. Portanto, as respostas não são reações lineares e isomorfas a indutores metodológicos, mas são constituídas pelas necessidades do sujeito e pelo código social aceito no meio em que ele vive formando construções complexas, plurideterminadas e que exige esforço do pesquisador para produzir

os indicadores. Para isso, o pesquisador precisa se comprometer não somente com o resultado dos instrumentos, mas com o sistema de relações que se estabelece na pesquisa.

Desta forma, as ideias para as perguntas e temas dos encontros desenvolvidos previamente foram construídas com base na literatura da área, artigos e livros que tratavam sobre movimento estudantil e participação política, contudo não foram utilizados todos os indutores previamente construídos, pois foi necessário acompanhar as produções que as participantes e pesquisadora enquanto grupo criavam no momento do encontro.

No primeiro encontro os objetivos da pesquisa foram explicados novamente, as próximas datas confirmadas e as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (ANPÊNDICE A). Depois desse primeiro momento foram apresentadas as perguntas norteadoras do encontro: O que é participação política para vocês? Como se veem nessa participação? A partir desses indutores as participantes e a pesquisadora adentraram em espaços conversacionais que não podiam ser interrompidos por perguntas previamente elaboradas, mas era preciso ser conduzido conforme as produções singulares e grupais.

Após o transcorrer desse diálogo inicial as participantes foram solicitadas a fazer um cartaz (ANEXO A) com recortes de revistas para apresentarem qual eram as atividades desenvolvidas no CAP como se tratasse de uma apresentação desta instituição. As revistas foram intencionalmente escolhidas de forma que contemplasse visões políticas de esquerda e de direita no país e outras que abrangessem temas da psicologia. O resultado foi de um total de 11 exemplares sendo que o número do exemplar foi escolhido ao acaso. São eles: 3 exemplares da revista Veja (13/05/2015; 15/04/15; 25/03/15), 2 exemplares da revista Caros Amigos (os dois números do ano de 2016), 2 exemplares da revista Carta Capital (28/09/2016; 5/10/2016) e 4 exemplares da revista Contato do Conselho Regional de Psicologia – Paraná (CRP 08) (edição Março/Abril 2016; Maio/Junho 2016; Julho/Agosto 2016; Setembro/Outubro 2016). A produção do cartaz mobilizou muitos diálogos e a apresentação do mesmo não foi possível no dia em função do horário de devolução da sala.

Desta forma, o segundo encontro foi iniciado com a conversa sobre o cartaz produzido. Foi solicitado que olhassem para o cartaz e escolhessem uma palavra para descrevê-lo. A partir deste indutor novos espaços conversacionais foram criados e acompanhados segundo as exigências do momento. Posteriormente, quando os diálogos já haviam sido desenvolvidos foi transmitido o documentário produzido pela UNE chamado “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil.” E após assisti-lo foi discutido as impressões delas sobre o documentário e as identificações possíveis.



Finalmente, no terceiro encontro foram aplicados os dois instrumentos escritos: o complemento de frases (APÊNDICE B) e uma carta (APÊNDICE C) para os integrantes do documentário assistido e aos produtores dele. O complemento de frases havia sido previamente construído em função das formalidades do CEP, mas foi inteiramente modificado segundo as necessidades de construção da informação. Foi necessário adequá-lo aos conteúdos que as participantes mostraram no processo para que assim contribuísse para a construção dos indicadores e hipóteses. O segundo instrumento escrito, a carta, também foi modificado do que estava na proposta inicial, pois o documentário mobilizou de forma importante as participantes gerando longos e marcados momentos de silêncio na conversação em um grupo que antes se mostrava muito comunicativo. Foi possível perceber que este silêncio precisava ser entendido e trabalhado por isso a proposição da carta aos integrantes do documentário e aos produtores dele.

Cabe ainda destacar sobre o percurso dos encontros do grupo que estes foram marcados por um clima afetivo, de ajuda e de colaboração entre as participantes e delas com a pesquisadora. Isto se faz necessário, pois segundo González Rey (2002), na produção do conhecimento é necessário analisar a integração subjetiva de pesquisador e pesquisados no processo já que as ideias desenvolvidas constituem o sentido subjetivo de reflexões e ações que os sujeitos tem na prática. Desta forma, as ideias são integradas pelo pesquisador dentro desse processo aberto, irregular e complexo que é a produção de conhecimento.

Como todas as participantes entraram juntas no movimento estudantil através do CAP e já tinham uma relação de amizade anterior aos encontros da pesquisa houve integração, respeito, solidariedade e apoio mútuo entre elas e que foram estendidos à convivência com a pesquisadora com a qual não tinham relação antes do processo de pesquisa. Este fundo emocional foi necessário para que houvesse confiança para a expressão das subjetividades delas e da pesquisadora e para que a pesquisa significasse momentos de reflexão tão importante para todas.

## **7 ARTICULANDO SUBJETIVIDADES: AS PRODUÇÕES DAS PARTICIPANTES E O PENSAMENTO DA PESQUISADORA**

Neste estudo, resultados e discussão serão apresentados em conjunto, pois, na Epistemologia Qualitativa e no método construtivo-interpretativo, não há separação entre a produção de dados e a interpretação deles, já que o pesquisador tem um papel ativo e sua produção de ideias é constante em todos os momentos de pesquisa. Para González Rey (2002) separar esses momentos seria perder as ideias e as construções do pesquisador, por isso são tratados como momentos contínuos que se interpenetram gerando a necessidade de buscar informações e novos instrumentos.

Optou-se também por apresentar primeiro os indicadores de sentido subjetivo que formam as configurações subjetivas da participação política para cada participante a fim de que a compreensão fique mais clara e didática ao leitor. Após este primeiro momento são realizadas reflexões a partir das similaridades e oposições entre as configurações subjetivas das participantes que representam as novas zonas de inteligibilidade sobre o tema estudado como um todo.

Os indicadores foram aqui construídos entendendo que não são unidades identificáveis no momento empírico, mas inseparáveis da interpretação do investigador. Eles são informações implícitas ou indiretas e não indicam conclusões do pesquisador, mas representam momentos hipotéticos durante a investigação e que levam à busca de outros indicadores procedentes de outras fontes e contextos do sujeito estudado permitindo construções teóricas sobre as hipóteses levantadas. (GONZÁLEZ REY, 2003) O indicador pode ser definido, portanto, por um elemento ou por um conjunto de elementos que o pesquisador coloca em interrelação em função das expressões do sujeito e que levam a formulação de uma hipótese que não tem ligação direta com o conteúdo explícito dos elementos separadamente. (GONZÁLEZ REY, 2002)

As novas zonas de inteligibilidade foram delineadas seguindo o que González Rey (2002) explica sobre elas. São construções que não integram imediatamente a teoria geral, uma vez que seu sentido para essa teoria é produzido dentro de processos construtivos ligados ao desenvolvimento da teoria. Logo, estas novas zonas podem estar relacionadas a ideias prévias do pesquisador ou surgir no curso da pesquisa. Assim também elas podem agrupar questões que não se repetem ou agrupar tendências.

## 7.1 CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A construção das configurações subjetivas da participação política para cada participante serão apresentadas a seguir a partir de diferentes elementos de sentidos subjetivos descritos um a um para cada participante. Estes sentidos subjetivos foram construídos com base em indicadores que representam a unidade das falas das participantes, das respostas delas aos instrumentos escritos, das emoções e ações e das situações informais vivenciadas durante a pesquisa juntamente com o pensamento da pesquisadora. Cada indicador de sentido subjetivo recebeu um nome com base na própria fala das participantes a partir de momentos que demonstraram maior emoção e importância simbólica. Entende-se que é a unidade desses diferentes elementos de sentidos subjetivos que formarão as configurações subjetivas da participação política para cada participante no momento da pesquisa, pois sabe-se que “O conceito de configuração subjetiva nos permite apreender a diversidade de sentidos subjetivos que se articulam numa experiência de vida concreta, definindo múltiplos e contraditórios processos subjetivos que acontecem no curso dessa experiência.” (GONZÁLEZ REY, 2011, p. 60)

### 7.1.1 Helena

A configuração subjetiva da participação política para Helena demonstrou estar construída pelos seguintes elementos de sentido subjetivo:

1) “O que dá sentido no que faço, penso e vivo”: Helena através de suas falas e modos de expressão demonstra que sente, entende e vive a participação política como uma atividade crítica relacionada a vida como um todo e que exerce esta participação não apenas através da militância no movimento estudantil, mas em todos momentos e atividades da sua vida. Para a participante “As pessoas veem a militância como um ‘hobby’, quando na verdade é algo necessário e o que dá sentido no que faço, penso e vivo.”. Indo ao encontro dessa construção ainda afirma que “Política é uma palavra desgastada que as pessoas insistem em dizer que: ‘não gostam de se envolver com isso’, mas faz parte de tudo na nossa vida.” Assim percebe-se que a participação política para a participante é subjetivada como uma atividade vivida cotidianamente, não se trata de uma atividade extra e sim uma das principais atividades do dia a dia e que pode ser exercida em todas as atividades cotidianas e não apenas formalmente através da militância. Isto por que ela entende que nesta sociedade “(...) a vida, o corpo, as relações de tantas pessoas são tratadas como mercadoria.” A partir desse olhar da

participante sobre as relações cotidianas pode-se afirmar que ela vive essa participação política como atividade diretamente integrada ao pensamento crítico, pois segundo ela “(...) Se você se questiona sobre alguma coisa, já é uma participação política, mínima que seja, você tá querendo questionar assim, não sei. (...)”.

2) “Vejo que não estou sozinha”: é possível perceber a importância da coletividade em dois sentidos para Helena: por um lado como momento em que a conversa com outros militantes possibilita que, através da relação e dos espaços de diálogo, haja um desenvolvimento pessoal que contribui para aprimorar sua participação política. Conversando sobre as mudanças que a entrada no movimento estudantil trouxe para a vida delas disse “Eu acho que vem bastante do processo de coletivizar as suas questões, esse momento de entrada no movimento, você tá ali, com muitas coisas acontecendo no coração e você não sabe como coletivizar, acha que isso é super individual e aí tem todo o processo de você ir conversando com as pessoas, aí você aperfeiçoa suas opiniões e consegue ver as coisas que estão de fundo e acho que nesse processo é isso que a gente estava falando assim: de refinar mais as coisas para agir”. Por outro lado, a coletividade também age gerando um sentimento de pertença e segurança para se expressar. Assim, ao responder no complemento de frases sobre o que a motiva disse: “Motivo-me ao lembrar que meus sentimentos em relação a várias coisas são compartilhados com outras pessoas e vejo que não estou sozinha.”.

Portanto, pode-se entender que o movimento estudantil, como experiência de participação política, tem como uma das suas principais contribuições na vida da participante a oportunidade de estar em grupo, discutir e decidir coletivamente o que gera mudanças na vida da participante como um todo. O coletivo serve como instância para o desenvolvimento das decisões política e acadêmicas e de acolhimento dos sentimentos gerados nos diferentes momentos da vida da participante demonstrando que pode ser a expressão das emoções nesse contexto um importante momento de subjetivação e desenvolvimento pessoal para ela.

3) “Eu também sou da sócio”: Os conhecimentos científicos da psicologia demonstram ter papel importante para o desenvolvimento da participação política e para a vida pessoal. Não os apreende de forma automática para reprodução, mas os relaciona de fato com as vivências do dia a dia e com os sentidos que atribui a universidade. Desta forma, ao responder o complemento de frases sobre a questão relacionada ao conhecimento científico transmitido na graduação disse “(...) pode parecer muito limitado à ‘bolha acadêmica’ se você não se envolver com outras coisas fora da sala de aula.” Assim também quando questionadas sobre a importância dos conhecimentos que são transmitidos na graduação em Psicologia respondeu “Eu acho que ajuda no retrocesso também que a gente sente na militância. Não é

sempre que a gente vai estar com todo gás, querendo participar de tudo, ir para todos os atos, mas tipo, ter em mente que esses processos são importantes também para que a gente consiga lidar com isso de outra forma né? Tanto a militância ajuda no sentido de potencializar a gente, conseguir lidar com isso de uma melhor forma e acho que a gente estudando psicologia mesmo, a gente aprender, enfim, eu também sou da sócio, e a gente entender que esse processo de ir e vir de cada coisa é importante e acho que isso se cruza muito!” A participante demonstra que consegue fazer uma leitura da realidade que vive através desses conhecimentos dando uma qualidade superior para suas práticas e aumentando sua confiança no processo de aprendizagem e de militância que está passando, o que inclusive possibilita que ela lide com as situações conflitantes desse processo.

Cabe também ressaltar que esses conhecimentos transmitidos na graduação são importantes para as análises da vida como um todo de tal forma que se identifica como pertencendo a uma abordagem: “(...) eu também sou da sócio (...)” em referência a abordagem Sócio-Histórica assim nominada no curso de Psicologia da UFPR. Esse conhecimento e a identificação com ele ajudam-na a perceber as dificuldades e limitações na sua formação e militância, sentir as emoções que isso gera, mas consegue dar um sentido construtivo a isso ao articular teoria e prática constantemente. Assim respondendo ao complemento de frases disse: “Minha formação como psicóloga é um desafio que às vezes parece impossível de realizar, mas ao mesmo tempo sinto que estou no caminho certo.”. E também na questão: “A UFPR é um lugar muito importante que trouxe muitas transformações na minha vida, tanto em conhecimento em sala de aula quanto fora dela.”.

4) “Como fazer as coisas”: Conhece a construção do movimento político no Brasil o que possibilita que ela faça uma articulação das características do CAP com a realidade social e econômica brasileira e contrapor com o que deseja como maneira de fazer política. Pode-se perceber isso quando explica que “(...) o movimento que a gente faz é de um centro acadêmico que não é prestador de serviços, não é só você colocar um monte de sugestões aqui que eu vou tentar fazer as suas demandas, é diferente né! É um movimento bem difícil de se fazer e que na prática da universidade a gente está perdendo um pouco, bastante na verdade, por toda a conjuntura política que a gente está!”. Ainda explicando como o momento político do Brasil influencia o CAP desde a época do ex-presidente Lula até o impeachment da ex-presidente Dilma diz: “(...) E eu acho que tem muito reflexo disso no centro acadêmico mesmo, de como fazer as coisas! Então a gente tenta a todo momento que o centro acadêmico não seja personalista, que tal pessoa não seja referência maior no centro acadêmico, só ela decidir as coisas, seja a presidente.”. Demonstra que consegue fazer a transição dos temas

discutidos sobre a realidade social maior para as suas vivências e vice versa, criando a possibilidade de transcender a participação no movimento estudantil para uma participação política na sociedade maior e também supera a forma de participação política institucionalizada da sociedade moderna. Assim, parece construir um sentido subjetivo para a participação política muito maior do que apenas a participação em um momento de ação eleitoral ou de manifestação e reivindicação.

5) “Coisa de família”: Helena demonstra a importância da família na construção de sua atividade de participação política o que pode começar a ser percebido pelo nome fictício que escolhe para si mesma na pesquisa. Helena é o nome da sua avó a qual ela deseja homenagear ao escolher para representar a si mesma na pesquisa. Assim também, a subjetividade social formada em nível familiar parece influenciar o sentido subjetivo de participação política para a participante, uma vez que pela comunicação e outros canais emocionais recebeu as frustrações e satisfações, os valores e as crenças, assim como os estereótipos da família sobre participação política. Percebe-se também que recursivamente a participação política que exerce através do CAP aumenta a confiança para diferenciar-se da mãe e fazer suas próprias escolhas, mas sem negar a importância da base familiar. Sendo assim diz: “(...) Minha mãe era militante do PT também e aí veio esse choque de eu falando que a gente saiu de um ciclo de lutas e acabou o ciclo PT, (...) É um choque bastante forte assim, por que as pessoas acabam com um projeto de vida mesmo naquela época né? Era o que fazia sentido e ver o projeto indo pro ralo praticamente, é muito difícil!” Apesar de se diferenciar da mãe por não concordar com a forma de fazer política do PT quando questionada sobre exemplos de participação política diz: “Ah.. eu pensei.. veio na minha cabeça mesmo mais coisa de família: minha irmã e a minha mãe. Acho que minha irmã principalmente por que, enfim, ela veio morar aqui e tal, a gente passou um tempo separado depois quando eu vim morar aqui a gente tava com a convivência muito forte e ela também participa do movimento estudantil e eu acho que ela que meio que me colocou! Assim, abriu as portas para eu participar das coisas assim! Eu acho que principalmente ela e a minha mãe, enfim, por toda a história de vida dela, de militância e enfim, várias coisas!”.

Pode-se interpretar também que estas marcas familiares mais fortes, emocionais e simbólicas para a participante foram da avó, mãe e irmã, todas mulheres, o que também possibilita formular uma questão de gênero presente na configuração subjetiva da participação política para ela. O que vai ao encontro das principais atividades militantes das participantes que estão relacionadas ao movimento feminista.

6) “Alguma coisa ta acontecendo”: Importância das emoções nas vivências de participação política para a construção da configuração subjetiva e motivação. Sobre seu início de militância relata: “(...) eu lembro que o que ficou marcado para mim, de começar a participar do centro acadêmico foi uma assembleia, que eu fui lá no politécnico, que era a pauta era sobre se a gente ia apoiar ou não a greve dos técnicos que estava tendo na época. Eu lembro que tava super lotado, tinha vários centro acadêmicos lá no poli, de oposição né. Eu lembro que foi super tretado o negócio. (...) E ai no final começou todo mundo com palavra de ordem assim e ai começou de não querer deixar a galera ir embora e naquela eu vi alguma coisa aqui ta acontecendo, ta muito estranho!” e ao dizer isso apontava para o coração. Desta forma, o relato sobre as experiências de participação política foram todos permeados de muitas emoções na fala, nos gestos, no tom de voz e foi identificado que justamente estas emoções que contribuíram para que ela se engajasse no movimento estudantil e que fazem ela continuar sua militância para além desse movimento. Segundo ela: “(...) Então é isso: vem uma coisa, uma emoção que faz com que: eu não posso deixar isso acontecer!!!”

7) “Eu concordo”: Demonstra ter formada uma imagem idealizada do que é ser militante, todavia esta imagem é discrepante em relação a como reconhece seu jeito de ser e este fato parece influenciar na possibilidade de colocar-se mais nas discussões e de identificar as importantes contribuições que faz. Ao responder o completo de frases na questão sobre como na política seria mais participativo disse: “se fosse menos insegura para falar e estudasse mais os teóricos. Ao mesmo tempo que a nossa participação sempre será limitada em algum aspecto porque há outras esferas na vida para darmos conta (família, trabalho, etc.).” Porém, durante todos os encontros do grupo Helena trouxe relevantes reflexões, conseguiu fazer articulações interessantes com os temas disparadores, conseguiu flexibilizar seus padrões de pensamento quando necessário para responder a questões da pesquisadora não trazendo discursos fechados e estereotipados. Entretanto, em alguns momentos parece que não conseguia reconhecer essas contribuições criativas que construiu na pesquisa demonstrando admiração pelo discurso mais rígido de militância e valorizando mais estes do que os seus. Sobre uma questão que Clara respondeu antes de todas, ela disse: “Eu concordo, por que eu não consigo, apesar da gente estudar essas coisas assim, eu acho muito difícil conversar sobre isso didaticamente como Clara! (...) É articular, né, é difícil!” Certos discursos militantes, mais eloquentes e formatados, parecem ser mais valorizados do que a construção criativa e menos caricata, o que parece atender até mesmo a certo projeto de sociedade que precisa que todos tenham a mesma forma de pensar.

Acredita-se que em função desse discurso e pensamento menos formatado e mais criativo Helena consegue manter sua subjetividade individual, sua singularidade dentro da participação política e consegue dedicar-se a estudos na área da psicologia e não somente da militância. Dedicar também tempo à família e refere-se a diversas questões pessoais durante a pesquisa. Assim respondeu nos complementos de frases: “Eu sou uma pessoa que pensa muito, e isso pode atrapalhar um pouco (ansiedade).”; “Eu faço uma coisa que me irrita um pouco que é me fechar e assim não conseguir expressar o que estou sentindo.”; “Eu gosto também de falar de outras coisas que não envolvem a militância.” Isso parece contribuir para que seu pensamento seja realmente um processo de sentido e também pode ter sido o que possibilitou que ela trouxesse contribuições criativas para a pesquisa e para que não esteja ainda enquadrada nas regras militantes, mas essa “não normatização” não parece ser sentida como positiva pela participante em alguns momentos.

#### 7.1.2 Pagu

A configuração subjetiva da participação política em Pagu demonstrou estar configurada pelos seguintes elementos de sentidos subjetivos:

1) “Um não existe sem o outro”: Pagu demonstra que construiu um dos sentidos subjetivos da participação política como uma ação transformadora da vida como um todo e que influencia na forma como ela se percebe. Este aspecto de sua subjetividade fica claro em respostas do complemento de frases como: “Minha satisfação é me sentir útil. Útil no sentido de contribuir de alguma forma para a modificação da sociedade em que estou inserida e para a minha própria modificação.”; “Participação política para mim é tão importante quanto trabalhar, comer, dormir...” e quando diz durante as conversas: “(...) que em qualquer situação da vida que você teje, que você se coloque, é uma situação política, é uma situação de disputa de posição mesmo.”

Esta participante parece ter se apropriado do entendimento de uma ação recursiva entre o social e o individual a qual sente e vive na atividade, na ação de participar, pois se percebe implicada em tudo o que diz respeito a sociedade e esta implicada na subjetivação individual dela, em uma relação dialética que não consegue separar na teoria e nem na prática de sua vida. Sendo assim diz: “Acho que participação política não só questionar, mas se propor a intervir no lugar onde você tá. Igual a gente na faculdade, tem um monte de pessoas indignadas com a realidade, com tudo o que acontece, e a gente fala: Não, a gente vai mudar essa realidade de alguma forma! E a gente faz isso através dos instrumentos que a gente tem!



Que no nosso caso é o centro acadêmico, os coletivos, para mudar essas coisas que a gente não concorda. O outro ponto seria intervenção!”. E ainda responde no complemento de frases: “O indivíduo e a sociedade estão em relação dialética, se influenciam mutuamente. Um não existe sem o outro.”.

2) “Sujeitos ativos”: A participação política demonstra ser uma forma de entrar em contato com a articulação teoria/prática e com isso passa a ser fonte de desenvolvimento pessoal além de desenvolvimento político aumentando a importância da participação política em sua vida. Quando explicava sobre seu percurso no centro acadêmico afirmou que depois de um tempo de participação: “(...) eu conseguia organizar melhor meu pensamento, fazia análises que antes eu não fazia. E eu me entendia de forma que antes eu não me entendia. Isso de você criar mediações mesmo, para lidar consigo mesmo! Igual as relações pessoais, a forma de interpretar a vida, tudo passa por um outro filtro.” E ainda reforçou: “(...) legal ver o quanto eu mudei nesse processo todo. Não sei, tanto como pessoa como as minhas posições políticas foram se aperfeiçoando, se refinando durante todo esse tempo assim que eu milito. (...)”. E esta vivência da unidade teoria/prática que compõe a construção do sentido subjetivo da participação política pode ser exemplificada quando explica “(...) a teoria ajuda demais a ver na prática o processo. (...) e ajuda muito a pensar a militância! Não, ela está desenvolvendo o processo de consciência e tal. Sentido, nossa!!!” ou quando diz: “ (...) no meu caso é o materialismo histórico. Eu falo: ai meu Deus!!! Olha a dialética ali!!!”. E com isso consegue articular essa vivência de participação política com seu futuro profissional: “Na minha profissão espero poder contribuir com a minha experiência política para uma boa organização de meu local de trabalho, para o tratamento com os pacientes, para a compreensão desses últimos de que são sujeitos ativos e podem modificar a realidade em que se inserem.”.

3) “Minha vida”: Demonstra organizar a vida em torno da militância mas preservando a individualidade de suas reflexões e produções de sentido, pois ainda que tenha reconhecido que destina grande parte de seu tempo à militância, o coletivo parece não dominar sua singularidade, a construção de seu pensamento e de suas falas. Sendo assim, ainda que diga sobre a pesquisa: “Foi muito bom para mim, me fez repensar muitas coisas: o papel da militância, por que eu milito? Essas questões de hoje ficaram muito claro o quanto eu organizo minha vida ao redor da militância assim e o quanto era isso que eu queria mesmo, tipo... foi bem legal! Da uma organizada assim...”, Pagu demonstrou ter interesses diversos como explica no complemento de frases: “Eu gosto não só de política (haha). Gosto muito de arte, dança, música, teatro, desenho, filmes... É algo muito presente em minha vida.”.

Portanto, percebe-se que ela escuta músicas diferentes, faz atividades que considera importantes para sua individualidade independente de serem criticadas ou não pelos setores mais radicais de esquerda, como comentou em um momento informal sobre aulas de yoga e trouxe questões pessoais para o estudo: “Desejo desesperadamente poder descansar, refletir sobre as coisas e viajar.”. Outro indicador de que sua singularidade é marcante é que ela também demonstra conseguir manter uma crítica sobre seus relacionamentos e se questionar se é bom que todos eles sejam em torno da militância. No complemento de frases deixa claro: “Meus relacionamentos são todos com pessoas engajadas em alguma participação política (tanto amizade, quanto amorosos), o que nem sempre é bom.”. E assim também o nome que escolheu para ela mesma na pesquisa é em referência a Patrícia Galvão, apelidada de Pagu, que foi a primeira brasileira a participar na política no século 20 sendo presa em 1931 por sua filiação ao Partido Comunista (PCB) e militância de esquerda no contexto da ditadura. A participante demonstra sua singularidade na escolha deste nome pela possibilidade de flexibilizar seu pensamento, sentimento e identificação explicando que mesmo que Patrícia Galvão tenha militado buscando adentrar na democracia representativa e no poder do Estado, com os quais a participante não concorda, ela é um referencial por ser uma mulher que teve coragem de se colocar politicamente em uma época que a política era dominada por homens.

4) “Hoje me considero uma pessoa forte”: As contradições da universidade geram diferentes emoções em Pagu e influenciam a construção do sentido subjetivo de forma contraditória. Ao mesmo tempo que a Universidade foi o local onde iniciou a militância, uma das principais atividades na sua vida e um grande projeto para ela, a forma como o ensino é estruturado, as demandas do mercado de trabalho e a idealização do que é ser um bom profissional repercutem emocionalmente de forma desagradável em Pagu com sentimentos de insuficiência. Assim, ela afirma que: “A universidade é um lugar de onde quero e não quero sair. Ao mesmo tempo que me desespera, me dá conforto.”; “Minha formação como psicóloga é ineficiente, porém há perspectivas de melhoras.”; e “Eu faço o melhor que posso nas coisas que considero importantes, o que na maioria das vezes é insuficiente.”.

Nesse mesmo sentido é possível perceber que ainda que Pagu tenha uma leitura crítica das demandas da sociedade capitalista e lute para modificá-las, isso não a protege dos sentimentos gerados por essas demandas e contradições que são reproduzidas nas instituições. Portanto diz: “A UFPR para mim é contraditória. Mesmo sendo o local onde desenvolvi a maior parte da minha criticidade é um lugar que vejo como limitado em muitos sentidos. O primeiro deles é o profissional. Não acredito que saindo da UFPR estarei pronta para atuar profissionalmente, e o mínimo de segurança que possuo nesse sentido, provém da minha

participação na militância. Outro fator é que a UFPR é um local elitizado. Sem me delongar nisso, o lugar de onde vim é muito diferente, sempre estudei em escola pública, sou uma das únicas de meus antigos colegas a estar na Universidade. E claro que isso possui um impacto na minha formação.”.

Assim, nota-se que Pagu reconhece que é marcada por seu tempo e que como está inserida nessa sociedade tem limitações para superar certas contradições, mas ainda que ela tenha todo esse desenvolvimento crítico continua reproduzindo certas demandas e idealizações da sociedade sobre a formação profissional as quais a fazem sofrer e que fazem parte de sua configuração subjetiva da participação política pois produzem sentidos subjetivos sobre a atividade militante no CAP. Percebe-se também que sentidos subjetivos da subjetividade social provenientes de sua origem de estudos – escola pública – e da classe social também geram emoções importantes nesse processo. Na Universidade, a condição de classe parece ser intensamente vivida pela participante repercutindo na intensificação de sua militância e na forma como estende essa leitura para a sociedade em geral. E ainda que toda essa contradição apareça de forma intensa como sofrimento para ela há também indicadores de que um elemento de sentido subjetivo para ela é que todas essas situações são oportunidade de crescimento e amadurecimento e que repercutem na militância, na vida profissional e pessoal, âmbitos que para ela não estão dissociados. “Sinto que mesmo com limitações consegui superar/realizar muitas coisas. Hoje me considero uma pessoa forte.”.

5) “Advento do horizonte”: um dos sentidos subjetivos da participação política que fazem parte da configuração subjetiva parece em grande parte ter sido construído em torno de um projeto de sociedade como objetivo. Sendo assim explica: “Motivo-me pela perspectiva de mudança da realidade, pelo advento do horizonte em que já não haja exploração entre os homens.” Este projeto de sociedade com todo o simbolismo e emoção que representa em sua vida demonstra ser importante para o fortalecimento para a participação política: “Penso que há muito o que fazer em relação ao projeto de sociedade que defendo, mas vamos nos fortalecendo com o tempo”.

### 7.1.3 Olga

A configuração subjetiva da participação política para Olga demonstrou estar configurada pelos seguintes elementos de sentido subjetivo:

1) “Você já é um ser político”: Um dos sentidos subjetivos que estão presentes na configuração subjetiva da participação política para Olga tem elementos que mostram a

participação política como parte do sujeito, como uma característica que o define uma vez que reconhece todos os espaços da vida como políticos e os seres humanos como seres políticos. Desta forma, afirma sobre participação política que: “Eu acho que entendo como um agir no meio que você se insere, se você tá nesse meio, você pensa no meio que você está, você já é um ser político ali! Então não fazer, talvez mostre um certo acordo com aquilo, com o meio que tá. E o teu fazer para mudar, mostra uma outra posição política.” Com isso a participante demonstra que entende a característica política dos seres humanos não apenas naqueles que estão envolvidos na militância, mas em todos os sujeitos mesmo que de opiniões e ações diferentes da dela. Respondendo ao complemento de frases frisa: “Participação política é inerente a qualquer indivíduo que vive em sociedade, mesmo o não agir frente a determinada situação é o seu agir e a tua participação política.”. E relata uma experiência que se posicionou nesse sentido: “A gente estava discutindo isso na reunião de agora pouco, discutindo não, trouxe um relato, de uma das ocupações que eu fui. Eu me incomodei muito com uma professora que ficava interrompendo o tempo todo as crianças conversando, crianças modo de dizer! (risos) Os adolescentes!!! Falando que o movimento deles era partidário e ela insistindo para mim que nada daquilo ali era político, sendo que o que os meninos estavam explicando ali é que eles eram apartidários, e a minha explicação para ela, e eu acho que a minha entonação foi um pouco grossa, mas isso por si só é político.”

2) “Mas são pessoas sofrendo”: Parece ainda estar se adequando às normas de fala e pensamento militantes pois constantemente corrigia os termos que usava e mudava de opinião após colegas com o discurso militante mais formatado falarem. Como, por exemplo, quando se corrigiu e colocou sua fala entre aspas por não achar um termo que fosse mais adequado dentro da linguagem militante de esquerda para falar: “Eu acho que o que me motiva a tá aqui, tá aqui digamos engajada, é realmente o sofrimento do outro, nosso, mas principalmente os das classes! Classes não! Grupos mais prejudicados que vão ter a saúde mental afetada, que vão ter um sofrimento seja, sei lá, bem abre aspas: uma mera tristeza em relação às suas condições materiais de vida, desde uma saúde do corpo mesmo e que tem um sistema que não tá nem aí!”. Apesar dessa tentativa de adequação ela consegue produzir sentidos subjetivos criativos e não normatizados pelas regras da militância de esquerda, em muitos momentos sua visão encontra pontos de diálogo com outros posicionamentos. Quando por exemplo reflete sobre uma experiência: “(...) eu até depois do segundo ano, que a gente estudou muito sócio, foi um ano bem legal, eu trabalhava em uma ONG e para mim, no começo que eu comecei a trabalhar na ONG não conflitava tanto a minha ideologia com a ONG, mas chegou um momento que eu tive que largar tudo por que eu ia acabar brigando com as pessoas, tipo não:

não tá certo! Eu tive que sair, mas era um grupo de pessoas que eu era muito apegada, não os voluntários, mas as pessoas com quem eu trabalhava, mas que eu to tentando voltar a trabalhar com eles com outros instrumentos.”.

Desta forma, demonstra apropriar-se dos diferentes conhecimentos e discursos ideológicos de sua militância, busca aperfeiçoar-se neles, mas os faz seus, é sujeito das suas falas, pois abre possibilidade de questionar e inventar novos caminhos e entender a experiência do outro. Isto fica claro quando diz: “Tipo: tem pessoas que creem mesmo que esse outro modo de fazer política é o adequado e eles tentam dessa forma.”. Ou quando em um momento informal da pesquisa em que a pesquisadora participou de uma reunião geral do CAP ela foi a única entre as participantes a defender a participação do CAP na semana acadêmica preparada por centros acadêmicos de outros cursos e de outras vinculações ideológicas (militantes de direita) por que o tema era o sofrimento dos alunos na graduação. Nesse momento ela defendeu que independente de ideologia são pessoas sofrendo.

3) “Um salto qualitativo muito grande”: A militância demonstra ser uma forma de entrar em contato com a unidade teoria e prática passando a ser fonte de desenvolvimento de pensamentos mais críticos e aprofundados. Nesse sentido explica: “(...) eu ainda acho que tenho uma fundamentação teórica bem rasa para a militância, só que comparando do ensino médio para cá deu um salto qualitativo muito grande a partir da prática mesmo, de não só se indignar sobre, mas tentar agir sobre (...) mas ao mesmo tempo eu me vejo como uma militante que tem muito o que estudar.” Sendo assim, a discussão na organização coletiva e os conhecimento da psicologia servem de espaços de diálogo e subjetivação que proporciona desenvolvimento pessoal em um processo ativo de gerar sentidos durante a prática. Todos esses ganhos que a participante percebe nessa ação coletiva fazem a participação política ganhar um lugar cada vez mais privilegiado em sua vida.

4) “Eu sou alguém agoniada”: As emoções geradas ao entrar em contato com as desigualdades parecem formar importante elementos de sentido que contribuem para que ela continue na organização coletiva e exercendo uma participação política constante. Sendo assim ela diz: “(...) ter contato direto com realidades que o privilégio que, sei lá, daquela redoma onde eu estava na adolescência, não me permitia ter o contato, o contato direto do que me fazia ficar indignada com a realidade me fez agir.”. E responde ao complemento de frases: “Eu sou alguém agoniada (frequentemente) com muitas variáveis societárias que ao mesmo tempo é satisfeita com os grupos de amizade e de organizações que tenho a oportunidade de pertencer, conviver e agir com eles a caminho de nossos ideais e objetivos”. Sendo importante destacar que essas emoções e os impactos frente às desigualdades começaram após o estudo

de Marx e talvez por isso o simbolismo da teoria marxista esteja sempre tão presente em sua configuração subjetiva da participação política. “Eu comecei me incomodando com essas coisas, essas coisas não. Eu comecei a ter algumas incomodações no ensino médio quando uma professora de sociologia me apresentou Marx.”

5) “Esperança”: As emoções frente a possibilidade de mudança da sociedade parecem também ser importante para a construção de sentidos subjetivos da participação política. Ela frisa que “(...) acho que o que mais me motiva é saber que através da luta da pra mudar realmente. Por mais que não seja agora nesse momento, mas a gente esta colaborando para isso.”. E ao descrever o cartaz que montaram sobre o CAP disse: “Palavra que descreve o cartaz para mim é esperança.”.

Ligada a essas mesmas emoções a imagem que ela criou em relação à daqueles que são ativos na busca dessa mudança também está presente como elemento de sentido subjetivo na configuração subjetiva da participação política. Contando sobre sua entrada no CAP lembrou: “Eu lembro da Gi e do Leo que sentaram descalços na escadaria assim: super bicho grilo! Tipo: quero andar com esses caras!!!”. Nesse sentido também a escolha do seu nome fictício para a pesquisa esta ligada a essa imagem do militante. Ela faz referência a Olga Benário Prestes, militante comunista alemã de origem judaica membro do Partido Social-Democrata Alemão que viveu no Brasil a partir da década de 30 por determinação da Internacional Comunista para apoiar o Partido Comunista Brasileiro. Ela recebeu treinamento político-militar, foi presa por diversas vezes e executada aos 34 anos em um campo de concentração.

Sendo assim, a participante sente fortes emoções frente as desigualdade sociais que quando unidas a sua prática de participação política não apenas as reforçam, mas repercutem na forma como ela se vê como pessoa o que parece estar muito ligado às emoções e ao simbolismo da imagem do militante na sociedade. Por diversos momentos fala de pessoas que foram referência para ela, professora e amigos com fortes posicionamentos, nos quais parece se espelhar.

6) “Despolitizada, essa é a palavra!”: Os elementos da subjetividade social aparecem de forma marcante nas falas dela no que diz respeito às concepções, crenças, valores atribuídos aos militantes pela sociedade em geral e pela sua família mostrando que estes elementos geraram emoções importantes na vida dela. Sobre isso uma de suas falas foi: “Meu pai, ele foi até quase candidato a prefeito na cidade que a gente morava e ele foi de 8 para 80 e a gente tem brigas muito feias por causa disso. Minha família materna já briguei com primos, tios. A gente brigava por questões de categoria, por exemplo o 29 de abril do ano

passado, greve dos professores, e nisso já vira um xingamento de PTista, sei lá! É uma discussão totalmente sem contexto! Despolitizada, essa é a palavra! Despolitizada e rechaçada por defender coisas que eles associam ao PT.” Assim percebe-se que ela sofre com o sentido atribuído pela sociedade em geral e pela sua família sobre a participação no centro acadêmico como participação de esquerda radical, prevalecendo uma visão de que quem é de esquerda é vinculado ao PT, PSOL, PSTU. Esses sentidos subjetivos presente na subjetividade social são vividos com bastante indignação, pois se pode perceber que ao entender política como tudo o que está relacionado aos aspectos da vida concreta, ela não se restringe a política partidária e não se sente bem com este rótulo. Assim ela se expressa: “Sei lá, é tão difícil isso! Por que a gente tenta desenvolver maior tolerância por pensar em todo esse processo que a gente passou, tentar ter mais paciência, mas ao mesmo tempo a gente se indigna mais, quanto mais a gente conhece, maior a indignação, mas a tolerância deveria aumentar com as pessoas na mesma quantidade, mas comigo não acontece assim!”.

7) “Uma graduação que me instrumentaliza para agir na sociedade”: A universidade é permeada de emoções ligadas a satisfação em suas falas em função dos conhecimentos transmitidos estarem em grande parte relacionados a uma visão crítica possibilitada por diversas disciplinas e pela possibilidade de ação social. Ou seja, parece que as emoções agradáveis ligadas a Universidade contribuem para a produção de sentidos subjetivos da participação política em diferentes âmbitos de sua vida repercutindo no que pensa e sente sobre sua futura atuação profissional. Sendo assim, no complemento de frase afirma: “Minha satisfação é ter a oportunidade e também o privilégio, de cursar uma graduação que me instrumentaliza para agir na sociedade, com colegas com a mesma ideologia e propósitos, em prol do bem estar, da saúde, da educação e da qualidade de vida dos indivíduos.”; “Minha formação como psicóloga tem sido muito satisfatória e aberto muitas possibilidades de transformação e agir socialmente.”; e “O conhecimento científico transmitido na graduação não é neutro, primeiramente, mas nos permite nos instrumentalizarmos muito para nossas ações coletivas e enquanto indivíduos em nossas profissões e em outras organizações de trabalho e militância.”.

#### 7.1.4 Clara

A configuração subjetiva da participação política para Clara demonstrou estar configurada pelos seguintes elementos de sentidos subjetivos:

1) “A luta é o centro gravitacional da sua vida”: Nas suas falas é possível perceber que toda sua vida gira em torno da militância que é identificada como participação política e que este é o objetivo de todos os momentos do seu dia como uma missão. Seguem alguns exemplos da força dessa atividade: a pesquisa não foi entendida como um momento de reflexão, assim como outras participantes descreveram, e sim como uma oportunidade de defender o que acredita em relação à sociedade e à política e ensinar isso aos demais. Desta forma, após a pesquisadora ter agradecido pela participação na pesquisa ela disse: “É aquilo né, tipo: Você não diz parabéns para uma mãe e para um pai que amamenta um filho. É nossa obrigação! Nossa função!”. Ela também contou que na família questiona constantemente as atitudes e ideias dos pais, fazendo do espaço familiar um lugar de constante debate de ideias pela causa revolucionária. Segundo Clara: “A gente tem que sentar e discutir essas coisas coletivamente enquanto família. Mas que foram construções, de longos anos, de ruptura mesmo, de bater de frente de né. Que hoje isso acontece de forma muito mais tranquila.”. Também é importante destacar que na ocasião da pesquisa havia feito uma tatuagem e ao explicá-la para a pesquisadora mostrou como os símbolos da tatuagem - a que foi feita no dia em que o encontro do grupo ocorreu e outra que já possuía - eram relacionados a símbolos políticos na América Latina e estes símbolos eram usados para representar a família.

Para esta participante todos os momentos da vida devem estar ligados a causa revolucionária como fica claro no complemento de frases: “Minha satisfação não pode ser hedonista. O lazer e o tempo livre são tarefas, o que me satisfaz é o cumprimento da tarefa e como ela aponta pro objetivo final.”; “Planejo minha vida em torno de sua função: superação da pré-história e de toda dominação do ser humano pelo ser humano.”; e “Minha vida não é minha. É da causa. Minha profissão como diz Julio Mella, é a de revolucionária. E se precisar ‘vou ao cárcere buscar meu diploma’.”. Assim também durante as conversas relatou que até mesmo a música que gosta de ouvir é identificada como revolucionária e para as massas. Sobre esse assunto disse: “Mercedes Sossa, que é uma cantora latino americana que eu acho ela incrível, por que ela é uma artista que entende a necessidade da moral e da ideologia revolucionária mesmo, contra a lógica burguesa! (...) Aquilo é música de massas! Só que é música de massas com conteúdo real de luta de classes!”. Também no complemento de frases quando foi responder a questão “Eu sou” disse em voz alta que pensou em responder eu sou marxista ou comunista demonstrando o desenvolvimento de uma identidade política e social tão forte que serviria de definição do seu ser.

Assim também, ela organiza seus compromissos em função da militância, faz a maior parte de suas leituras sobre esses temas e saiu da casa dos pais para defender o que



acredita. Ainda que se saiba que o comprometimento com a causa seja importante para uma prática efetiva a pergunta despertada na pesquisadora nesse momento é onde fica a singularidade de Clara? A causa revolucionária, o projeto de sociedade e a militância constante parecem não abrir brechas para que outros interesses fluam para que se permita agir segundo particularidades pessoais, para momentos de relaxamento, para existir uma expressão individual que não seja normatizada pelo discurso marxista e comunista. Assim, suas falas parecem sempre estereotipadas, perdem a marca singular da autoria. Mesmo nos indutores mais pessoais do complemento de frases não trata de questões singulares, mas sempre coletivas. Sendo assim, a participação política parece ser uma tendência orientadora da personalidade, ou seja, atividade nuclear e altamente significativa na vida dela. O que fica muito bem expresso na frase: “(...) a luta não é mais uma parte da sua vida, ela é o centro gravitacional da sua vida!”.

2) “Raiva que não cabe em mim”: Assim como Olga, demonstra que as emoções geradas ao entrar em contato com as desigualdades foram um dos elementos que a motivaram a participar de uma organização coletiva. Contando sua história antes da entrada no movimento estudantil relatou: “Antes de entrar na faculdade eu fazia voluntariado é... E, foi um momento em que eu consegui ter uma outra intensidade nas contradições que eu sentia, que me permitiram ver desigualdade, foi meio que uma denuncia de tudo, mas eu não conseguia organizar para além do individual!”. E essas emoções frente às desigualdades parecem continuar sendo um combustível que alimenta a luta e sendo muito importante para a construção do sentido subjetivo da sua participação política como expressão em uma resposta ao complemento de frases: “Motivo-me pela raiva que não cabe em mim toda vez que vejo uma injustiça e pela certeza da possibilidade de extinção delas.”. Mas, diferente de Olga, ela parece não encontrar alternativas para se inserir nos lugares que não estejam plenamente de acordo com as ideias dela, não no sentido de abandonar o que acredita, mas buscar uma forma de realizar um trabalho que acredite não restringindo sua ação, mas compreendendo a ruptura com certas instituições e atividades como a única opção: “E daí no voluntariado, foi mais pesado ainda, por que as crianças são literalmente abusadas em casa, tipo até mesmo sexualmente e uma das meninas, a gente sabia que ela tinha caso de abusos sexuais, e ela chegava, com 11 anos de idade, e chegava no lugar onde as crianças ficavam e eu lembro que eu percebi o que estava acontecendo, fui falar com as pessoas que eram trabalhadores de lá, por que eu era voluntária, e eles responderam: nossa é muito foda mesmo, eu compartilho da sua dor e da dor dela, mas a gente tem um limite do que pode ser feito! E eu pensei: não! E eu nunca mais voltei!”.

3) “Só a luta muda a vida”: Assim como Helena as emoções vivenciadas no momento de luta também demonstram ser essenciais para continuar no movimento e para a produção de sentidos subjetivos sobre participação política. Ela relata: “E na universidade o grande salto: não, só a luta coletiva muda a vida, só a luta muda a vida, foi a EBSEH<sup>5</sup>! Foi quando a gente tava literalmente levando tiro na cara e eu pensei, nossa, as coisas fizeram sentido! (...) o que eu senti quando eu tava no EBSEH, muito medo! Mas não era medo de, um desespero, que eu tava negando aquilo, mas um medo de ver a potencialidade daquilo, como coletivamente, mesmo que a gente padeça, por que no caso a gente não conseguiu né? Mas só de ver a resistência!”.

4) “Viva o comandante!”: Nas suas falas sobre participação política é possível ver contradições em relação ao que chamam de personalismo o qual criticam e tentam não reproduzir no CAP. Sua fala é marcada com muita frequência por citações de autores marxistas e ídolos cubanos: “Já dizia o amigo Marx né? Fazemos a história, mas não sob forma aleatórias, somos seres determinados, seres do nosso tempo.”; “Mas sem desespero, o novo vem do velho! É isso aí, e vamos lá!”; “Mas é isso, viva o comandante!”; e respondendo ao complemento de frases comentou: “Nesse eu sou eu lembrei daquela frase do Fidel: ‘A história me absolverá!’.”. E ainda o nome escolhido por ela para representá-la na pesquisa é uma homenagem a Clara Josephine Zetkin uma figura histórica do feminismo, professora, jornalista e política marxista alemã.

Com todo esse personalismo não consegue estabelecer uma crítica ao socialismo Cubano, e aos conceitos marxistas, mesmo críticas que representem avanços necessários. Por exemplo, a participante explicou o que aconteceu em Cuba e justificou as situações que ainda geram desigualdade culpando outros países, mas não faz uma análise crítica da sociedade cubana e de Fidel Castro. Sendo assim diz: “(...) mas é isso, com o bloqueio econômico, por causa dos Estados Unidos, com toda a questão mundial socialista do trabalho, quando Cuba, quando eles conseguiram tirar o Fungencio Batista e o Fidel, e o Chê e o Raul e o resto da galera da guerrilheira conseguiu tomar o estado burguês e transformar ele num estado socialista eles produziam açúcar, eles davam esse açúcar para a Rússia e a Rússia entregava várias outras coisas que eles não tinham. Por que eles não tinham indústria de bases, não tinham. Eles eram um país agrário, sei lá, assim como qualquer país agrário! (...) E isso é, significou que eles tem que socializar muitas vezes a pobreza mesmo e eles socializam a

---

<sup>5</sup> A participante faz referência a reivindicação dos estudantes nos anos de 2013 e 2014 contra a incorporação do Hospital de Clínicas (HC) da UFPR à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalar (EBSEH) através de contrato de co-gestão assinado pelo reitor da UFPR, Zaki Akel Sobrinho, no dia 30 de outubro de 2014. Os estudantes de diversos cursos da UFPR uniram-se e ocuparam o HC marcando sua posição contra este contrato.

pobreza! Só que eles socializam a pobreza! Eles são um país socialista sim! Só que eles socializam a pobreza!”.

Esta dificuldade em estabelecer uma crítica e a citação literal tão frequente a um grupo de autores de mesma ideologia corrobora a hipótese que nela está enfraquecida a dimensão da autoria em suas falas e produções reproduzindo apenas um discurso ideológico já formatado. E talvez isso influencie na sua escuta também que demonstra ser uma escuta filtrada, sem abertura real para também ouvir críticas a esse projeto de sociedade e para perceber as contradições que cai, como por exemplo a do personalismo: não acha certo que o CAP tenha uma gestão personalista, critica o PT pelo personalismo em Lula, mas não percebe quando ela mesmo recai nos personalismos em relação a Fidel e Marx.

5) “Um projeto de sociedade que vai alterar de fato as coisas”: Clara demonstrou que é muito importante para ela ter um projeto de sociedade para dar força a participação política. Sendo assim diz: “(...) o voluntariado não responde para além do individual, um projeto de sociedade que vai alterar de fato as coisas! E eu comecei a sentir muitos limites nisso! Várias coisas, a história é muito longa! Ai, enfim, foi meio que avançando, outras formas bem individualistas também de fazer meditação, não que, sem prejuízo, mas a ideologia por traz não é revolucionária.”. Assim percebe-se que esse projeto de sociedade parece ser um grande objetivo que desperta diferentes emoções sendo um dos grandes mobilizadores da sua participação política, mas age pensando em um ponto de chegada muito fixo e não consegue estabelecer uma crítica a ele, isso a deixa pouco flexível ao novo.

6) “Aprender a teoria revolucionária”: A Universidade demonstra ter um papel muito importante para a construção de sua participação política. Ela diz: “(...) o quanto você consegue através dos conceitos perceber várias coisas que acontecem. Por que antes você estava na prática política, você estava lá, mas era, vamos supor, espontâneo! Limitado! E daí quando você volta para teoria você consegue entender as dificuldades, contradições e formas de superar! E você volta para a prática e melhora um pouco e ai você volta para teoria. E não é nem isso de ir e voltar, isso parece meio mecânico, mas vocês estão entendendo né: movimento!”. Todavia percebe-se que os conhecimentos mais citados não dizem respeito a psicologia em si, mas são as filosofias de base marxista. Segundo ela: “Eu acho que os últimos 25 livros que eu li eram comunistas! Mentira, eu li uns que eram da psicologia. (Pagu: Da parte comunista...) Clara: É, da Psicologia Social, que é bem perto.”.

Toda a fala dela se pauta nessas leituras afastando-se bastante da Psicologia, tanto que identifica a Universidade como lugar de formar militantes: “Eu acho que a sócio tem um papel muito importante para quem está se formando enquanto militante que querendo ou não

a universidade serve como um local de formação de militantes, além de profissional né?”. Nesse mesmo sentido também ela busca explicar todas as questões através do marxismo, por exemplo, ao produzir o cartaz explicou por que era dia do trabalhador e não do trabalho, por que não acreditam na votação online e na democracia representativa, mas não explanou muito sobre a luta que fizeram no primeiro semestre contra a lógica manicomial, tema que seria mais específico da psicologia. Também levou todos os temas para explicações políticas mais ligadas a estrutura econômica da sociedade e não para vivências enquanto centro acadêmico como Helena constantemente fazia. Isto demonstra que ainda que como para as demais participantes a UFPR e os conhecimentos apropriados a partir dela sejam importantes para a construção do sentido subjetivo de participação política isso é feito por Clara de forma mais desvinculada com a Psicologia e menos direcionada a atuação profissional como psicóloga. Diferente das outras participantes que estão mais ligadas aos autores da psicologia e pensam em aplicar na futura atuação como psicólogas. “A UFPR me ofereceu o contato com a luta de classes organizada. São os trabalhadores que custeiam minha formação. Meu tempo aqui dentro eu dedico a eles.” e “O conhecimento científico transmitido na graduação: 1) é um direito da classe trabalhadora; 2) tem que ser apropriado no sentido de partir criticamente dele e aproveitado, pois na universidade temos o estudo como atividade contínua o que facilita aprender a teoria revolucionária.”.

7) “O que a gente chama de união das lutas, quando as coisas começam a sair do mais particular...”: A participação política gera tantas emoções relacionadas a luta e ao desejo de um novo projeto de sociedade que a incentiva a apropriar-se cada vez mais das teorias revolucionárias desenvolvendo conhecimentos teóricos que possibilitam fazer análises complexas dos determinantes históricos da sociedade, das lutas em que se engaja e dos mais variados temas que entravam em questão. Por exemplo, quando explica as greves gerais: “(...) o que a gente chama de união das lutas, quando as coisas começam a sair do mais particular, sei lá, lutando pela reforma curricular, que a gente também tem que fazer, ou por sei lá, um bebedouro, e a gente começa a unir todos os centros acadêmicos e lutar por contra a resolução 96/15<sup>6</sup> ou apoiando os secundarista: generalização das lutas.”. Ou quando critica o movimento estudantil: “É por que eu acho que assim: a UNE, a UMES, a UBES, essas instituições elas tem, enfim, elas são extremamente burocratizadas, elas são cooptadas mesmo, tem gente que

---

<sup>6</sup> Resolução que estabelece as normas para cancelamento de registro acadêmico na UFPR, resultante de abandono de curso, reprovação por frequência, desempenho acadêmico insuficiente e ultrapassagem do prazo máximo para integralização curricular. Estudantes se posicionaram contra as normas estabelecidas uma vez que muitos alunos que não conseguem cumprir os prazos e atingir o desempenho desejado são pessoas de baixa renda que precisam conciliar estudo e trabalho.

faz análises que elas se corrompem ao longo do processo, mas acho que não! Desde o começo ela tem um caráter, que é isso: defende a democracia! Mas o que é a democracia? Democracia é a ditadura da burguesia nessa sociedade. Então tipo, sim, algumas pessoas de esquerda fizeram sim parte do movimento estudantil, da luta de classe do Brasil, mas acho que não da para resumir a luta de classe no Brasil, o movimento secundarista na época da ditadura, o movimento das pessoas na universidade a UNE, a UMES, a UBES! Inclusive é bem ruim essa visão que algumas pessoas mais ligada, mais a, tipo, a partir dos reformistas mesmo tem!”

O conhecimento parece representar para ela um poder de argumentar, de defender um projeto de sociedade, de fortalecer sua participação política. Parece estar ligado ao empoderamento, instrumentalizando os atos da vida militante ao permitir debater sobre as mais diferentes questões e em certa medida gera nela atitudes de independência, autonomia e audácia na busca por um caminho próprio, um projeto novo.

8) “Mas o que nunca é alterar o conteúdo, é mexer na forma!”: um dos sentidos subjetivos que constituem a configuração subjetiva da participação política para Clara também tem como importante elemento o fato que ela reconhece que a militância ajudou-a a desenvolver mais autocontrole. Ela relata que: “Se antigamente eu ficava muito de cara com alguma coisa e saía de casa, de forma espontânea, hoje eu consigo sentar e conversar com os meus pais, não é fácil por que requer, é uma relação. Requer que eles aceitem também e isso foi construído, eles tem que aceitar também. Mas hoje isso já tá muito mais tranquilo (...) eu sinto que eu sou muito mais preparada para conseguir mediar.” e contando sobre uma situação em que discordou do tio disse: “(...) Mas olha a maturidade que o movimento impôs para mim, de mediar de outra forma! A construção subjetiva que eu tive que né, que antigamente era muito espontânea, muito desenfreada e intensa e que hoje consegue ir um pouco melhor, que tem que melhorar mais, mas... Por que você tá entendendo aquilo, que a ideologia media que aquela pessoa tá no senso comum que tem que desconstruir isso e que me exaltar é uma tática que só faz levantar armaduras. Se você dá uma acalmada na questão e através do diálogo você consegue aprofundar ainda mais do que chegar logo de cara e bater de frente. Mas o que nunca é alterar o conteúdo, é mexer na forma! Por que o conteúdo não tem!”.

Assim, as atividades da vida militante e todas as demandas de uma participação política ativa, da forma que ela escolheu fazer, representaram mediações para que ela aprendesse a lidar com seus sentimentos de forma menos espontânea e automática do que fazia antes de participar dos movimentos sociais. E isso contribui para o sentido subjetivo de participação política que constrói, com mais autocontrole para não se exaltar, porém ainda fixo em uma ideia rígida que os demais precisam escutar e para isso que ela se acalma.

9) “Não queremos paz, guerra contra eles”: Como já analisado anteriormente a participação política parece ser uma tendência orientadora da personalidade, pois ocupa todos os espaços da sua vida, como uma missão, promove desenvolvimento pessoal, novas mediações, autocontrole, mas também faz da vida um espaço de batalha fazendo com que muitas vezes pareça agressiva e não estabeleça uma crítica dentro das suas próprias ações. Assim, quanto às pessoas que se opõe a sua ideia, diz: “Não queremos paz! Só entre nós! Mas guerra contra eles!”. E ao escrever a carta para as pessoas que integraram e fizeram o documentário assistido durante um dos encontros do grupo comentou: “Não, não ta tão pesada! Eu to até falando camaradas, o correto seria inimigos mesmo!”. E ainda afirma no complemento de frases: “Desejo uma insurreição armada, a ditadura do proletariado, viver para ver o socialismo no Brasil.”.

Desta forma, demonstra não se abrir realmente para perceber o que pode ser construtivo no discurso do outro que não está na militância ou na sua linha ideológica e não parece realizar um trabalho de elaboração daquilo que é dito pelos outros, tanto os que ela admira, como os que não admira, para se tornar autora das suas falas. E acaba caindo em uma postura ideológica rígida e pouco reflexiva. Assim um dos sentidos subjetivos que constituem a configuração subjetiva de participação política está ligado a elementos de um processo ativo, de engajamento constante em diferentes atividades, mas também de uma postura radical e agressiva.

10) “Estou no caminho certo”: Demonstra que as emoções e o simbolismo do seu papel de militante é sentido de maneira positiva e repercute diretamente na imagem que tem de si mesma. Sendo assim, no complemento de frases escreve: “Participação política é a diferença entre ser autor ou espectador da própria vida.”; “Sinto que tenho muito o que aprender, mas estou no caminho certo.”; e “Penso que vale a pena viver quando se é comunista.”. Estas expressões demonstram, assim como seu jeito de falar, seu tom de voz, sua postura física e suas atitudes, que ela se vê de maneira confiante com base na relevância que atribui de ter certos ideais e por ter um papel ativo ao defender o que acredita. Parece confiar nas apropriações teóricas que faz e na capacidade de articular e argumentar com base nessas teorias, sendo que essa postura é transmitida aos demais e elogiada e estes elementos estão presentes na configuração subjetiva da sua participação política.

## 7.2 AS NOVAS ZONAS DE INTELIGIBILIDADE

Apesar do caráter único e singular da configuração subjetiva da participação política para as participantes, há elementos comuns que mostram similaridades entre elas e que estão presentes em todas, ainda que expressos de formas diferentes. Há também elementos contraditórios que apontam para reflexões importantes e formas singulares de constituição em um mesmo espaço social. Pode-se perceber que são essas regularidades e oposições de configurações subjetivas da participação política que permitem responder aos objetivos específicos dessa investigação e desenvolver novas zonas de inteligibilidade sobre o tema. Sendo assim cada uma dessas questões serão discutidas a seguir:

1) A participação política é vivida pelas participantes como um processo que promove transformação pessoal, desenvolvimento de funções psicológicas superiores, favorecendo saltos qualitativos nas reflexões e na forma de lidar com a realidade. Todas as participantes atribuíram esses ganhos a mediação do grupo. Essa fundamentação é encontrada na Psicologia Histórico Cultural em Vigotski (2007) que explica sobre a capacidade humana para a linguagem. Esta propicia a identificação e utilização de instrumentos auxiliares – os signos – para além daqueles materiais utilizados para o trabalho, os quais levam a solucionar tarefas cada vez mais complexas, superar a impulsividade, planejar antes de executar atividades e controlar o próprio comportamento o que seriam as funções psicológicas superiores. Para este autor a fala tem um papel essencial na organização destas funções. No início do desenvolvimento a inteligência prática é independente da fala, mas ao longo desse processo se integram e nessa convergência acontece um momento de grande significado no desenvolvimento intelectual dando origem a forma humana de inteligência prática e abstrata.

González (2003) explica que na Teoria da Subjetividade, esse conceito de mediação não é condizente com os pressupostos epistemológicos em que não há uma separação entre o interno e o externo, entre sujeito e objeto. A mediação mantém a dicotomia indivíduo e sociedade e coloca o indivíduo como momento de processos de significação que estão socialmente constituídos não havendo lugar para a capacidade geradora dos sujeitos frente a ação. A grande crítica do autor é que: “Todos os vínculos entre o indivíduo e a sociedade se expressam em processos semióticos de mediação, o que conduz a uma reificação da semiótica e reduz o indivíduo à condição de agente de processos semióticos socialmente constituídos (...)” (GONZÁLEZ REY, 2003, p.182) Indo em direção oposta a Teoria da Subjetividade entende que todo aprendizado e desenvolvimento é uma produção subjetiva do sujeito nos espaços de relação. Assim, o sujeito na relação com o outro gera subjetivação e o objeto é

construído para o sujeito não em sua materialidade, mas no seu significado e sentido subjetivo. Para este arcabouço teórico-metodológico os relacionamentos e o diálogo são uma das principais fontes de desenvolvimento humano, pois tiram o sujeito da sua zona de conforto, geram emoção e envolvimento. (GONZÁLEZ REY, 2003; INFORMAÇÃO VERBAL, GONZÁLEZ REY, 2017) Portanto, a construção interpretativa neste trabalho sobre o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais destacadas pelas participantes é que este foi propiciado pelo espaço de diálogo emocional e reflexivo propiciado pelo CAP e pelo compromisso entre os sujeitos neste contexto. Os diálogos no movimento estudantil formam espaços de subjetivação em que as participantes foram sujeitos implicados configurando relações dialógicas que produziram desenvolvimento. Parece que o desenvolvimento cognitivo e o controle do próprio comportamento (menos impulsividade, mais planejamento, etc.) que elas identificam como sendo aprimorado com a participação política aqui especificamente interpreta-se que ocorreu através da relação dialógica no grupo que forma um espaço onde desenvolve-se sentimentos de segurança e pertencimento e configura-se como um lugar diferenciado na sociedade onde há solidariedade entre os participante e reconhecimento. Assim, na configuração subjetiva da participação política para todas as participantes, nota-se que não se trata de uma luta somente para modificar situações externas, mas também a si mesmas, pois se incluem como um todo na participação, estão envolvidas emocionalmente, tirando proveito para a vida pessoal e profissional. Vivem a participação política como um processo de criação da sociedade e de si mesmas que possibilita sair do que a realidade oferece através de uma postura ativa.

Essa construção interpretativa condiz com os achados de Mortada (2005) e Palma e Jaeger (2013) citados no início do trabalho, os quais pesquisaram as repercussões da participação no movimento estudantil para a atuação profissional entrevistando psicólogos já formados. Os autores afirmam que estes psicólogos identificam como ganhos profissionais oriundos da participação no movimento estudantil na época da graduação a mobilização crítica, a capacidade de desenvolver uma prática transformadora e a possibilidade de pensar o coletivo em oposição a um olhar individualizante.

Além dessa explicação, é possível perceber que todo esse desenvolvimento percebido e vivido pelas participantes faz parte de uma série de aprendizagens elencados por Gohn (2011) que decorrem da participação em um movimento social. Segundo a autora são elas: prática (como se organizar, participar, etc); teórica (conceitos-chaves que mobilizam as forças sociais); técnico-instrumental (funcionamento do aparelho governamental, leis, burocracias, etc); política (direitos, poderes, hierarquias, etc.); cultural (identidade grupal, diversidade,



adversidades enfrentadas, etc); linguística (linguagem comum que possibilita entender o mundo e seus problemas, assim como desenvolver interesses em comum criando uma gramática própria); econômica (custos, produção, etc.); simbólica (representações sobre os indivíduos e o grupo, sobre as demandas e outras que criam ao longo do movimento); social (como falar e ouvir em público, hábitos do grupo, comportamentos dentro e fora do grupo); cognitiva (conteúdos, temas, problemas novos que aprendem participando de eventos, observando e se apropriando de informações); reflexiva (sobre suas práticas); e ética (pensar no outro, no bem comum, compartilhar, etc.). Todo o desenvolvimento afirmado pelas participantes condiz com essas esferas apontadas pela autora.

Todas essas aprendizagens, ganhos, desenvolvimentos podem ser observadas e são relatadas pelas participantes resultando em transformações pessoais, sociais, profissionais e novas formas de lidar com a realidade. Percebe-se que isso gera prazer e valorização emocional em cada um delas. A militância demonstra favorecer a confiança em si mesmas e nas suas qualidades e fortalece-as para a luta além da participação em um movimento estudantil, mas atingindo a sociedade como um todo. Portanto, todos esses ganhos parecem integrar emoções e diferentes origens sendo motivações muito fortes, ou seja, configurações subjetivas que produzem sentidos subjetivos para a participação política a qual demonstra ser uma tendência orientadora da personalidade nas participantes. Ou seja, a participação política constitui um núcleo de sentido mais estável na configuração subjetiva que atravessa diferentes atividades e espaços sociais das participantes.

2) Para as participantes a participação política configura-se como escolha e não obrigação, não tem status de atividade formal, mas de autoria da vida. Isso vai ao encontro da ideia de sujeito para González Rey (2003). Para este autor sujeito é participação, pois ele existe na prática social. É aquele que se compromete com esta prática e com base nela organiza sua expressão pessoal construindo formas de se desenvolver e colaborar para o desenvolvimento dos espaços em que está inserido. Este sujeito é diferente do indivíduo, pois é ativo, constrói sistemas de informações e estratégias para integrar as diferentes zonas de sua prática social e encontrar formas de interação e subjetivação cada vez mais complexas. Ou seja, para este autor, é o sujeito, e não o indivíduo, aquele que tem recursos subjetivos que possibilitam que ele se mobilize, participe, construa alternativas e não se limite a compreender as situações concretas nas quais se encontra, ainda que essas novas alternativas possam confrontar sua identidade e fazê-lo romper com sistemas de sentidos importantes em sua identidade pessoal e social.

Assim, todos esses elementos que caracterizam o sujeito ficam claros nas participantes Helena, Pagu e Olga. Elas comprometem-se com os espaços que estão inseridas, desenvolvem-se nesses espaços e a partir de suas transformações colaboram para criar novas alternativas para as situações concretas. Estas alternativas antes de serem colocadas em prática parecem ser verdadeiros caminhos de sentido para elas mesmas o que possibilita que dediquem tanto tempo e esforço nessa luta, que enfrentem preconceitos presentes na subjetividade social e que rompam com sentidos subjetivos presentes na subjetividade familiar. Sendo assim, pode-se dizer que para elas, a participação política não é vista como um ato instrumental individual, assim como na democracia representativa, mas como um processo subjetivo essencialmente interativo, pois é baseada no comprometimento social o que esta relacionado com a construção coletiva.

Nesta mesma reflexão sobre a importância da constituição das participantes enquanto sujeitos para sua participação política, também se pode discutir a relevância da consciência crítica nesse processo. Como anteriormente explicitado, Dallari (1994), Konder (2004) e Martín-Baró (1998, apud Freitas, 1996), apontam que uma participação política ativa precisa de uma consciência crítica, que leve a um nível de compreensão diferenciado de si mesmo como ser singular, histórico e social e do poder social, pois somente esta consciência possibilita uma ação transformadora da sociedade não ficando indiferente e nem desanimando frente a obstáculos. Porém, é importante ponderar o que González Rey (2003) define como consciência. Para o autor a consciência seria um momento de organização do sujeito no sistema complexo que é a subjetividade. Logo, o sujeito consciente é aquele que é ativo, que gera sentidos sobre os momentos de sua história integrando os efeitos da ação consciente ao sistema subjetivo. Trata-se, desta forma, de participar intencionalmente da vida e para isso precisa organizar sua própria linguagem, reflexão, elaborar projetos e construir suas filosofias, crenças e representações.

Portanto, neste trabalho adota-se uma definição de consciência que esta relacionada a ser ativo no que diz respeito a singularidade da reflexão e da produção de sentidos subjetivos, ou seja, ser sujeito e desenvolver uma consciência crítica não é somente ser marxista, buscar uma sociedade socialista ou comunista ou agir a partir da teoria marxista, assim como não é preciso estar em um movimento social para fazer isso. Há outros espaços de reflexão, de construção, de discussões, há outros projetos de vida e de sociedade que podem contribuir para o desenvolvimento de sujeitos ativos e consciências críticas. Sendo assim, o que se afirma aqui é que as participantes escolheram esta forma de participação política, de constituição enquanto sujeitos e de desenvolvimento da consciência crítica, mas esta não é a

única opção e nem deve ser qualificada como prior ou melhor, somente foi a opção eleita pelas participantes a partir de suas configurações históricas e atuais.

Aqui ainda cabe refletir sobre esses mesmos processos em Clara especificamente, que apresentou mais diferenças entre as outras participantes. Questiona-se nesse momento como uma postura ideológica tão radical pode ser entendida dentro desse conceito de sujeito, do desenvolvimento da consciência crítica e de alienação, já que a marca do sujeito é a sua produção subjetiva, a construção de sua singularidade e de novos espaços de subjetivação, da consciência crítica à reflexão, a elaboração de seus próprios projetos, pensamentos, representações e da alienação à repressão a individualidade. Citando exemplos de pessoas que se entregaram completamente ao processo social vivido em Cuba na época do início do socialismo, González Rey e Martínez (2017) explicam que buscando unidade e fidelidade a esse processo “o pensamento e as opções dos indivíduos foram se estreitando cada vez mais dentro das instituições, aparecendo de forma crescente, mais como executores do que como protagonistas da vida social.” (GONZÁLEZ REY; MARTÍNEZ, 2017, p. 68) Essa característica de ser executora de um processo fica destacada em Clara pela forma como ela lida com o projeto de sociedade que defende, ao reproduzir discursos já elaborados sem singulariza-los e ao buscar um ponto de chegada fixo, sem críticas e reflexões sobre ele.

Como explica Lane (1997a) a ideologia é um produto histórico cristalizado nas instituições que veicula uma concepção de homem necessária para manter certas relações sociais essenciais para as relações de produção. González Rey e Martínez (2017) ainda avançam nessa explicação afirmando que é uma produção subjetiva e parte dos processos de subjetivação social. As ideologias apoiam-se em um sistema de crenças com forte valor subjetivo para o sujeito e se originam na ação coletiva. Sabe-se que algumas disciplinas da Psicologia, no curso de graduação da UFPR, veiculam uma concepção de homem caracterizada como ideologia revolucionária, mas que muitas vezes é apropriada pelos alunos de forma tão rígida e radical que acaba servindo aos mesmos fins que a ideologia que criticam, ou seja, contribuem para alienação. São valores, explicações, conceitos e regras que acabam servindo para esconder contradições internas que negam a sociedade que buscam construir e reprimem as individualidades que a questionam. Desta forma, a participante Clara afirma como sendo uma conquista a socialização da pobreza em Cuba e em função de mediações ideológicas não consegue ter consciência crítica e construir sentido subjetivos próprios que rompam com a subjetividade social de seu contexto, que produza novos caminhos e alternativas e permita compreender as contradições internas desse regime, mas ao contrário coloca sempre a culpa fora do sistema. Nessa mesma direção, reproduz discursos e

explicações, se contradiz em suas falas sobre a crítica ao personalismo, sendo possível reconhecer em Clara um processo de alienação tão forte quanto daqueles que nunca se questionaram sobre as contradições do sistema capitalista e uma construção ideológica tal qual descrita por González Rey e Martínez (2017):

“(...) O problema é que, no início, nesses projetos, os indivíduos participam, em grande medida, pelos seus valores, pelas suas decisões individuais, mas a medida que esses projetos se institucionalizam vão exigindo o que se vê na citação anterior de Ricoeur: que o pensamento perca rigor para aumentar sua eficácia, a qual sempre é avaliada pelo o que os representantes da ideologia, frequentemente figuras mitificadas, demandam.” (GONZÁLEZ REY; MARTÍNEZ, 2017)

Ainda que as demais também veiculem esse mesmo discurso comunista e marxista, que passem por processos de alienação também – assim como todo ser humano em alguma medida esta sujeito em função da subjetividade social – elas conseguem ser mais flexíveis em seus pensamentos e ações, gerar novos sentidos subjetivos, realizar críticas e construir diálogos mesmo com relação àqueles que não veiculam o mesmo discurso que elas, o que pode indicar um processo de alienação menos rígido, mais consciência e maior produção de sentidos subjetivos criativos, capacidade subversiva e ruptura, estando elas mais próximas do que González Rey e Martínez (2017) definem como sujeito, aquele que é capaz de criar novos espaços de subjetivação dentro de contextos normativos e institucionais nos quais realizam suas práticas. Isto por que González Rey (2005) explica que ao dominar diferentes espaços sociais o sujeito expressa sua capacidade de crescimento, todavia isto entra em contradição com as formas rígidas e autoritárias que buscam prescrever tudo o que o indivíduo deve fazer reduzindo a capacidade geradora e a expressão criativa. Para este autor, as tendências autoritárias e domesticadoras das instituições sociais deixam ausentes a categoria sujeito por não tolerar manifestações personalizadas. Tal fato acontece, pois segundo González Rey e Martínez (2017) as criações ameaçam o *status quo* dessas instituições, colocam em risco elementos da subjetividade social constituída, logo a novidade representa uma capacidade de ruptura no nível individual e social que não é tolerada.

3) O grupo possibilitou perceber o quanto elementos da subjetividade social, como os escritores marxistas, os valores de um projeto de sociedade socialista ou comunista, os valores e crenças familiares – sejam eles relacionados a participação política dos próprios pais ou aos estereótipos que as famílias formaram sobre os militantes – as normas da linguagem utilizada nos movimentos sociais, a imagem idealizada do militante, os conhecimentos da Psicologia Sócio-Histórica, estão presentes na construção do sentido subjetivo da participação política para todas as participantes, mas ganham contornos diferenciados nas subjetividades

individuais. Assim, percebe-se que estes sentidos subjetivos foram construídos a partir de configurações subjetivas desenvolvidas ao longo da vida e que entram em relações únicas na atividade militante de cada uma das participantes contribuindo para que haja militância mais radical por parte de algumas e maior flexibilidade por parte de outras. Portanto, os sentidos subjetivos da participação política são configurados nos diferentes elementos da história de vida delas em relação com a objetividade formando diferentes necessidades e interesses na participação para cada uma. Ainda que todas lutem juntas no centro acadêmico e nas ações dos coletivos e busquem um objetivo em comum, cada uma está traçando um caminho para isso: Helena mais ligada aos autores da Psicologia Sócio Histórica, Pagu através da arte, Olga por meio da pesquisa e Clara na militância radical.

Estas construções-interpretativas sobre a maneira singular de cada uma construir sua participação política vão ao encontro dos achados de Mesquita (2008) e Mortada (2009) que afirmam que os movimentos estudantis atuais não estão mais presos as reivindicações clássicas ligadas à política e à educação. Eles desenvolveram novas formas de agir e novas demandas ligadas ao campo da cultura e da identidade, sendo possível encontrar formas de participação política com caráter menos revolucionário e em grupos mais heterogêneos e fragmentados quando comparados a outras épocas. Os projetos a que se dedicam demonstram estar mais ligados ao cotidiano, a causas de caráter local e imediatas, como os movimentos negros, de gênero e ecológico, o que realmente pode ser percebido na vida das participantes.

4) Ainda sobre os elementos da subjetividade social, estes, ainda que entrem em relações diferentes na subjetividade individual das participantes, são tão fortes para suas construções de sentido subjetivo e estruturação das configurações subjetivas que muitas vezes as participantes pareciam estar buscando “catequisar” a pesquisadora através desses elementos. Este fato vai ao encontro do que González Rey (2002) explica sobre os discursos. Eles permitem acesso aos processos de significação os quais carregam conotações ideológicas e fazem parte dos sentidos subjetivos da subjetividade social. Assim, eles remetem a um momento da realidade social implícita nas subjetivações que acontecem na realidade social concreta a partir da subjetividade social. Molon (2008) ainda complementa afirmando que as relações que se estabelecem entre pesquisador e pesquisado já revelam a complexidade dessas relações sociais.

Sendo assim, o que a pesquisadora sentiu e percebeu é o que foi muitas vezes relatado em momento informais com alunos que não participam do movimento estudantil. A forma como os elementos da subjetividade social são subjetivados pelas participantes é tão imperativa que transborda para a forma como agem, falam, argumentam em sala de aula e se

constituem enquanto grupo no CAP. Isto resulta no afastamento de muitos alunos que não buscam participar do centro acadêmico por não encontrar espaço para elementos da subjetividade social diferentes dos subjetivados pelas participantes e provavelmente demais integrantes do CAP.

Essa concepção vai ao contrário do que Arendt (1998) propõe como sentido da política como sendo a liberdade. Essa catequese que as participantes buscam fazer parece não deixar espaço para a liberdade para pensar diferente, já que logo há a tentativa de mudar a forma de pensar do outro. Arendt (1998) explica que sempre que os homens se agrupam em espaços fechados, estes espaços os reúne e os separa dos demais em função de diferentes costumes, convenções, leis, constituições, estatutos e etc. E em cada um desses espaços há preconceitos, como as visões de mundo e ideologias, que tem o objetivo de proteger o homem de se expor abertamente a toda realidade e a partir de então ter que pensar sobre ela. Mas todo preconceito guarda uma parcialidade que deixa clara a impossibilidade de usá-lo universalmente e coloca não apenas os critérios utilizados para construir o preconceito a prova, como também a própria coisa prejudicada. Sendo assim, para a autora, os preconceitos baseiam-se em um passado em que um juízo formado em outra época era válido e originado em uma causa de fato, mas que se tornou preconceito por ser arrastado ao longo do tempo sem contexto. O perigo do preconceito nesse sentido é que ele se antecipa a novos juízos e limita a experiência presente com juízo. Nesse caso, a razão de ser de preconceitos fica limitada a épocas históricas e acabam constituindo a História de modo que o novo seja raro e o velho predomine na estrutura política e social.

Por isso, considera-se importante que o CAP, na figura das participantes da pesquisa, se abra a pensar seus preconceitos, entender suas determinações históricas e o novo contexto que estão inseridos para refletir o que ainda faz sentido para a realidade presente e o que já não cabe mais ser defendido e precisa ser reformulado. Mas isso somente poderia ser feito através dos espaços de diálogo, pois como Arendt (1998) afirma a fala na política não se trata de palavras de mando ou de obediência, mas na capacidade de ver as coisas de diferentes lados abrangendo as diversas posições possíveis no mundo real para assim conseguir-se uma verdadeira liberdade no movimento. Não se trata de fixar um ponto de vista, mas de ver a mesma coisa a partir de diferentes pontos de vista, uma vez que algo somente existe no mundo histórico-político e até mesmo físico quando é percebido de todos os lados, ou seja, a partir da pluralidade. Para a autora esta é a chamada compreensão do homem político (o que não se refere aos estadistas, mas aos homens que são livres e no interespaço que constroem a

política) que visa ter a maior visão geral das posições existentes. Porém, esta abertura para a pluralidade e o novo parece não ser um objetivo e um interesse para as participantes.

5) Foi possível perceber o desenvolvimento da subjetividade grupal durante a pesquisa, pois de fato produziram informações que não teriam produzidos apenas em entrevistas individuais como explica González Rey (2002). Este processo teve duas vertentes principais a serem interpretadas: de um lado, pode-se perceber que a fala de uma fornecia elementos que estimulavam a fala das outras, cada argumentação, explicação, questionamento de uma das participantes despertava emoções e servia de ponto de partida para uma nova reflexão nas outras tornando o processo de produção da informação cada vez mais elaborado e rico em muitos momentos. Isso é um elemento essencial nas configurações subjetivas da participação política para elas, pois por diversas vezes deixaram claro que pensar coletivamente é o que possibilita a participação política, já que os relacionamentos e a classe social parecem ser partes imprescindíveis para definir e subjetivar esta atuação.

Porém, por outro lado, a rigidez de Clara quanto aos termos marxistas e quanto a interpretações constantemente reproduzidas de forma rígida fazia as demais corrigem as próprias falas e termos tentando adequar aos de Clara. Helena, Pagu e Olga a elogiavam como modelo a ser seguido e modo de expressão a ser alcançado e demonstraram isso durante as constantes correções que faziam nas suas próprias falas. Percebe-se que isso também não teria acontecido se as entrevistas fossem individuais e perder-se-ia esse importante elemento da constituição subjetiva das participantes e da subjetividade social desse contexto. Dessa forma, interpreta-se como uma subjetividade grupal impositiva assim como a subjetividade social na qual estão inseridas.

6) A participação política tornou-se uma configuração permanente de sentidos e significados para as participantes. González Rey (2004) afirma que as configurações subjetivas possibilitam compreender o modo de organização dos processos de produção de sentidos em cada sujeito. Assim, percebe-se que no caso das participantes desse estudo os sentidos subjetivos da participação política parecem ser construídos principalmente com base nas configurações que envolvem emoções sentidas nos momentos de luta e no contato com desigualdades e injustiças ao longo de suas vidas, pelas emoções despertadas nas amizades construídas no contexto do movimento estudantil, pelas emoções frente aos exemplos e contraexemplos familiares e sociais e na relação com os processos simbólicos ligados às imagens do que é ser militante, ao projeto de sociedade que defendem e das teorias que se apropriam. Para González Rey (2003) emoções de diferentes origens presentes no espaço social atual do sujeito repercutem na organização das diferentes práticas sociais e

profissionais. Elas formam um sistema de registro que atua na organização da ação definindo a disponibilidade de recursos subjetivos para o sujeito atuar influenciando na qualidade da realização da atividade. Sendo assim, no caso das participantes percebe-se que a força e a intensidade da participação política esta ligada a esses recursos subjetivos relacionados a estas diferentes emoções.

González Rey (2004) ainda afirma que estas configurações subjetivas também dão acesso a construção singular de motivos, a qual tem formas específicas em cada sujeito. Os motivos são para González Rey (2003) sistemas de necessidades relativamente estáveis na personalidade como estados afetivos resultantes da articulação de emoções de diferentes origens no curso de uma atividade do sujeito e que se ligam a produção de sentidos subjetivos. Sendo assim, percebe-se nas participantes que a partir destas configurações relacionadas à participação política subjetivam as mais diferentes práticas do cotidiano, pois elas demonstram fazer a leitura de todas as situações de suas vidas e da sociedade em geral com base nesses motivos de mudança social, transformações no sistema econômico e político, fim das desigualdades e da exploração e novas formas de produção da vida. Esses motivos demonstram ser vitais para que elas se impliquem realmente na militância e a emocionalidade e o simbolismo gerado junto às atividades militantes fomenta essa motivação. Tal compreensão vai ao encontro do que explica Vigotski (2008). Para o autor, o pensamento é gerado pela motivação, ou seja, pelos desejos, necessidades, interesses e emoções, assim, por trás dos pensamentos há tendências afetivo-volitivas, logo para compreender o pensamento de alguém é preciso compreender essa base de motivos.

7) Há evidências da necessidade de apropriação de certos conhecimentos para uma ativa participação política. Sendo assim, os conhecimentos teóricos transmitidos na universidade demonstraram ter papel essencial na postura confiante e determinada das participantes. Para elas, apropriar-se de certas teorias, conseguir fazer análises mais complexas e críticas sobre a realidade possibilita uma ação mais efetiva e mais segurança pessoal. Por isso, pode-se dizer que as disciplinas da graduação em Psicologia, principalmente da Psicologia Sócio-Histórica, foram muito importantes para o engajamento político. E também a isto pode estar relacionado o fato, a que as participantes se referiram por diversas vezes, do CAP ser “ponta de lança”, ou seja, ter uma ação militante diferenciada e protagonista no movimento estudantil da UFPR. Parece que disciplinas que compõem a graduação em Psicologia na UFPR as instrumentalizam com conhecimentos sobre os processos sociais que os demais alunos de outros cursos não obtêm pela graduação, mas seria necessário uma busca extra. Nesse sentido vai-se ao encontro do que Vigotski (1999) propõe



que a educação formal e informal, como processo de domínio artificial dos processos naturais de desenvolvimento, possibilita reestruturar as funções do comportamento em toda sua amplitude. Logo, elas são responsáveis pela formação humana através da apropriação da cultura para um modelo de adultidade.

Porém Vigotski (1999) adverte que esse desenvolvimento humano não é linear e mecânico, mas depende das condições materiais da época, o que implica que as operações psicológicas desenvolvidas sejam datadas e históricas e os adultos formados semelhantes aos seus formadores. Com base nisso, pode-se entender que a apropriação dos conhecimentos científicos especificamente transmitidos na graduação em Psicologia da UFPR com os professores específicos dessa instituição e com a configuração particular deste curso marca o desenvolvimento das funções psicológicas das participantes e as faz agir e pensar de forma muito semelhante a eles. Logo, a configuração subjetiva da participação política para as participantes parece se estruturar também com base na história local da graduação em Psicologia da UFPR trazendo elementos dessa subjetividade social. Sabe-se que a graduação em Psicologia da UFPR tem a matriz curricular baseada em apenas quatro abordagens teóricas (Psicanálise, Psicologia Comportamental, Fenomenologia e Psicologia Sócio-Histórica) e três campos da psicologia (Saúde, Trabalho e Educação). Este fato é muito importante de ser interpretado, pois como afirma González Rey (2002) todo problema de pesquisa deve ser estudado vinculado ao seu contexto, pois ele é afetado pelas condições em que o sujeito se encontra e pelo sentido dessas condições para ele. Percebe-se que nessa configuração da graduação de Psicologia da UFPR os estudantes tem uma formação muitas vezes fechada a outros conhecimentos da psicologia o que propicia que se formem como base em discursos fechados, como no caso das participantes que aderiram ao corpo teórico da Psicologia Sócio-Histórica e se fecharam a novos discursos, o que pode representar um problema para a sua formação profissional já que restringe a compreensão da pluralidade. Isto pode ser um problema pois como ensina Arendt (1998) a pluralidade é imprescindível para construção do espaço público já que para a autora ninguém consegue compreender por si mesmo de maneira adequada tudo que é objetivo plenamente, pois por si mesmo a coisa se mostrará de maneira parcial segundo a posição do sujeito no mundo.

8) A construção de um novo projeto de sociedade também motiva e gera um movimento constante de engajaram-se dedicando cada vez mais seu tempo. Sobre isso Gohn (2011) explica que o que caracteriza um movimento social é construção de uma identidade, a existência de um opositor e a articulação frente a um projeto de vida ou de sociedade. No caso estudado, a construção da identidade enquanto movimento estudantil de vinculação ideológica

marxista parece estar bastante estruturada e clara e disso decorrem os opositores – frente aos quais algumas se posicionam com mais e outras com menos agressividade – e o projeto de sociedade que todas defendem e lutam para construir. Assim, o envolvimento efetivo e a constante na luta parece precisar desse projeto de sociedade a ser alcançado por que representa esperança, algo diferente que é possível de ser construído.

Outro achado que aponta para a importância desse projeto de sociedade foi elencado por Sallas et al. (2008) ao realizar a pesquisa com 900 jovens na cidade de Curitiba a fim de entender as representações deles sobre a política em geral, o político e as instituições. Os pesquisadores levantaram a hipótese de que faltam espaços centralizadores ou de identidade pública que consigam transformar a indiferença à vida pública encontrada nos jovens pesquisados em posturas de ação coletiva. Este achado reforça ainda mais a hipótese que o simbolismo de um projeto de sociedade com o qual todas se identificam e depositam emoções intensas une e motiva a participação política das participantes que não são apáticas aos problemas sociais e políticos. Elas buscam este projeto de sociedade que muitas vezes parece distante, mas percebe-se que a partir de toda a teoria que já se apropriaram conseguem reconhecer que o processo de transformação social é lento e que toma qualidade diferente aos poucos, logo é a contemplação dos ganhos parciais, como suas transformações pessoais e as potencialidades que a luta traz, que as ajuda persistir nesse projeto.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse período do mestrado foi imprescindível reconhecer-me no lugar da construção. Construção do processo de pesquisa, construção da teoria para mim e a construção de mim mesma como pesquisadora. A cada nova leitura era necessário uma revisão da forma de produzir o conhecimento e todo redelineamento dessa forma implicava em novas necessidades teóricas e assim todo esse processo de construção ia se tornando mais complexo, mais repleto de sentido. “Processo de construção” palavras que se uniram nesse momento da minha vida jorrando movimento, que juntas expressam um constante caminhar, que exige esforço e dedicação constantes, que está sempre inacabado... Poucos autores descrevem tão bem essa característica humana como González Rey. Característica que ficou clara nos diferentes sujeitos da pesquisa e em mim mesma. Nesse meu “processo inacabado de construção” aconteceu um perceber emocionado da superação de certos apegos teóricos e a produção de novos sentidos subjetivos para mim, foi a estruturação de novas configurações subjetivas, foi o desenvolvimento de novas zonas de inteligibilidade que abriram um novo mundo no meu desenvolvimento humano que implicou na revisão de conceitos (e pré-conceitos) sobre o movimento estudantil e sobre as pessoas que o produzem e que podem contribuir para o avanço do conhecimento científico nesta temática.

Este trabalho é, portanto, apenas uma construção interpretativa possível nesse momento de tantos descobrimentos e nessa realidade momentânea e circunscrita do contexto social brasileiro e mundial configurando somente uma das diversas construções interpretativas cabíveis. Nesse momento pode-se compreender a importância da relação dialógica no grupo para o desenvolvimento cognitivo e emocional das participantes revelando o quanto os espaços emocionais são importantes para a educação e precisam ser problematizados e construídos na Psicologia Educacional. Pode-se esclarecer a atitude das participantes de escolha pela participação política, de escolherem serem autoras da vida, marcando seus lugares como sujeito e desenvolvendo a consciência crítica. Elas se mobilizam, constroem alternativas, comprometem-se, rompem com sistemas de sentido e criam novos caminhos de sentido. Porém, ao mesmo tempo que marcam seus lugares de sujeito escolhendo essa participação, posteriormente as subjetividades grupal e social tão impositivas formam um espaço de rigidez criando obstáculos para a formação dessa subjetividade já que novos sentidos subjetivos são impedidos de serem formados construindo processos de alienação. Este fato mostra o perigo que posturas ideológicas radicais representam para a construção da singularidade, da consciência crítica e do lugar de sujeito, mas também destaca o caráter

dinâmico da subjetividade em que uma escolha consciente também pode se transformar em alienação. Foi possível destacar a importância de elementos da subjetividade social na construção dos sentidos subjetivos e das configurações subjetivas de forma singular e única para cada uma, mas sempre de maneira imperativa e impositiva para todas. Descobriu-se ainda que a participação política demonstrou ser uma tendência orientadora da personalidade e uma configuração permanente de sentidos e significados para as participantes, pois todas as situações da vida são subjetivadas a partir dessas configurações para elas. Destacou-se ainda a importância de certas emoções e simbolismos nessa construção de sentidos subjetivos e configurações e do projeto de sociedade que defendem. Ressaltou-se também a importância dos conhecimentos científicos apropriados na graduação em psicologia da UFPR para configuração subjetiva das participantes implicando na necessidade de pensar na matriz curricular do curso e as consequências dela para formação de profissional que se fecham para a pluralidade.

Entende-se que este trabalho pode ser também uma contribuição para o corpo teórico da Teoria da Subjetividade, para a Epistemologia Qualitativa e para o método construtivo interpretativo, pois transcende o conhecimento sobre o movimento estudantil e permite observar como as configurações da subjetividade se formam e a teoria em ação.

Sabe-se que novos estudos nessa temática precisam ser realizados tanto com outros alunos do CAP, como de outros centros acadêmicos, assim como com alunos que não estão vinculados ao movimento estudantil para que novos aspectos da participação política estudantil sejam problematizados. Isso é necessário para que estereótipos possam ser questionados tanto por professores e alunos fora do movimento estudantil, como por aqueles inseridos nele; para que possam refletir sobre suas práticas para além de pensar o agir concreto, mas os sentidos subjetivos implicados nesse agir e as repercussões disso neles mesmo e nos demais em seu entorno; para que estes diversos elementos possam ser pensados em conjunto, dando corpo a novas zonas de inteligibilidade; e para que se entenda política de forma mais abrangente e não restrita a militância ou ao partidarismo, mas a partir de um comprometimento de formas plurais e com liberdade gerando mais tolerância e diálogo.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J. de; LIEBESNY, B.; MARCHESAN, E. C.; SANCHEZ, S. G. Reflexões sobre sentido e significado. IN: BOCK, A. M.; GONÇALES, M. G. M; SVARTMAN, B. P. (org.) **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo:Cortez Editora, 2009. p.54-72
- AGUIAR, W. M. J. de; OZELLA, S. Apreensão dos sentido: aprimorando a proposta de núcleos de sentido. **Revista brasileira de estudos em pedagogia**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, 2013.
- ARAÚJO, M. P. N. **Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Roberto Marinho, 2007.
- ARENDT, H. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BALTAZAR, B. Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. **Psicologia: Teoria E Pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 183–190, 2004.
- BONIFÁCIO, R. A participação política no Brasil. **Em Debate**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 34–45, 2012.
- BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade E Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 263–288, 2012.
- BRAGGIO, A. K.; FIUZA, A. F. Organização do Movimento Estudantil Paranaense através dos arquivos da DOPS/PR (1960-1964). IN: Seminário de Pesquisa do PPE, 12 a 14 de junho de 2013, Maringá. **Anais do Seminário de Pesquisa do PPE**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013.
- BRAGHINI, K. Z.; CAMESKI, A. S. “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 945–962, 2015.
- CASTRO, H. C. O.; REIS, F. T. Participação política no Brasil no século XXI : mudanças e continuidades. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 21, n.2, p. 20–33, 2012.
- CENTRO ACADÊMICO DE PSICOLOGIA. **Estatuto do Centro Acadêmico de Psicologia**. Curitiba, 1986.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. Coleção Primeiros Passos. 2ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.
- DALLARI, D. A. **O que é participação política**. Coleção Primeiros Passos. 13 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na perspectiva de A. N. Leontiev. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 44-63, 2004.

FORACCHI, M. M. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FREITAS, M.F.Q.de. Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária: os paradigmas de Silvia Lane, Ignacio Martín-Baró e Maritza Montero. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 63-82, 1996.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-513, 2011.

GONÇALES, D. P.; CARRA, P. R. A. FEUPA: uma revista produzida pela federação dos estudantes universitários de Porto Alegre (RS, 1945/46). **História Da Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 221–250, 2013.

GONÇALVES, M. da G. M.; BOCK, A. M. B. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. IN: BOCK, A. M. B. A.; GONÇALVES, M. da G. M. (org.) **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p.54-72

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

\_\_\_\_\_. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

\_\_\_\_\_. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 155-179, 2007.

\_\_\_\_\_. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. La subjetividad y su significación para el estudio de los procesos políticos: sujeto, sociedad y política. IN: ECHANDÍA, C. P.; GÓMEZ, Á. D.; VOMMARO, P. (orgs) **Subjetividades políticas: desafíos y debates latinoamericanos**. 1ª ed. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Biblioteca latinoamericana de subjetividades políticas, 2012. p. 11-30

\_\_\_\_\_. **A teoria da subjetividade e a Epistemologia Qualitativa na Pesquisa**. Curitiba, 23 e 24 nov. 2017. Curso proferido na Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

GONZÁLEZ REY, F; MARTÍNEZ, A. M. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas: Editora Alínea, 2017.

KONDER, L. **O que é dialética**. Coleção Primeiros Passos. 28ed. São Paulo: Ed: Brasiliense, 2004.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. IN: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs) **Psicologia Social: o homem em movimento**. 13 ed. 2 reimp. São Paulo: Ed Brasiliense, 1997a. p. 10-19

\_\_\_\_\_. O processo grupal. IN: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs) **Psicologia Social: o homem em movimento**. 13 ed. 2 reimp. São Paulo: Ed Brasiliense, 1997b. p. 78-97

\_\_\_\_\_. Uma análise do processo grupal. **Cadernos PUC**, São Paulo, 11, p. 95-107, 1981.

LANE, S. T. M.; CAMARGO, D. de. Contribuições de Vigotski para o estudo das emoções. IN: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: EDUC-Brasiliense, 1995. p. 115-131.

LEWIN, M. L. Movimento estudantil e ENADE. IN: FERRARINI, N. da L.; CAMARGO, D. de. (orgs) **Desconstrução da trajetória de formação de psicólogos: o Enade sob o olhar de duas universidades**. Curitiba: UFPR, Setor de Ciências Humanas, 2017. Ebook. p. 136-159.

LURIA, A. R. A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais. IN: LURIA, A. R. **Curso de Psicologia Geral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1991, p. 71-81

MAAR, W. L. **O que é política**. Coleção Primeiros Passos. 16 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

MACHADO, A. C. B. **A Constituição do Movimento Estudantil na cidade de Curitiba nos anos de 1964 a 1968**. 70 f. Trabalho de graduação (Graduação em História). Setor de Ciências Humanas, 2005.

MAIA, G. L. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MESQUITA, M. R. Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v.81, p. 179–207, 2008.

MOLON, S. I. Questões metodológicas de pesquisa na abordagem sócio-histórica. **Informática na Educação: teoria e prática**, Porto Alegre, v. 11, n.1., p. 56-68, 2008.

MONTERO, M. "La participación: significado, alcances y límites". In: HERNÁNDEZ, E. (comp) **Participación, ámbitos, retos y perspectivas**. Caracas:, Ediciones CESAP, 1996.

MORTADA, S. P. Formação do psicólogo: experiências de militantes estudantis. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 414–433, 2005.

MORTADA, S. P. De jovem a estudante: apontamentos críticos. **Psicologia & Sociedade**,

Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 373–382, 2009.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PALMA, M. G.; JAEGER, F. P. Um encontro com o movimento estudantil: cartografando frutos de luta. **Diálogo**, Canoas, n. 24, p. 73–84, 2013.

PAN, M. A. G. de S.; ROSSLER, J. H.; FERRARINI, N. da L.; VALORE, L. A.; OLIVEIRA, S. N. de. Subjetividade : Um Diálogo Interdisciplinar. **Interação Em Psicologia**, Curitiba, v. 15, p. 1–13, 2011.

SALLAS, A. L. F. et al. (coord) Cidadania: Política e Instituições. IN: SALLAS, A. L. F. et al. (coord) **Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania**. 2 ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

SPOSITO, M. P.; TARÁBOLA, F. de S. Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.37, n. 137, p. 1009-1028, 2016.

TITTONI, J.; JACQUES, M. da G. C. Pesquisa. IN: JACQUES, M. da G. C.; STREY, M. N.; BERNARDES, N. M. G.; GUARESCHI, P. A.; CARLOS, S. A.; FONSECA, T. M. G. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 73-85

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES (UPE). **História**. Curitiba, 2017. Disponível em: <[http://www.upepr.com.br/p/historia\\_13.html](http://www.upepr.com.br/p/historia_13.html)>. Acesso: 14 maio 2017.

VICINO, M.D. Movimento estudantil e participação política. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.4, p. 43–63, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e Método em Psicologia**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. Pensamento e linguagem. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VINADÉ, T. F.; GUARESCHI, P. A. Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 68–75, 2007.



## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Nós, Karina Junqueira de Menezes Loiacono e Professora Dra. Norma da Luz Ferrarini, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná, convidamos você, estudante engajado no Centro Acadêmico de Psicologia, a participar de um estudo “Os sentidos subjetivos da participação política para estudantes do Centro Acadêmico de Psicologia da Universidade Federal do Paraná”, que tem o objetivo de investigar como a participação política tem sido entendida, vivenciada e construída pelos estudantes de psicologia engajados no movimento estudantil através do centro acadêmico da graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná.
2. Esta pesquisa visa trazer uma contribuição científica através da problematização de como sujeitos que se dispõem a atuar socialmente compreendendo as necessidades constantes da sociedade, entendem e vivem essa participação.
3. Caso aceite, a sua contribuição nesta pesquisa será participar de uma entrevista individual e 3 encontros de um grupo de discussão com outros alunos a respeito do tema participação política.
4. A entrevista e os encontros do grupo de discussão serão realizados no Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE), subsolo do Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná, com duração aproximada de uma hora cada.
5. Os riscos relacionados ao estudo são de natureza emocional, como situações de mal estar e constrangimento em relação ao tema ou por diferenças ideológicas.
6. Os benefícios esperados nesta pesquisa são:
  - Oportunidade de refletir sobre a forma como os estudantes estão vivendo e percebendo sua atuação no movimento estudantil na contemporaneidade.
  - Oportunidade de contribuir para que os alunos participantes da pesquisa tornem-se mais conscientes das suas próprias concepções sobre participação política, suas representações sobre militância, sobre os determinantes dessa trajetória pessoal em relação com as determinações da sociedade.
  - Nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.
7. As pesquisadoras Karina Junqueira de Menezes Loiacono, psicóloga, mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, e sua orientadora Professora Dra. Norma da Luz Ferrarini estarão disponíveis para prestar qualquer informação adicional, podendo ser contatada pelo email: [karinajmenezes@yahoo.com.br](mailto:karinajmenezes@yahoo.com.br) / [normadaluzf@gmail.com](mailto:normadaluzf@gmail.com), pelo telefone: 3310-2644 e no endereço Praça Santos Andrade, n.50, sala 216 de segunda a sexta nos horários de 10h às 14h e 13h30 às 16h.
8. A sua participação nesta pesquisa é voluntária e você poderá se recusar a responder questões, pode interromper o processo a qualquer momento, sem necessidade de justificativa, assim como poderá solicitar que este Termo de Consentimento Livre Esclarecido lhe seja devolvido.
9. Quaisquer informações prestadas serão gravadas, transcritas e registradas na forma escrita num diário de pesquisa. Somente pessoas autorizadas terão acesso a essas informações e se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito de forma codificada, para que sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.
10. Toda a despesa decorrente da pesquisa será de responsabilidade do pesquisador.
11. Havendo qualquer constrangimento ou mal-estar suscitado pelo processo de entrevista

ou dos encontros no grupo, você poderá contar, se desejar, com apoio profissional do CEAPPE.

12. Na ocasião da publicação da pesquisa, será respeitado o caráter sigiloso dos dados: não haverá divulgação do nome ou qualquer característica que possa identificar os autores das ideias citadas na pesquisa.
13. Não haverá remuneração de nenhum tipo para participação nesta pesquisa.
14. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259.

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo a mim. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Karina Junqueira de Menezes Loiacono  
Mestranda em Psicologia - UFPR

Curitiba, \_\_\_\_\_ de 2016

<p><b>Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR</b> <b>Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br</b></p>
--

## APÊNDICE B

### Complemento de frases

**Instruções:** Este exercício chama-se complemento de frases e visa construir associações livres de ideias. Nele existem diversas palavras e fragmentos de frases e um espaço em branco para que você complete de forma livre. Não há respostas certas ou erradas, o importante é que você seja espontâneo. Tome o tempo que achar necessário e se precisar de mais espaço continue a resposta no verso da folha, mas lembrando sempre de numerar a resposta de acordo que a palavra ou frase a que está se referindo. Muito obrigada pela sua contribuição.

Nome: \_\_\_\_\_

01. O indivíduo e a sociedade \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

02. Minha satisfação \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

03. O movimento estudantil \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

04. Eu sou \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

05. A UFPR \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

06. As classes sociais \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

07. Minha formação como psicóloga \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

08. Minha frustração \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

09. O CAP \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10. Eu faço \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. O conhecimento científico transmitido na graduação \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12. Minha vida \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13. Participação política \_\_\_\_\_

14. Sinto que \_\_\_\_\_

15. As pessoas veem a militância como \_\_\_\_\_

16. Meus relacionamentos \_\_\_\_\_

17. Comecei a aprender sobre participação política \_\_\_\_\_

18. Política \_\_\_\_\_

19. Na política eu seria mais participativo se \_\_\_\_\_

20. Motivo-me \_\_\_\_\_

21. Eu gosto \_\_\_\_\_

22. A universidade \_\_\_\_\_

23. Penso que \_\_\_\_\_

24. Desejo \_\_\_\_\_

25. Planejo \_\_\_\_\_

26. Na minha profissão espero \_\_\_\_\_





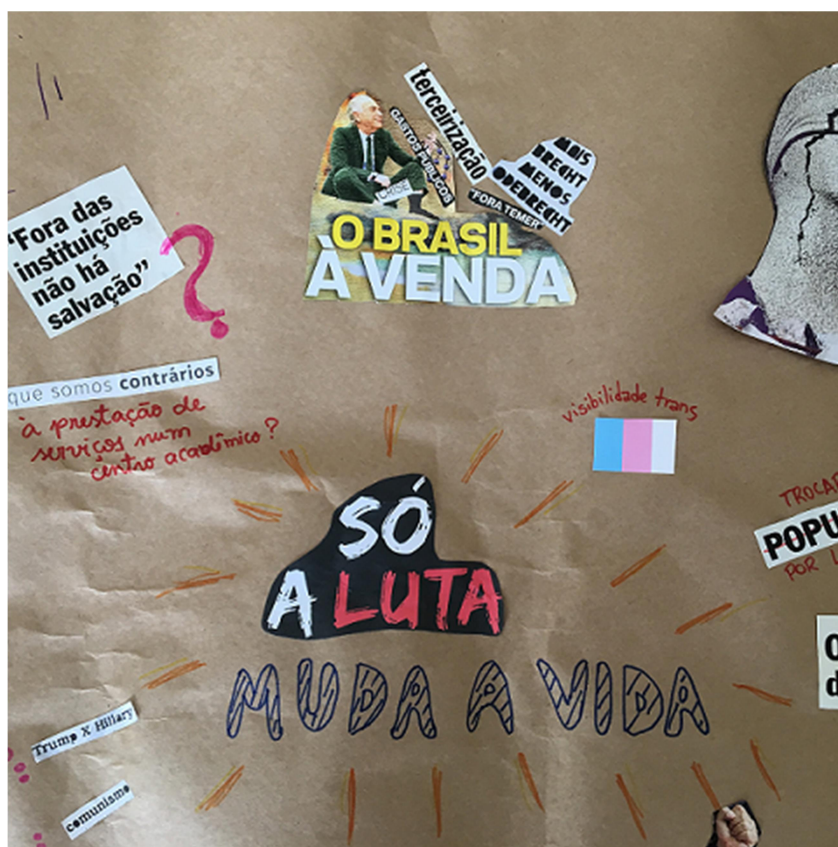




Cartaz - parte inferior esquerda



Cartaz – parte intermediária inferior

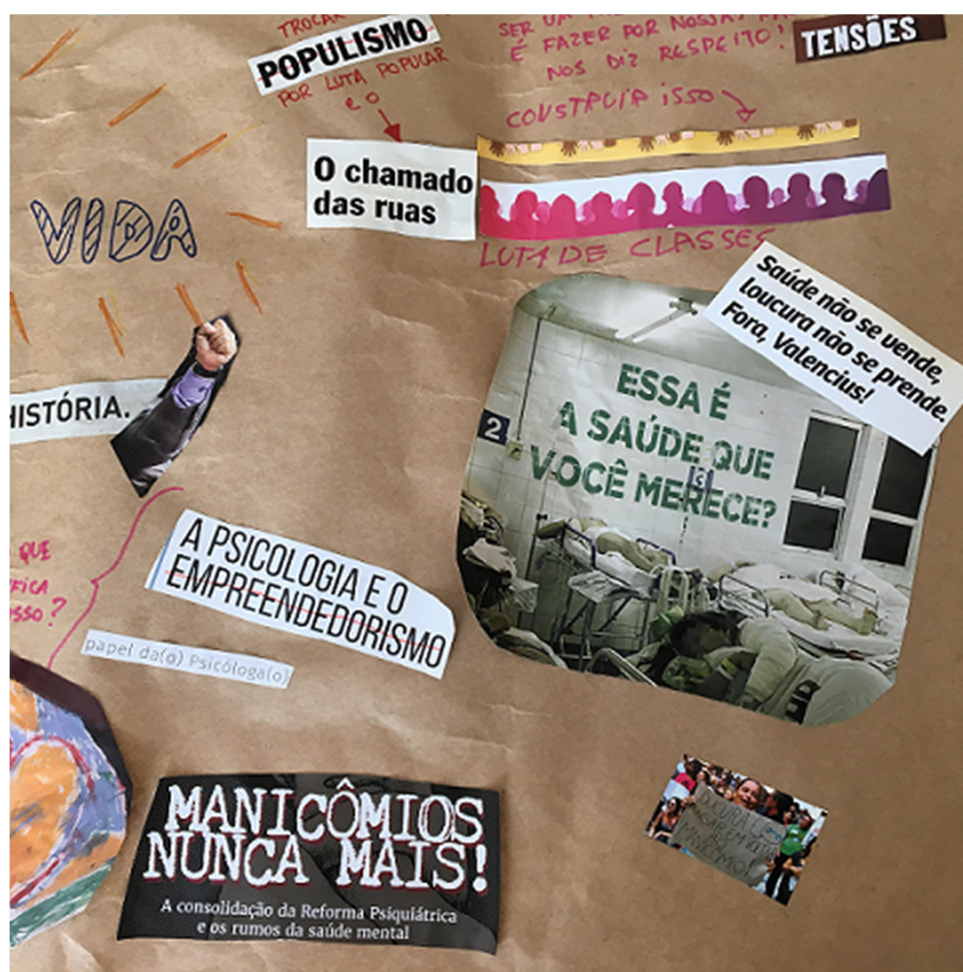


Cartaz – parte intermediária superior



Cartaz – parte superior direita





Cartaz – parte inferior direita